



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES: MANIFESTAÇÃO CONCRETA DO  
PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

**PEDRO LUIZ SANGLARD SILVA MARTINS**

**Araras**

**2026**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES: MANIFESTAÇÃO CONCRETA DO  
PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

**PEDRO LUIZ SANGLARD SILVA MARTINS**

ORIENTADOR: PROF. DR. FERNANDO SILVEIRA FRANCO  
COORIENTADOR: PROF. DR. HENRIQUE CARMONA DUVAL

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Agroecologia e  
Desenvolvimento Rural como requisito  
parcial à obtenção do título de MESTRE  
EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2026

Martins, Pedro Luiz Sanglard Silva

Assentamento Dênis Gonçalves: Manifestação concreta do projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) / Pedro Luiz Sanglard Silva Martins -- 2026.  
139f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras  
Orientador (a): Prof. Dr. Fernando Silveira Franco  
Banca Examinadora: Profa. Dra. Flaviane de Carvalho Canavesi, Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo  
Bibliografia

1. Campesinato. 2. Organização socioprodutiva. 3. Reforma agrária. I. Martins, Pedro Luiz Sanglard Silva. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8  
7083

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Pedro Luiz Sanglard Silva Martins, realizada em 11/02/2026.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr Fernando Silveira Franco (UFSCar)

Profa. Dra. Flaviane de Carvalho Canavesi (UnB)

Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (UNICAMP)

*“Dênis Gonçalves da Terra não saiu.  
MST, guerreiros do Brasil!”*

*Dedico este trabalho aos meus filhos Ravi, Tom e Dylan  
e às famílias do Assentamento Dênis Gonçalves.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a todos os trabalhadores organizados do campo e da cidade, em especial às famílias e lideranças do Assentamento Dênis Gonçalves, agradeço pela eterna inspiração, através da força dos movimentos sociais e da potência de suas lutas por um mundo melhor e livre da opressão. Acreditar nessas lutas me trouxe até aqui e sem sua atuação este trabalho não existiria. Espero que esta singela contribuição se some aos esforços de manutenção da memória histórica de luta do MST e de registro de suas experiências concretas.

Agradeço à minha companheira Karen e aos meus filhos Ravi, Tom e Dylan, por serem minha luz e a razão pela qual eu sigo em frente. Karen, seu apoio e perseverança para que eu pudesse realizar este mestrado, com constantes idas e vindas entre SP e MG em viagens semanais de mais 10 horas, foram fundamentais. Que a gente siga perseverando juntos nos nossos objetivos familiares.

À minha família, neste mesmo âmbito, meu muito obrigado. Sem vocês eu não sou nada e não teria conseguido fazer nem metade do que fiz nestes dois anos. Vocês estiveram na linha de frente e me ajudaram a perseverar com as mais diversas formas de apoio possíveis.

A todos os trabalhadores do PPGADR, meu muito obrigado. Encontrei um programa que é uma verdadeira família, que já enfrentou umas poucas e boas juntos e que, com determinação constante (personificada, sem dúvida, pela figura da Cris), está colhendo frutos já neste início de 2026.

Aos meus orientadores, Fernando e Henrique, minha eterna gratidão e admiração. Vocês foram figuras, cada um a seu modo, essenciais para que eu pudesse ter a liberdade total de realizar um trabalho em torno de uma perspectiva de sociedade da qual acredito profundamente e sei que vocês também. Por todo o apoio emocional, logístico e por poder materializar minhas ideias no meio científico, com o rigor da tradução, agradeço de coração.

A todos os professores pesquisadores que participaram da avaliação deste trabalho desde a qualificação. Meu muito obrigado para a Profa. Dra. Flaviane Canavesi, ao Prof. Dr. Paulo Moruzzi, a Profa. Dra. Vanilde de Souza-Esquerdo e ao Prof. Dr. Wagner Gervazio. O olhar e toda a experiência de vocês foram elementos centrais para que este trabalho, na sua versão final, fosse concluído superando em

muito as minhas expectativas. Obrigado pela disponibilidade de vocês, pela confiança e apoio depositados em mim e por toda a atenção dada ao meu trabalho.

Um agradecimento mais que especial à minha turma, minha eterna família do PPGADR 2024. Aline, Ana Caroline, Camila, Carlos, Caroline, Danielle, João, Miqueas, Mirelle, Pedro, Victor, e demais amigos feitos em Araras, vocês foram verdadeiros presentes que a Agroecologia me deu. Tornaram minha estadia em Araras viável e prazerosa, especialmente nos momentos difíceis, em meio à instabilidade financeira, distância da família e fadiga mental e física durante a “tourada” que foi o ano de 2024. No “Bar do Saci” confraternizamos, trocamos experiências de afeto e de luta, nos motivamos mutuamente e até fizemos planos revolucionários. Torno a dizer: *Araras é o puro suco da América Latina!* Amo vocês com todo o meu coração.

Agradeço, ainda, a Ed e Milena, meus veteranos acolhedores em Araras. Obrigado por me receberem na casa de vocês e serem minha estadia durante todo o ano de 2024. Sem este apoio teria sido muito difícil levar este ano da forma nômade que me propus a fazer e, que com o apoio de vocês, pude concluir sem maiores problemas.

Por fim, e não menos importante, agradeço à Universidade Pública (em especial a UFSCar) e às instituições científicas brasileiras que, mesmo com os constantes ataques e sem o devido financiamento, faz respirar em cada um de nós o desejo de contribuir, através da Ciência, com um projeto nacional de desenvolvimento e soberania para este país que amamos tanto. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## SUMÁRIO

<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	i
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	ii
<b>RESUMO</b> .....	iii
<b>ABSTRACT</b> .....	iv
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 Objetivo geral .....	4
1.2 Objetivos específicos .....	4
<b>2 MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	5
2.1 Pressupostos teórico-metodológicos .....	5
2.2 Área de Estudo .....	9
2.3 Procedimentos metodológicos .....	10
2.4 Processamento e análise dos dados .....	13
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	15
3.1 Prólogo: Fios condutores da narrativa .....	15
3.2 Concentração fundiária na Zona da Mata Mineira e contextualização do ADG na espacialização da reforma agrária popular na mesorregião .....	20
3.3 Processos históricos da ocupação do Território: A construção da Organicidade do ADG e os esforços iniciais da consolidação da Agricultura Familiar Camponesa e da Reforma Agrária Popular .....	29
3.4 Avançando nos processos: A reforma agrária popular criando raízes e as culturas do campesinato e do cooperativismo ganhando força no ADG .....	46
3.5 As cooperativas do ADG, os processos de intercooperação e o elemento da integração vertical: A Zona da Mata Mineira articulada com a rede sociotécnica do MST e sua macroestratégia para o estado de Minas Gerais .....	58
3.5.1 A experiência da COOPAC .....	59
3.5.2 A experiência da COOPERMATAS .....	78
3.5.3 A atuação da CONCENTRA .....	88
3.6 Metabolismo socioecológico do ADG: Fluxos internos e externos, escalas de intercooperação no território e o ADG no contexto do SCA .....	95
3.7 Acesso a políticas públicas, avanços recentes na reforma agrária popular na Zona da Mata Mineira e impactos do ADG na dinamização da economia local, nos modos de vida da comunidade assentada e nas comunidades do entorno .....	104
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	113
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	115
<b>APÊNDICE 1 - Roteiro das Entrevistas Semi estruturadas</b> .....	124

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Eixos temáticos dos blocos de entrevistas do roteiro semi estruturado.....	12
<b>Tabela 2</b> - Categorias analíticas identificadas no presente estudo.....	15
<b>Tabela 3</b> - Matriz de Organização Comunitária da COOPAC.....	74
<b>Tabela 4</b> - Matriz de Organização Comunitária da COOPERMATAS.....	85

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Abrangência territorial do Assentamento Dênis Gonçalves, com área perpassando os municípios de Chácara, Coronel Pacheco, São João Nepomuceno e Goianá, onde está situada a sede. Fonte: Elaborado pelo autor (2024). .....	10
<b>Figura 2</b> - Exemplos de momentos da construção participativa do Rio do Tempo, em diferentes ocasiões. Fonte: Elaborado pelo autor (2025). .....	17
<b>Figura 3</b> - Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves: A consolidação da Agricultura Familiar Camponesa e da reforma agrária popular no território. Parte 1. Fonte: Elaborado pelo autor e por lideranças do Assentamento Dênis Gonçalves (2025). .....	18
<b>Figura 4</b> - Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves: A consolidação da Agricultura Familiar Camponesa e da reforma agrária popular no território. Parte 2. Fonte: Elaborado pelo autor e por lideranças do Assentamento Dênis Gonçalves (2025). .....	19
<b>Figura 5</b> - Representação dos núcleos oficiais do Assentamento Dênis Gonçalves e de outros elementos do território. Fonte: Elaborado pela Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos (2022, dados não publicados). .....	35
<b>Figura 6</b> - Metabolismo socioecológico do Assentamento Dênis Gonçalves, representado por fluxos de entrada e saída, trocas diretas (setas contínuas) e processos intercooperativos (setas tracejadas) manifestados entre unidades familiares, coletivos de produtores e cooperativas do assentamento, em diferentes escalas. Fonte: Elaborado pelo autor (2025). .....	96
<b>Figura 7</b> - Integração do ADG ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e à complexa rede de cooperativismo solidário da UNICOPAS. Fonte: Elaborado pelo autor (2025). .....	104

# **ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES: MANIFESTAÇÃO CONCRETA DO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

**Autor: PEDRO LUIZ SANGLARD SILVA MARTINS**

**Orientador: PROF. DR. FERNANDO SILVEIRA FRANCO**

**Coorientador: PROF. DR. HENRIQUE CARMONA DUVAL**

## **RESUMO**

As diferentes formas de cooperação no campo são vistas pelos movimentos sociais do campo como mecanismos para viabilizar os assentamentos. Entender as relações socioprodutivas se configura como um mecanismo para avaliar tal viabilidade. A pesquisa buscou entender a organização socioprodutiva e a consolidação da agricultura familiar e do projeto de reforma agrária popular do MST no Assentamento Dênis Gonçalves, em Goianá/MG, almejando construir um entendimento acerca da viabilidade concreta de um projeto popular de reforma agrária na região. Buscou-se descrever redes socioecológicas hierárquicas no assentamento e entender como a agricultura familiar se consolidou no território, através de estratégias de coletivização e cooperativismo, pautadas pela cultura camponesa. O estudo demonstrou evidências da autocoletivização gestada organicamente no território e da integração vertical de diferentes graus de cooperativismo e coletivização dos processos produtivos pautados pela cultura do campesinato, fortemente enraizada no território. Além disso, verificou-se uma articulação entre estratégias locais, qualificadas aqui como intensos processos de intercooperação em diferentes escalas, com uma macroestratégia estadual do movimento. Os achados evidenciam empiricamente o assentamento em questão como uma manifestação concreta do projeto de reforma agrária popular do movimento e um expoente na mesorregião da Zona da Mata Mineira, servindo como exemplo para outras experiências ao se pensar um plano de organização dos coletivos da agricultura familiar camponesa em diferentes escalas.

**Palavras chave:** Campesinato; Organização socioprodutiva; Metabolismo socioecológico; Autonomia e soberania alimentar; Reforma agrária.

# **DÊNIS GONÇALVES SETTLEMENT: A CONCRETE MANIFESTATION OF THE POPULAR AGRARIAN REFORM PROJECT OF THE LANDLESS WORKERS' MOVEMENT (MST)**

**Author: PEDRO LUIZ SANGLARD SILVA MARTINS**

**Adviser: PROF. DR. FERNANDO SILVEIRA FRANCO**

**Co-adviser: PROF. DR. HENRIQUE CARMONA DUVAL**

## **ABSTRACT**

The different forms of cooperation in rural areas are seen by rural social movements as mechanisms for enabling the viability of settlements. Understanding socio-productive relationships is a mechanism for assessing such viability. The research sought to understand the socio-productive organization and consolidation of both the family farming and the MST's popular agrarian reform project in the Dênis Gonçalves Settlement in Goianá, Minas Gerais, aiming to build an understanding of the concrete viability of a popular agrarian reform project in the region. It sought to describe hierarchical socioecological networks in the settlement and understand how family farming was consolidated in the territory through collectivization and cooperativism strategies based on peasant culture. The study demonstrated evidence of self-collectivization that developed organically in the territory and the vertical integration of different degrees of cooperativism and collectivization of production processes guided by peasant culture, which is strongly rooted in the territory. In addition, there was coordination between local strategies, hereby characterized as intense processes of intercooperation at different scales, with a state-level macro-strategy of the social movement. The findings empirically demonstrate that the settlement in question is a concrete manifestation of the social movement's popular agrarian reform project and an exponent in the Zona da Mata Mineira mesoregion, serving as an example for other experiences when considering a plan for organizing peasant family farming collectives at different scales.

**Keywords:** Peasantry; Socio-productive organization; Socio-ecological metabolism; Food autonomy and sovereignty; Agrarian reform.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão das alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico passa por pensar a economia em bases justas, que beneficiem a coletividade e o ambiente. Está cada vez mais evidente, para a Agroecologia, que a transformação da agricultura rumo à sustentabilidade está intimamente relacionada aos processos de transformação da sociedade como um todo, para além de uma substituição inicial de insumos somada a mudanças epistemológicas no âmbito individual. Estudos demonstram como esta transição pode ser guiada por processos de fortalecimento da agricultura de base familiar e por profundas modificações na estrutura fundiária do país (Moreira & Carmo, 2007; van der Ploeg, 2014).

O fortalecimento da agricultura de base familiar, ao ser pautado por uma lógica de fortalecimento da cultura do campesinato nos territórios, e possuindo a respectiva categoria sociológica como protagonista deste processo, pode servir como meio para a busca por autonomia e para a superação do paradigma capitalista do modo de produção corporativista e seus resultantes oligopólios, recriando, assim, relações de produção e consumo nos meios rural e urbano baseadas na cooperação produtiva e na solidariedade (Mateus & Olival, 2024).

A busca emancipatória da agricultura familiar camponesa, alinhada com a busca por autonomia, visa a melhoria na sua qualidade de vida das famílias e também na das próximas gerações, e está correlacionada em ações que ocorrem em uníssono a aumentar a produtividade em geral das suas unidades agrícolas, além de ser mais alinhada com o funcionamento da natureza, por traduzir-se em incrementos nas qualidades ambientais, oferecendo boa articulação entre eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental (Diepart, 2010; van der Ploeg, 2014).

Além disso, o crescimento agrícola movido por uma agricultura de base camponesa ainda se traduz em uma maior eficiência energética, em todos os âmbitos da palavra, se comparado à agricultura industrial (Pimentel *et al.*, 1973; Krausmann *et al.*, 2003). Tudo isso pode resultar em um crescimento do setor agrícola como um todo, combatendo a estagnação causada pelo modo de produção agrícola corporativo (van der Ploeg, 2014).

Ademais, modificações estruturais em países concentradores de terra, visando a distribuição fundiária de forma mais igualitária em contextos de reforma agrária, ou

então através do desenvolvimento de políticas agrárias visando o crescimento do setor a níveis nacionais, podem estar coadunadas a um projeto pautado pelas demandas do modo de gestão camponês das unidades produtivas, e que pode promover ativamente a recampesinização dos territórios, mitigando as pressões da hegemonia do agronegócio (Fernandes, 2013; Medina *et al*, 2015; Kornovenko & Pasichna, 2020; Yan *et al*, 2021; Mateus & Olival, 2024). Neste sentido, a perspectiva de uma reforma agrária pautada pelos interesses e pela lógica do campesinato se mostra como uma luz para orientar este raciocínio (Kornovenko & Pasichna, 2020).

O trabalho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem papel central na construção dessa lógica e é exemplo desse esforço. Ao adotar de vez a Agroecologia como bandeira política a partir de seu VI Congresso Nacional, em 2014, o movimento concatena toda sua experiência historicamente acumulada de busca por uma reforma agrária popular e emancipatória em seu Programa Agrário, ao estabelecer diretrizes organizativas embasadas na cooperação e na agroecologia como vias para evitar a reprodução do modelo concentrador e excludente nos assentamentos rurais da reforma agrária (Borsatto & Carmo; De'Carli, 2013; MST, 2014).

Em 2024 completaram-se 10 anos da concepção de reforma agrária popular como a bandeira central do MST em seu Programa Agrário. Se trata de um projeto estrutural que vai além de uma mera redistribuição de terras. Visa garantir a função social da propriedade, produzir alimentos saudáveis via agroecologia, preservar a natureza e combater o latifúndio. Propõe a construção de novas relações sociais no campo, pautado pelo modo de vida camponês e suas relações de reciprocidade, e valorizando a educação, a cultura, a moradia digna e a igualdade de gênero. Essa perspectiva demonstra uma forma de resistência ao avanço do capital e de sua natureza individualista no campo, evidenciando um estímulo à organização comunitária e ao cooperativismo para fortalecer a produção e as relações sociais, em torno da coletividade e da socialização dos meios de produção (MST, 2014).

Como forma de solidificar a Agroecologia em assentamentos da reforma agrária, Gonçalves (2011) traz à tona o debate de que é preciso desenvolver relações de produção que diminuam a dependência dos produtores e co-produtores (consumidores) aos chamados atravessadores (grandes empresas ou não), que dominam a cadeia produtiva e, assim, poder contribuir para o fortalecimento da soberania alimentar dos povos. Neste sentido, as diferentes formas e redes de

cooperação agrícola e de mecanismos, institucionais ou não, que subsidiem a autonomia camponesa são imprescindíveis para o enfrentamento da lógica dominante, e se mostram como formas de aumentar a resiliência camponesa (Mendonça *et al.*, 2014). Estas perspectivas estão contempladas no Programa Agrário do MST, a exemplo dos seguintes trechos:

“Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação.” E “Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais” (MST, 2014).

Ao longo do amadurecimento de suas experiências de luta pela terra e sua permanência nos territórios, o movimento estabelece essa prioridade de organizar sua produção através das diferentes formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como prova de sua viabilidade econômica e também de seu projeto de reforma agrária popular (Fabrini, 2003). Fica clara a atuação do movimento em frisar a cooperação produtiva como elemento chave na sua estratégia organizativa, no intuito de criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, e isso se reflete em um espectro mais amplo de transformação de pensamento coletiva que é pautado pelos processos de luta por uma reforma agrária emancipatória (Contrigiani *et al.*, 2023).

Dessa maneira, o fortalecimento da cooperação produtiva e, de certa forma, da cultura camponesa, são vistos pelo movimento como formas de viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos e garantir a vida econômica dos assentados, mas também se configuram como instrumentos de resistência (MST, 2014). O entendimento, portanto, da complexidade das relações socioprodutivas, em termos das redes criadas pelo conjunto das diferentes formas de cooperação agrícola, além das nuances individuais de busca por autonomia e soberania camponesa, se configura em um importante mecanismo para avaliar tal viabilidade.

Sob esta ótica e pano de fundo, encontra-se, no estado de Minas Gerais, a Zona da Mata Mineira, extensa região de grande importância para o estado e que exemplifica bem o panorama brasileiro de concentração fundiária. Além disso, a mesorregião teve, historicamente, pouquíssimas experiências de reforma agrária

(Teixeira, 2012), e carece de estudos que descrevam a organização socioprodutiva em assentamentos da região, em termos de sua complexidade traduzida pelo conjunto de organizações da agricultura familiar camponesa assentada presentes e as redes por elas criadas.

O presente trabalho, portanto, justifica-se pela necessidade de entender os processos organizacionais e a consolidação da agricultura familiar camponesa, pautados na Agroecologia e em um projeto de reforma agrária popular, de um importante assentamento na mesorregião da Zona da Mata Mineira. Compreender os processos históricos e a atual organização socioprodutiva do maior assentamento do estado, e de atuação regional, irá auxiliar a construir um entendimento acerca da viabilidade concreta de um projeto popular de reforma agrária na mesorregião.

Desta forma, a pesquisa em questão buscará responder os seguintes questionamentos: Como foram os processos históricos que consolidaram a atual organização socioprodutiva do Assentamento Dênis Gonçalves - Goianá/MG (ADG) e como se dá o metabolismo socioecológico deste macroorganismo, representado pelos seus supra e subsistemas e fluxos por eles criados? Como a complexidade de interações das redes socioecológicas existentes traduz a viabilidade concreta de um projeto de reforma agrária popular regional? Ademais, como esses âmbitos contextualizam a experiência de reforma agrária na Zona da Mata Mineira?

### **1.1 Objetivo geral**

Analisar os processos de consolidação e organização socioprodutiva da agricultura familiar camponesa do Assentamento Dênis Gonçalves - Goianá/MG (ADG) e sua integração regional, visando construir um entendimento acerca da viabilidade concreta de um projeto de reforma agrária popular para a Zona da Mata Mineira.

### **1.2 Objetivos específicos**

- Contextualizar o ADG no panorama atual da espacialização da reforma agrária popular na Zona da Mata Mineira, percorrendo os processos de consolidação da agricultura familiar camponesa no território que culminaram na sua atual

organização socioprodutiva, e descrevendo as redes socioecológicas presentes, suas interações e sua integração regional.

- Caracterizar o conjunto de organizações da agricultura familiar camponesa presentes no território, situando sua abrangência dentro dos núcleos do assentamento e sua atuação dentro e fora do mesmo.
- Identificar elementos e mecanismos centrais para a consolidação dos processos vigentes a partir da compreensão da sua evolução histórica no território e da complexidade criada pelas interações entre as diferentes redes socioecológicas.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

### *2.1 Pressupostos teórico-metodológicos*

Contraopondo-se aos métodos científicos convencionais que possuem um enfoque cartesiano e reducionista, a agroecologia, ao empreender uma abordagem holística, que busca reconhecer a complexidade inerente à agricultura, e a relação entre os seres humanos e destes com o meio ambiente, busca, na transdisciplinaridade dos temas e nos diversos conhecimentos e saberes, construir um novo paradigma científico (Altieri, 2012a).

A pesquisa participativa, como ferramenta da pesquisa agroecológica que parte da realidade concreta dos sujeitos e dos agroecossistemas nele inseridos, é uma abordagem que torna os sujeitos protagonistas da reconstrução e apropriação do saber agroecológico, abrangendo suas prioridades e perspectivas locais e tornando o processo de pesquisa mais inclusivo, ao passo que promove e incentiva novas técnicas que aumentam a sustentabilidade dos agroecossistemas, o empoderamento e a autonomia dos atores sociais (Paulino, 2008; Altieri, 2012b; Guzmán *et al.*, 2013). Com isso, este estudo buscou na Pesquisa Participativa, e nas diversas ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (Verdejo, 2007), formas para atingir os objetivos propostos. Além disso, adaptou a metodologia da Análise Econômico-Ecológica (Petersen *et al.*, 2017) para tais fins.

Para descrever a evolução deste macroorganismo a partir de uma perspectiva histórica, a presente pesquisa buscou entender como a agricultura familiar camponesa se consolidou no assentamento, no sentido de compreender as estratégias pelas quais as famílias camponesas se valeram para minimizar a pressão do capital e atingir assim suas aspirações emancipatórias, ou seja, tornar viável sua reprodução social e econômica. Como Petersen *et al.* (2017) sugerem: “Desse ponto de vista, o agroecossistema deve ser apreendido como a expressão de uma estratégia consciente adotada pelo NSGA [a família, ou a comunidade] para alcançar seus objetivos econômicos e sociais”.

Captar tais particularidades, que são resultado da criatividade, constante experimentação, conhecimento agregado e as relacionadas trocas de saberes entre coletivos da agricultura familiar camponesa, evidenciam a viabilidade de um projeto societário mais amplo, guiado pelo campesinato e pautado na soberania alimentar dos povos, pois são fatores que resultam em aumento produtivo, croquis cada vez mais otimizados em relação ao uso do espaço e em melhorias no manejo do solo, além de que a busca emancipatória também estimula a coletivização, na formação das diferentes organizações de cooperação agrícola na agricultura familiar camponesa (van der Ploeg, 2014).

Tal noção se correlaciona com a perspectiva teórica da abordagem chayanoviana de uma transição agrícola impulsionada pelo próprio campesinato e pautada pelo cooperativismo, sendo referência paradigmática central para o presente trabalho. Tal perspectiva é baseada em uma intensificação das sociedades agrárias, ou seja, uma otimização no uso e ocupação do ambiente rural e de forma mais bem distribuída nos territórios, partindo do pensamento de que essa otimização se traduz em aumento na produtividade e na redução no trabalho total empregado (Wanderley, 1998; van der Ploeg, 2014).

O pensamento chayanoviano foca no protagonismo camponês nessa transição ao enfatizar a viabilidade da agricultura familiar camponesa e sua habilidade e resiliência em prosperar sob quaisquer circunstâncias (Baiardi & Alencar; van der Ploeg, 2014). Chayanov elaborou uma teoria particular do campesinato, enxergando um funcionamento próprio que qualifica a economia camponesa como não tipicamente capitalista. Em suma, esta se traduz como um modo de produção particular, focado nas necessidades familiares, ou seja, produzindo não para obter

lucro, mas para satisfazer tais necessidades e as necessidades da comunidade (Chayanov, 1974).

A lógica camponesa se insere e se adapta ao sistema hegemônico e, ademais, *resiste* ao mesmo, representando uma categoria sociológica que atravessou os mais diferentes contextos e sistemas dominantes, persistindo até os dias atuais, evidenciando sua resiliência (Baiardi & Alencar, 2014). Preconizar, portanto, uma transição agroecológica em larga escala que tenha por objetivo a reprodução da unidade familiar, enxergando o campo como *modo de vida*, e não como *mercadoria*, pode se configurar como uma estratégia eficaz para um projeto garantidor da soberania alimentar dos povos.

Esta transição, portanto, pode ser pautada nas aspirações emancipatórias do campesinato e em seus processos de intercooperação; nos elementos da integração vertical das unidades cooperativas camponesas, organizando de baixo para cima os diferentes níveis de cooperativismo; e almejando um projeto de sociedade mais igualitário e garantidor de soberania alimentar (Chayanov, 1974; Wanderley, 1998; Erb, 2012; Mendonça *et al.*; van der Ploeg, 2014). Este modelo se alinha com a perspectiva de reforma agrária popular do MST (MST, 2014).

O estudo tomou como outra de suas referências teóricas a abordagem que a Economia Ecológica chama de Metabolismo Socioecológico, focando sobretudo em seus aspectos qualitativos. A aplicação do conceito biológico de metabolismo para os sistemas sociais tem origem associada ao pensamento marxiano, que diz que o metabolismo entre seres humanos e natureza é mediado pelo trabalho e seus processos (Le Noë, 2023). Este conceito de metabolismo socioecológico, desenvolvido pela Economia Ecológica um século após suas concepções originais, interliga os fluxos de energia e matéria com a organização social em seus respectivos territórios. Entende-se que estes fluxos ecossistêmicos contínuos, que são decisivos para a manutenção da estrutura interna dos sistemas biológicos, também são decisivos para a reprodução socioeconômica, e manutenção dessa mesma estrutura interna, dos sistemas sociais (Fischer-Kowalski & Haberl, 1993).

O enfoque metabólico é especialmente interessante para o estudo de agroecossistemas, pois auxilia no entendimento de sistemas integrados, desvelando as complexas interações entre a esfera socioeconômica e a esfera ecológica (Haberl *et al.*, 2006). Assim, os agroecossistemas, se configurando como sistemas complexos que perpassam os âmbitos socioeconômicos e ecológicos, se encaixam como

unidade de análise nesta abordagem, sobretudo ao se adotar a seguinte definição de agroecossistema:

“O agroecossistema é definido como uma *unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos*. Sua delimitação física é demarcada pelo espaço ambiental apropriado por um Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema (NSGA). Na agricultura familiar, o NSGA costuma ser a própria família. Nesse caso, os limites do agroecossistema coincidem com as divisas do estabelecimento familiar – independentemente do regime de posse da terra” (Petersen *et al.*, 2017).

Entende-se, portanto, os agroecossistemas como ecossistemas cultivados, socialmente geridos, e, com isso, “A ancoragem material dos processos de intercâmbio de matéria e energia entre a esfera natural e a esfera social” (Petersen *et al.*, 2017). Ao estabelecer o *trabalho*, realizado pelo NSGA, como elemento mediador das interações supracitadas, a sistematização de fluxos econômico-ecológicos da abordagem do metabolismo socioecológico nos permite traduzir a viabilidade de agroecossistemas, em termos sociais, ambientais e econômicos (Petersen *et al.*, 2017).

A perspectiva do metabolismo socioecológico ainda se mostra versátil, pois pode ser adotada em diversas escalas de análise, desde uma parcela do cultivo até o sistema agroalimentar global (Haberl *et al.*, 2006). A definição de agroecossistema acima também leva em consideração diferentes escalas, e como no enfoque deste estudo, um assentamento como um todo também pode ser visto como um agroecossistema. Sob essa perspectiva, os autores entendem que quando os NSGA correspondem a um núcleo comunitário, a delimitação do agroecossistema corresponde com a delimitação do território que este ocupa (Petersen *et al.*, 2017). Noções de escalas de grandeza para agroecossistemas são importantes para a presente pesquisa.

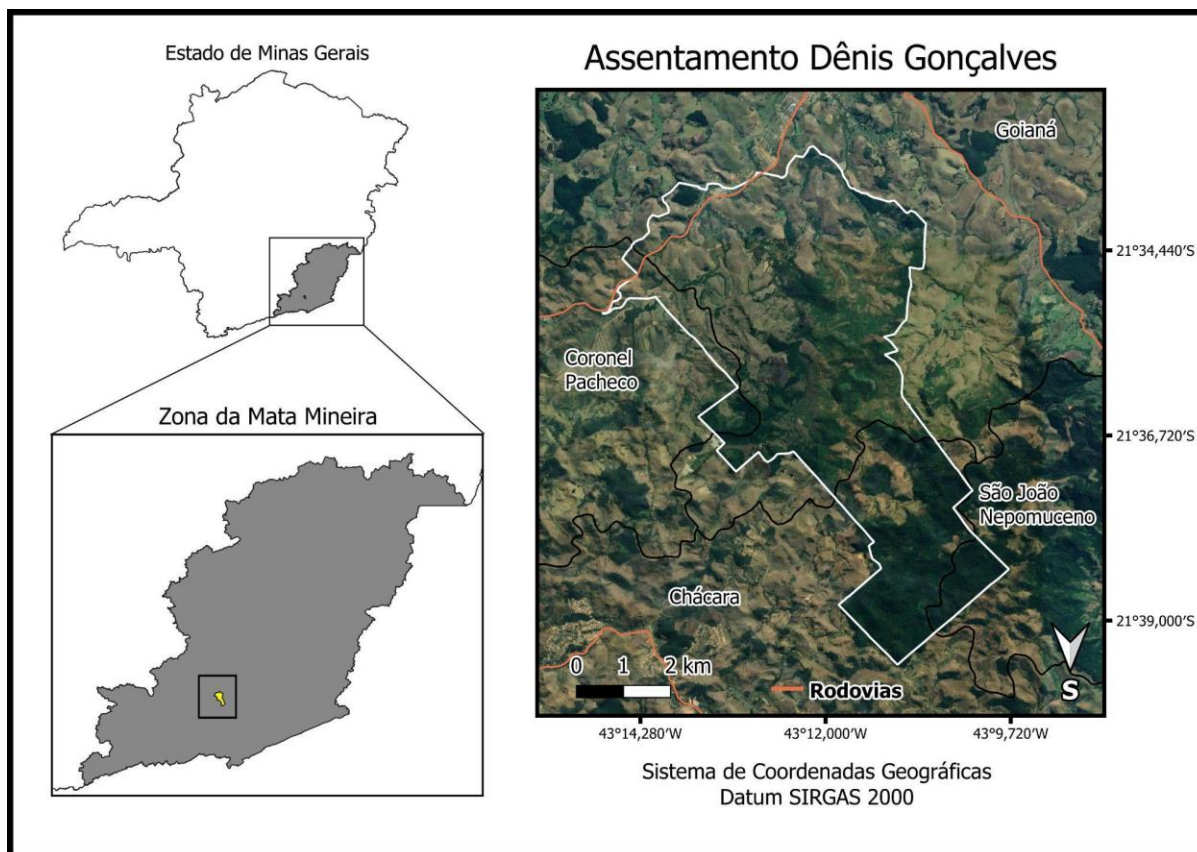
Sob essas perspectivas, o presente trabalho buscou descrever as atuais redes socioecológicas do assentamento em questão e os fluxos socialmente regulados, expressos pelas relações entre diferentes níveis hierárquicos, entendendo supra e subsistemas, como: (1) o Assentamento Dênis Gonçalves, como o macroorganismo socioecológico; (2) as organizações da agricultura familiar camponesa presentes e (3) coletivos de produtores. Enxergou, portanto, diferentes escalas de

agroecossistemas com diferentes formas de relação com supra e subsistemas, descritas como fluxos econômico-ecológicos neste estudo (Petersen *et al.*, 2017), que buscaram elucidar o funcionamento do todo, este grande organismo socioecológico que é o foco desta proposta.

## 2.2 Área de Estudo

O Assentamento Dênis Gonçalves, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), está localizado na Zona da Mata Mineira e perpassa a área de quatro municípios da região: Goianá, Coronel Pacheco, São João Nepomuceno e Chácara (-21.574363 S, -43.209851 W). O assentamento apresenta uma área de 4.683,6 hectares, sendo o maior assentamento do MST do estado de Minas Gerais (INCRA, 2016). Possui cerca de 150 famílias assentadas, compostas pelos antigos “colonos” e “colonas”, trabalhadores ainda dos tempos de latifúndio, e por camponeses provenientes de diversas regiões do Brasil, com destaque para regiões do estado de Minas, como o Vale do Rio Doce, o Sul de Minas Gerais e de outras localidades da Zona da Mata Mineira.

Em 2010 a antiga fazenda Fortaleza de Sant’Anna teve seu histórico de exploração, trabalho escravo e improdutividade ressignificados com a chegada do MST às terras, e, somente no ano de 2013, os camponeses foram de fato assentados formalmente, com o parcelamento dos lotes realizado apenas em 2016, precedido da chegada de mais famílias ao território.



**Figura 1** - Abrangência territorial do Assentamento Dênis Gonçalves, com área perpassando os municípios de Chácara, Coronel Pacheco, São João Nepomuceno e Goianá, onde está situada a sede. Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

### 2.3 Procedimentos metodológicos

Para compreender um fenômeno social dinâmico, como os processos de consolidação deste grande e heterogêneo território e sua organização socioprodutiva, a abordagem de pesquisa mais adequada é a abordagem qualitativa. As etapas metodológicas, e os diferentes instrumentos de coleta de dados que foram utilizados para a descrição proposta, estão divididos em duas escalas de diagnóstico, traduzidas nos seguintes universos amostrais:

#### (1) *Macroorganismo ADG:*

Nesta etapa foram conduzidas entrevistas semi estruturadas com lideranças do MST divididas em duas categorias definidas para este estudo: Lideranças locais e regionais da (1) Luta pela terra, para contextualizar o assentamento no panorama atual de espacialização do projeto de reforma agrária popular do movimento, puxando um fio da história e refletindo acerca dos processos organizacionais e marcos de

consolidação da agricultura familiar camponesa no território, desde a fase de acampamento na ocupação inicial, até as formas presentes de desenvolvimento de outros fatores inerentes ao projeto amplo de reforma agrária popular do movimento que perpassam o âmbito da produção; e do (2) Setor de Produção da Regional Antônio Ventura (Zona da Mata Mineira) do MST, para complementar o percurso acima com a organização socioprodutiva atual do assentamento e sua integração com o contexto regional, buscando esquematizar as redes sociotécnicas existentes.

*(2) Organizações da Agricultura Familiar Camponesa:*

Nesta escala de diagnóstico, foram entrevistadas, aos moldes da etapa anterior, lideranças das organizações da agricultura familiar camponesa assentada presentes. A pesquisa buscou nesta etapa descrever tais organizações, seu funcionamento, e sua abrangência dentro e fora do assentamento, a fim de entender e descrever os fluxos socialmente regulados do macroorganismo, além de trazer informações dos contextos de surgimento das organizações presentes no assentamento e situar sua atuação, no que tange a aspectos relacionados à produção, distribuição e comercialização dos produtos, na presente configuração do assentamento. Nesta etapa, foi central elucidar as especificidades da natureza de cada organização, bem como o perfil geral das famílias que as compõem.

Para a seleção dos participantes a serem entrevistados, a pesquisa percorreu um percurso lógico. Primeiramente localizando, por indicação de lideranças locais do assentamento em questão, lideranças atuantes em cargos de direção e coordenação do MST relativos aos setores de interesse de investigação para o presente trabalho, e que fizeram parte dos eventos históricos do assentamento desde sua criação. O raciocínio orientador desta escolha pode-se relacionar, pelas suas potencialidades, com a metodologia do direcionamento do entrevistador pela técnica da “bola de neve” (Vinuto, 2014).

Assim, foram entrevistados membros dos mais diversos setores locais e regionais do MST: Direção Nacional do movimento, no âmbito da coordenação a nível do Estado de Minas Gerais; Coordenação do Setor de Produção da Regional Antônio Ventura, referente aos assentamentos da Zona da Mata Mineira; Setor de Educação da Regional Antônio Ventura; e Coordenação geral de ambas as cooperativas

presentes no território. Ao todo foram entrevistadas 5 lideranças que atuam intersetorialmente nos âmbitos descritos.

A condução das entrevistas buscou seguir um estilo de conversa aberto, através de um roteiro semiestruturado dividido em blocos de acordo com cada escala de análise, servindo como um fio condutor das entrevistas e almejando criar uma narrativa guiada pelos eixos temáticos e respectivos tópicos orientadores que estão em evidência no fim do presente trabalho (Apêndice 1), permitindo assim a exploração de outros temas e tópicos que surgiram durante este “bate-papo”.

**Tabela 1** - Eixos temáticos dos blocos de entrevistas do roteiro semi estruturado

Roteiro semi estruturado	Eixos Temáticos
Bloco 1 - Lideranças da luta pela terra e do Setor de Produção da Regional Antônio Ventura	Panorama das experiências de reforma agrária na Zona da Mata Mineira
	Consolidação da Agricultura Familiar Camponesa no assentamento
	Trajectoria de surgimento e consolidação das organizações da agricultura familiar camponesa do assentamento
	Conjunto de organizações de agricultura familiar camponesa assentada que compõem a Regional Antônio Ventura
	Como as lideranças enxergam o avanço da agricultura familiar camponesa para a região
Bloco 2 - Lideranças das organizações da agricultura familiar camponesa assentada do ADG	Natureza e especificidades da organização
	Estrutura e funcionamento da organização
	Processo de certificação da produção
	Impacto do trabalho das organizações no modo de vida e a produção das famílias

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tais momentos de conversa, em ambos os níveis hierárquicos acima descritos, seguiram o viés da Perspectiva Orientada aos Atores (Long, 2007; Long & van der Ploeg, 2011), para entender noções da organicidade histórica do assentamento, da presença da cultura do campesinato e do cooperativismo e da busca por autonomia

e soberania pelos coletivos do assentamento, sob suas construções históricas. Como Petersen *et al.* (2017) apontam:

“A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) é uma abordagem teórico-metodológica empregada para o estudo dos processos de mudança social. Surgiu em resposta ao questionamento do enfoque teórico estruturalista que atribui aos indivíduos e às coletividades o papel de meros recipientes passivos das transformações estruturais impostas por atores macrossociais (capital, Estado, etc.). Aplicada aos estudos do desenvolvimento rural, a POA tem contribuído para compreender como agricultores e agricultoras, individual ou coletivamente, procuram reduzir a dependência ou as relações de subordinação técnica, econômica e política aos setores agroindustrial e financeiro e ao poder prescritivo das políticas de modernização.” (Petersen *et al.*, 2017).

Assim, o registro dos dados foi feito mediante a entrevistas seguindo roteiros semi estruturados com anotações realizadas em um diário de campo (Whitaker, 2002). Para além das anotações em diário de campo, a pesquisa buscou registrar e sistematizar dados se valendo de ferramentas metodológicas participativas (Verdejo, 2007; Petersen *et al.*, 2017), a fim de refletir a organicidade histórica do território em questão a partir de seus atores, como citado anteriormente.

Com isso, para a primeira escala de diagnóstico, buscou ser criada juntamente das lideranças uma linha do tempo (Verdejo, 2007; Petersen *et al.*, 2017) com os eventos históricos do assentamento, que serviram para refletir sobre o estabelecimento da agricultura familiar camponesa no território e os contextos de surgimento das organizações da agricultura familiar camponesa presentes. Na segunda escala de diagnóstico, a pesquisa se valeu da Matriz de Organização Comunitária (Verdejo, 2007) para identificar, analisar e visualizar de forma participativa fatores internos e externos divididos em fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças, almejando elucidar a situação atual das organizações envolvidas.

#### 2.4 Processamento e análise dos dados

Primeiramente, o trabalho buscou, com as anotações em diário de campo, construir uma descrição diagnóstica, na forma de uma narrativa, dos processos

históricos de estabelecimento e consolidação da agricultura familiar camponesa no território em questão. Ademais, essa descrição buscou elucidar sua organização socioprodutiva atual, as redes socioecológicas presentes e seus fluxos socialmente regulados.

Além disso, o diagnóstico narrativo almejou evidenciar empiricamente a manifestação de um projeto de reforma agrária popular em curso no território, através da análise dos processos supracitados, dos contextos de surgimento das organizações da agricultura familiar camponesa presentes e dos impactos dessa evolução temporal nos modos de vida da comunidade assentada e na economia local.

Foram compiladas e citadas no presente trabalho, por meio de notas de rodapé, fontes documentais para enriquecer a narrativa, trazer elementos históricos e balanços oficiais de projetos e números do MST e de suas organizações, e também dados de projetos de instituições de pesquisa e ONGs, pertinentes para a construção dos processos locais do assentamento.

Para além da narrativa, no âmbito macro da organização socioprodutiva, o trabalho buscou traduzir as informações coletadas nas diferentes escalas espaciais, por meio das entrevistas e dos instrumentos participativos, em diagramas, a fim de esquematizar didaticamente o metabolismo socioecológico desse macroorganismo com seus subsistemas, em diferentes escalas (Petersen *et al.*, 2017).

Outro ponto de destaque foi a geração da Matriz de Organização Comunitária (Verdejo, 2007) que se trata de uma abordagem similar à Matriz FOFA, e que cuja análise compôs o conjunto de dados aferidos e gerados que permitiu inferir acerca do questionamento central da pesquisa, da viabilidade concreta de um projeto de reforma agrária popular para o presente contexto. Como citado anteriormente, a organização da produção nas cooperativas, como estratégia ativa do MST, é um mecanismo utilizado pelo movimento para afirmar a viabilidade econômica de seus assentamentos (Fabrini, 2003).

Dados coletados e sistematizados foram validados com participantes da pesquisa em momentos *a posteriori* às etapas de campo, durante a escrita do presente trabalho. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCAR), sob o Parecer nº 7.446.730 e CAAE nº 83567824.9.0000.5504, respeitando as diretrizes éticas da Resolução CNS nº 466/2012.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Prólogo: Fios condutores da narrativa

A fim de organizar os dados registrados no Diário de Campo (Whitaker, 2002), e constituir uma base para ser um dos fios condutores para a construção da presente narrativa, foi realizada a sistematização dos registros em uma planilha no software Microsoft Excel. Neste movimento de pré-análise, foi possível identificar claramente 6 categorias analíticas que se manifestaram organicamente durante essa sistematização, e que permitiram agrupar os 97 tópicos e falas do Diário de Campo registrados na planilha confeccionada. As categorias analíticas revelam de antemão algumas nuances inerentes à organicidade do território e à comunidade inserida em questão, que serão elucidadas ao longo da narrativa.

**Tabela 2** - Categorias analíticas identificadas no presente estudo

Categoria identificada	Exemplo de trecho
A Zona da Mata Mineira e a Reforma Agrária	“O MST vem para mostrar que existe uma cultura do latifúndio muito presente na região”
A gênese do ADG: “Construção da organicidade”	“As lideranças explicam que os coletivos de famílias, que foram organicamente se formando no território, se organizaram minimamente nos núcleos para definir e estabelecer sua produção, de acordo com vocações culturais como por exemplo os bananeiros de Piau, e de acordo com vocações produtivas dos diferentes locais do território, relativas a aspectos como relevo e topografia, altitude, entre outros, como por exemplo a característica de bacia leiteira da região. Produtores de culturas hortifrutigranjeiras se estabeleceram em áreas mais propícias para irrigação; produtores pecuaristas se estabeleceram nas áreas mais apropriadas para constituir essa bacia leiteira, entre outros exemplos”
A presença da Cultura do Campesinato no ADG: “DNA da Serra”	“O núcleo da Serra fazia muito mutirão, trazia muita gente para palestrar, realizar oficinas, fazia muitas festas para aproximar as famílias, e hoje o DNA da Serra é propagado pela COOPERMATAS no assentamento”
Fomentando a Cultura do	“Nas palavras de ACP, “a própria orientação do

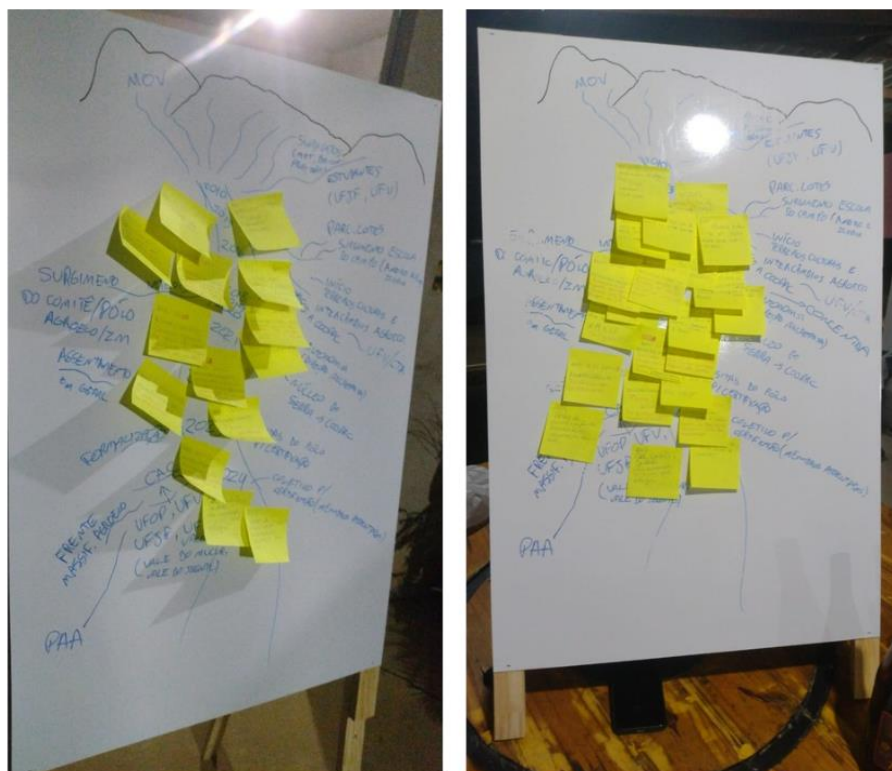
Cooperativismo no território: “Autocoletividade, intercooperação e integração vertical”	movimento é ter cooperativas locais, regionais e estaduais”. Ele comenta que os assentamentos já surgem pensando em como irão se integrar às redes sociotécnicas regionais e, por conseguinte, à lógica à nível de estado”
O movimento como articulador e facilitador dos processos de consolidação da agricultura familiar camponesa e da reforma agrária popular no território	“O movimento amplia, dentro das possibilidades, outras perspectivas desde o início do estabelecimento das famílias nos territórios da reforma agrária, como por exemplo ações de “combate do viés do agronegócio através da Agroecologia”, nas palavras de ACP, da cultura camponesa e da cooperação”
O impacto do ADG nas comunidades do entorno e na dinamização da economia local	“CCZ comenta que esses recursos são injetados na economia local, na forma de materiais e insumos para construção das habitações e infraestruturas produtivas dos coletivos do ADG, e na viabilização e escoamento de sua produção, impactando diretamente os diferentes cenários do entorno na forma de diferentes meios de dinamização da economia local”

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao longo da subsequente narrativa, as falas e trechos, especificamente citando lideranças e demais atores entrevistados na pesquisa de campo, se referiram aos mesmos utilizando acrônimos (siglas) formados a partir de seus nomes, a fim de identificar diferentes atores presentes na pesquisa e, ao mesmo tempo, conferir anonimato, preservando suas identidades.

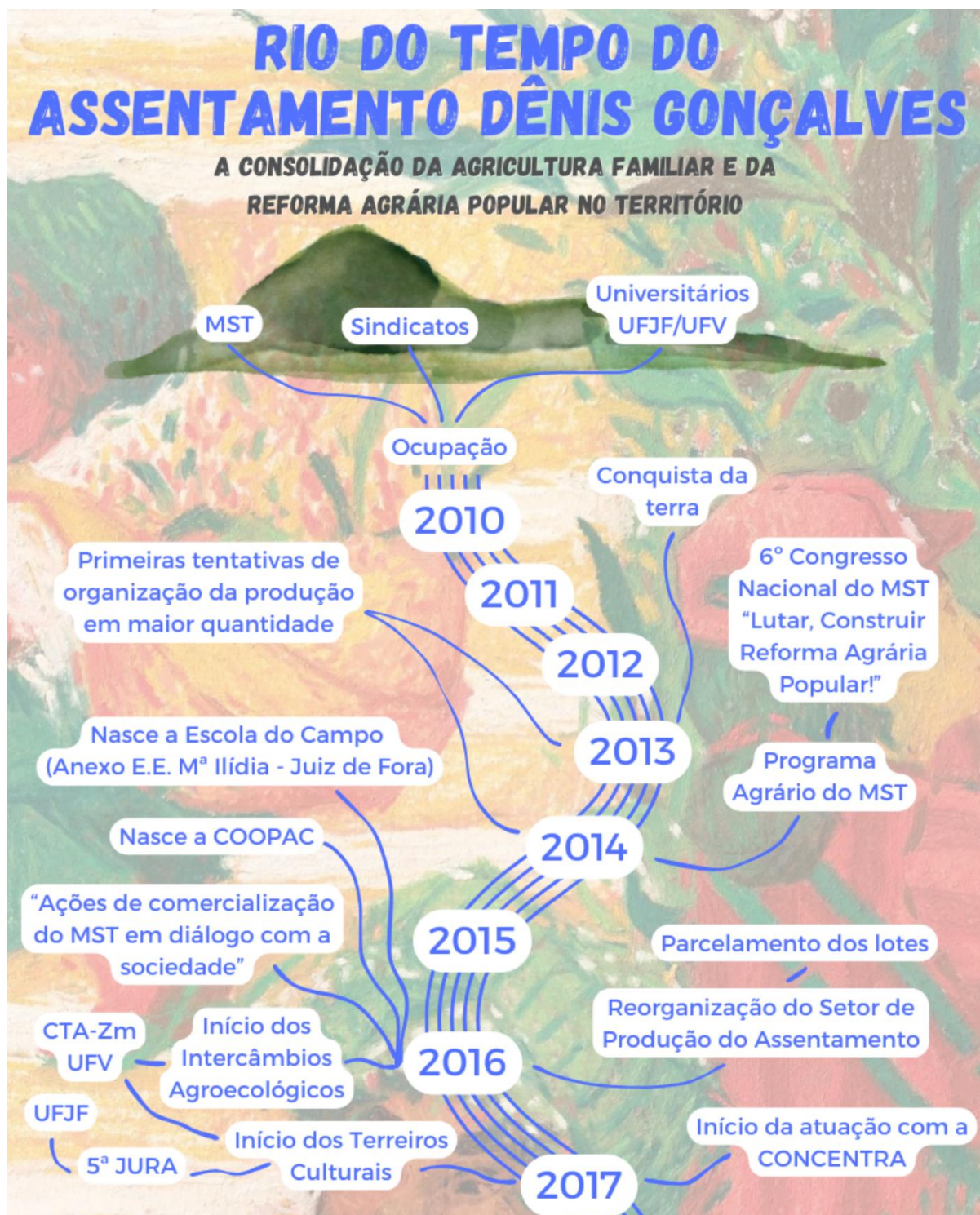
Outra metodologia utilizada como fio condutor da narrativa, e que se firmou como recurso orientador para elucidar os processos de consolidação da agricultura familiar camponesa e do projeto de reforma agrária popular no território, foi a construção do Rio do Tempo<sup>1</sup> (Biazoti *et al*, 2017), materializado participativamente com todos os entrevistados durante o trabalho de campo (Figura 2). A metodologia teve, como os dois eixos orientadores da dinâmica coletiva, os processos internos e eventos que, no entendimento das lideranças, configuraram marcos para a consolidação da (1) Agricultura Familiar Camponesa e do (2) Projeto de Reforma Agrária Popular no território.

<sup>1</sup> “No coração da proposta do Rio do Tempo está a intenção de evidenciar que cada pessoa e coletivo que chega traz consigo bagagens e repertórios. Reconhecer e valorizar a trajetória de indivíduos e grupos, reverenciar as memórias, as origens e a ancestralidade de cada território e processo”. Fonte: <https://aba-agroecologia.org.br/rio-do-tempo-20-anos-da-aba-agroecologia/>



**Figura 2** - Exemplos de momentos da construção participativa do Rio do Tempo, em diferentes ocasiões. Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O resultado final evidencia “afluentes” que representam tanto os referidos marcos no Assentamento Dênis Gonçalves, como também organizações, instituições e demais coletivos centrais para a consolidação dos processos locais, além de elucidar momentos e épocas chave para o assentamento, que nos auxiliam a refletir sobre a formação histórica deste território da reforma agrária popular (Figuras 3 e 4).



**Figura 3** - Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves: A consolidação da Agricultura Familiar Camponesa e da reforma agrária popular no território. Parte 1. Fonte: Elaborado pelo autor e por lideranças do Assentamento Dênis Gonçalves (2025).



**Figura 4** - Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves: A consolidação da Agricultura Familiar Camponesa e da reforma agrária popular no território. Parte 2. Fonte: Elaborado pelo autor e por lideranças do Assentamento Dênis Gonçalves (2025).

### 3.2 Concentração fundiária na Zona da Mata Mineira e contextualização do ADG na espacialização da reforma agrária popular na mesorregião

A questão fundiária e suas contradições na Zona da Mata Mineira, como em outras regiões do Brasil, remontam ao período colonial, em suas diferentes formas históricas de distribuição e aquisição de terras, que geraram o panorama atual de concentração fundiária. A começar pelo regime de sesmarias, que concedeu, pela coroa portuguesa, imensos lotes de “terras virgens” aos que se comprometessem a cultivar tais terras, sob o pretexto de promover a produção agrícola e o povoamento de determinadas áreas (Silva & Neto, 2019).

No Brasil, as sesmarias eram concedidas a nobres, militares, religiosos e outros membros da elite colonial, que tinham recursos e poder para explorar a terra. Eram terras, no entanto, de difícil mapeamento por sua grande extensão territorial, gerando conflitos e apropriações indevidas. Após a revogação do regime das sesmarias, em 1822, outro instrumento legal de distribuição de terras só foi promulgado 28 anos depois, configurando um limbo histórico que reforçou ainda mais as apropriações irregulares (Cruz & Ghidorsi, 2023).

O período em questão ficou notavelmente marcado por grandes tensões entre diferentes atores na disputa por terras, tanto do lado menos favorecido (pequenos posseiros, camponeses, indígenas, escravos libertos etc), quanto do lado mais abastado (elite agrária em consolidação). A Lei de Terras de 1850, em vez de caminhar no sentido dos anseios populares de uma reforma agrária nacional, firmou a opção do Brasil pelo latifúndio, em um período marcado por uma acentuação aguda da concentração fundiária no país, ao estabelecer a terra como propriedade privada, como *mercadoria* (Boas, 2018).

Dois aspectos dessa lei contribuíram em grande medida para agravar o alarmante e crescente cenário de concentração fundiária. O primeiro ponto diz respeito à autodeclaração e regularização fundiária por parte de quem, de certa forma, “possuía” terras previamente (sesmeiros e posseiros). A fragilidade institucional desta lei consolida, na prática, as formas de apropriação fraudulentas que persistem até os dias de hoje, como a grilagem de terras (Silva & Neto, 2019).

O segundo ponto é que, estabelecendo um mercado de grandes extensões de terra e garantindo assim, que estas pudessem ser adquiridas por uma parcela abastada da população (que já ocupava extensas áreas), em detrimento de uma

ocupação gradual e planejada do território nacional na forma de pequenas propriedades, essa lei acaba por consolidar de vez a elite agrária nacional (Cruz & Ghidorsi, 2023).

No momento em que a elite agrária em formação, em menor número populacional, passa a ser detentora dos meios de produção e reprodução no campo, essa mudança estrutural na sociedade resulta em uma enorme oferta de mão de obra por parte de quem não tinha recurso para adquirir um pedaço de terra e que precisou, assim, vender sua força de trabalho em troca de meios (monetários ou não) de garantir sua sobrevivência no campo. “Curiosamente”, em uma época cujo fim da escravidão era iminente (Boas, 2018).

A Zona da Mata Mineira, com sua tradição cafeeira, teve um papel importante nesse processo, tanto pela proximidade com a capital do império na época, quanto pela expansão das lavouras e a busca por novas áreas de cultivo, muitas vezes sobre áreas florestais. Rodrigues (2019) relata que a maneira como a atividade produtiva foi historicamente organizada gerou profundos efeitos sobre a estrutura da posse da terra; a cobertura vegetal; e as dinâmicas sociais na Zona da Mata Mineira, resultando no atraso social da região e na intensificação da concentração da riqueza e, conseqüentemente, das terras. Primeiramente estabeleceu-se o cultivo da cana de açúcar e, posteriormente, a região se tornou expoente no primeiro ciclo cafeeiro brasileiro.

Com o passar do tempo, a mesorregião também se destacou como proeminente bacia leiteira no estado, vocação presente até os dias de hoje, sobretudo pela substituição de áreas de produção agrícola em grandes propriedades pecuaristas. No início do século XX, a produção cafeeira começa a desacelerar também por conta da intensificação dos processos de industrialização, sobretudo nos centros urbanos que foram se desenvolvendo, destacadamente nos ramos têxtil e metalúrgico, como relatam Netto & Diniz (2006).

Os processos de industrialização, e de pecuarização das lavouras, fazem surgir na região um intenso fluxo campo-cidade, presente até os dias de hoje, marcando a pressão da urbanização no campo existente na região (Hackbardt *et al.*, 2021; Faria *et al.*, 2022). Contudo, a mesorregião foi sendo preterida em investimentos estaduais de desenvolvimento territorial e perde destaque regional, entrando em um cenário de estagnação econômica, tanto no setor agropecuário, quanto no setor industrial (Netto & Diniz, 2006; Rodrigues, 2019).

Conforme apontam Bastos e Gomes (2010), em épocas mais recentes, a produção de grãos na Zona da Mata Mineira ocorre predominantemente em pequenas propriedades rurais, voltadas para subsistência, com pouco excedente comercializado, sobretudo nas culturas de arroz, milho e feijão. As autoras apontam um aumento significativo no mais recente ciclo cafeeiro da região, tanto no volume de produção, colocando a região como a segunda maior produtora do estado, quanto na qualidade do produto, que tem obtido projeção internacional, em especial nos municípios do leste da região.

A fruticultura começou a se consolidar como uma alternativa viável para os agricultores locais a partir do século XX. Ainda assim, há um uso limitado da capacidade produtiva regional, e os fatores logísticos e geográficos, como a posição estratégica e a rede de transportes, permanecem subexplorados, podendo evidenciar os reflexos supracitados do atraso social da região. Além da fruticultura, a mesorregião ocupa o terceiro lugar na produção estadual de arroz. Em 2006, o milho era a principal lavoura de ciclo curto na agricultura familiar local, enquanto os cafés das variedades conilon e arábica se sobressaíam entre as lavouras permanentes (Bastos e Gomes, 2010).

No tocante à estrutura fundiária da mesorregião, os dados organizados por Teixeira (2012) revelam que, embora a grande maioria dos estabelecimentos rurais da mesorregião da Zona da Mata Mineira seja composta por pequenas propriedades, com menos de 26 hectares, essas unidades correspondem a apenas 12,16% da área total utilizada. Em contrapartida, o percentual relativo às grandes propriedades corresponde ao que se esperaria, dado a contextualização supracitada. Os latifúndios, com áreas variando de 100 a mais de 2.500 hectares, concentram quase metade (49,27%) da extensão territorial total ocupada por propriedades rurais.

É evidente a concentração fundiária na Zona da Mata Mineira, uma vez que um grupo bastante reduzido de propriedades (apenas 5,14% do total) ocupava, na data do Censo Agropecuário do ano de 2006, uma proporção significativa da terra disponível. Tal cenário se mantém nos dias atuais, com nenhuma mudança estrutural observada na distribuição fundiária entre os anos de 1990 e 2017, como observado por Faria *et al.* (2022), no que tange os gráficos de distribuição da área total ocupada em função do tamanho das propriedades.

É curioso citar especificamente os dados do Censo Agropecuário de 2006, pois é somente nos anos de 2004 e 2005 que a luta pela terra materializa sua primeira

conquista popular na Zona da Mata Mineira. Com a desapropriação da antiga Fazenda Santa Helena em 2004, surge o primeiro Projeto de Assentamento de reforma agrária da mesorregião, o assentamento Olga Benário. É criado pela Superintendência Regional do INCRA do Estado de Minas Gerais através da Portaria nº 110 de 11 de outubro de 2005, com capacidade para 30 famílias, como resultado de muita luta por terra do MST na região metropolitana de Belo Horizonte:

Dito isto, o início da luta pela terra na Zona da Mata Mineira teve como marco a ocupação da fazenda Santa Helena no município de Visconde do Rio Branco, no dia 14 de junho de 2005, quando cerca de vinte e quatro famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), provenientes dos acampamentos: Carlos Lamarca (Pará de Minas), Olga Benário (Esmeraldas), 02 de julho (Betim), Ho Chi Minh (Juatuba) e Herbert de Souza (Campo do Meio) se deslocaram da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte e do Sul do estado de Minas Gerais para uma ocupação pacífica, nas terras pertencentes a uma antiga usina de cana de açúcar (Teixeira, 2012).

Esse momento histórico gera um questionamento pertinente: Por quê a luta pela terra na Zona da Mata Mineira demorou tanto tempo para se manifestar concretamente? Já citando um trecho do Diário de Campo do presente estudo, uma das lideranças entrevistadas, assentado no Dênis Gonçalves, revela um panorama que corrobora a fala de um dirigente estadual do MST entrevistado por Teixeira (2012):

ACP<sup>2</sup> relata que, historicamente, não se tinham na região sindicatos rurais muito expressivos e as pastorais também não demonstravam muito apoio à luta pela terra, muito em função de uma narrativa construída em que se argumentava que a região da Zona da Mata Mineira não era um local interessante para se apostar na Reforma Agrária, sob o pretexto de que havia na região maior proeminência de pequenas propriedades e alegando que a

---

<sup>2</sup> ACP é natural de Alpercata-MG, na mesorregião do Vale do Rio Doce. É Geógrafo (licenciado e bacharel), formado pelo PRONERA na UNESP de Presidente Prudente. É assentado desde 1996 e foi por muito tempo dirigente do MST em outras regiões do Estado. Vem para o ADG no ato de sua criação, na primeira leva de famílias assentadas oficialmente no território, e contribuiu na implementação do assentamento atuando pelo Setor de Produção Estadual do movimento. Hoje é educador na E.E Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, a escola do assentamento, e é ligado ao setor de Educação do MST, além de compor a Frente de Massificação da Agroecologia no Assentamento, vinculando-se, assim, também ao setor de produção.

mesma possuía outras características econômicas de maior relevância que a atividade agrícola, que ditariam o desenvolvimento da região, a exemplo da sua vocação industrial (Diário de Campo, 08/04/2025).

O MST surge levantando como bandeira política o discurso contra hegemônico e vem para mostrar, através das suas experiências concretas, que existe uma cultura do latifúndio muito presente na região, corroborando os dados sistematizados por Teixeira (2012) e Faria *et al.* (2022), e com figuras coronelistas e dos círculos familiares da elite local muito presentes historicamente e proeminentes até os dias atuais em posições de poder (Genovez, 2002). Tem-se exemplos no município de Juiz de Fora e região, com tais figuras sendo incorporadas e homenageadas localmente em nomes de ruas, museus e outros locais históricos, e com os exemplos concretos de grandes latifúndios que vieram a se tornar assentamentos do movimento, como o ADG e o Olga Benário, com cerca de 4680 e 760 hectares, respectivamente.

Nesse sentido, logo após a criação do assentamento Olga Benário, e para fortalecer a sua presença na mesorregião, o MST organizou outras duas ocupações de terras nos municípios de Santana de Cataguases e Goianá. A ampliação da atuação do movimento na Zona da Mata Mineira culminou em uma mudança organizativa estratégica, descrita por Hackbardt *et al.* (2021):

Devido ao desenvolvimento da luta pela reforma agrária na região, a ampliação das áreas de ocupação e a distância territorial com a região metropolitana, além das especificidades regionais, o movimento passou a ter não só uma brigada, mas sim uma regional, uma alteração organizativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, situação que garante a possibilidade de um aprofundamento da atuação na Zona da Mata Mineira. A regional passa a ser chamada de Antônio Ventura<sup>3</sup> (Hackbardt *et al.*, 2021).

A ocupação de Goianá se deu na antiga Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, que veio a se tornar o Assentamento Dênis Gonçalves. Grande parte da área da antiga

---

<sup>3</sup> “Antônio Ventura foi um militante ligado às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Posteriormente segue sua caminhada de militância no mundo sindical e segue a construção da sua história de luta pelo socialismo em Juiz de Fora, contribuindo na organização de movimentos por moradia, assim como na luta por direitos das crianças. Esteve, antes de falecer, contribuindo no processo de mobilização das famílias que ocuparam a fazenda Fortaleza de Santana e veio a óbito no dia da ocupação da fazenda.” (Hackbardt *et al.*, 2021)

fazenda é composta de reserva natural de Floresta Atlântica em regeneração e constitui importante patrimônio histórico, ambiental e arqueológico:

Nesta fazenda se situam formações de monadnocks de gnaiss, conhecidos por Pedra da Babilônia, Pedra da Boa Vista e Pedra dos Índios, nesta última temos três cavernas onde em uma delas foi encontrado um “cemitério indígena” com peculiares características. Como resultado desta descoberta tem-se até o momento, três indivíduos mumificados depositados na coleção arqueológica do Museu Nacional<sup>4</sup>, um relatório escrito por Frederick Hartt e publicado em 1875, um estudo interdisciplinar coordenado por Beltrão e Lima na década de 1980, além de várias outras citações (Corrêa & Colombo, 2014).

Uma descrição histórica dessa fazenda também é importante para o presente trabalho. A fazenda tem origem no final do século XVIII, com concessões de sesmarias a posseiros. Em 1845, a propriedade é apropriada por José Joaquim de Santana, cujo inventário detalha 488 alqueires de terras e 64 escravos, além de recursos produtivos e instrumentos agrícolas. Após o falecimento de José Joaquim, sua filha Maria José de Santana (Baronesa de Santana) e o filho Mariano Procópio Ferreira Lage expandem a fazenda para 970 alqueires, transformando-a numa potência agrícola. O investimento em infraestrutura e mão de obra escrava é intensivo. Mariano se envolve ainda com a construção da Estrada União & Indústria, com forte apoio do Império (Saraiva & Guimarães, 2023).

A fazenda Fortaleza de Sant’Anna foi um imóvel produtor de café no segundo império, posse de família com grande influência política e pertencente ao círculo de amigos do imperador D. Pedro II. As estruturas de beneficiamento e armazenamento de café, a antiga serraria movida à água e o aqueduto que transportava a produção da serra aos grandes terreiros de secagem, ilustram a grande produção realizada na época (Corrêa & Colombo, 2014).

Quando faleceu, a Baronesa “possuía” 235 escravos e patrimônio de 584 contos de réis. A cafeicultura responde por 78% da riqueza inventariada. No entanto, as dívidas herdadas da firma de Mariano comprometem parte do patrimônio, levando à proposta dos rendimentos da operação agrícola servirem como forma de quitação.

---

<sup>4</sup> Infelizmente todos os vestígios deste importante patrimônio arqueológico, de mais de 600 anos de idade, se perderam no incêndio do Museu Nacional, em 2018.

A abolição da escravatura (1888) obviamente provoca mudanças drásticas, e os herdeiros acumulam dívidas. Em 1890, há um empréstimo hipotecário para manter a fazenda operando, mas a dívida leva à execução judicial e a propriedade é adjudicada por Cândido Teixeira Tostes em 1901 (Saraiva & Guimarães, 2023).

Mesmo após a abolição, relações laborais coercitivas persistiram na fazenda. Modelos híbridos de trabalho substituem a escravidão formal, mas muitas práticas violentas continuam. A transição no campo é marcada por exploração, controle da liberdade de locomoção e trabalho análogo à escravidão. Na década de 1920, crimes bárbaros cometidos por um empreiteiro na fazenda incluíram assassinatos e castigos corporais a trabalhadores “contratados” sob promessas de salário não cumpridas. Os repetidos casos revelam a continuidade de práticas escravistas mesmo décadas após a abolição (Saraiva & Guimarães, 2023).

Após longos anos de acúmulo de dívidas, por parte das gerações que sucederam Cândido Teixeira Tostes, e se encontrando em situação de semi abandono, inclusive culminando no incêndio da sede da fazenda (Saraiva & Guimarães, 2023), o INCRA, após laudo emitido em 2010, declara a fazenda improdutiva. Pouco tempo depois, o MST ocupa a propriedade para pressionar o poder público a fim de acelerar o processo de desapropriação e fazer-se cumprir a função social da terra, através da reforma agrária:

Em 25 de Março de 2010, o MST faz a ocupação da antiga fazenda Fortaleza de Sant'Anna com cerca de 50 famílias vindas da própria região. Essas famílias foram organizadas por meio de trabalho de base desde setembro de 2009. Essa ocupação deu origem ao assentamento Dênis Gonçalves<sup>5</sup>, maior assentamento do MST no estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 4.683 hectares. Além dos militantes do MST, estiveram presentes, em todo o processo político-organizativo do assentamento, alguns sindicatos de Juiz de Fora como: sindicato dos têxteis, sindicato dos professores estadual e municipal, sindicato dos metalúrgicos, professores das Universidades Federais de Juiz de Fora e de Viçosa, outros movimentos sociais como o

---

<sup>5</sup> “O assentamento foi assim batizado para homenagear Dênis, que foi uma criança do Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco, MG. Por causa de seu pai, Dênis, ainda pequeno, abraçou a luta no assentamento e foi participar ativamente da ciranda infantil. Um dia, ao ir à cidade, Dênis morreu em um acidente automobilístico. O Assentamento Dênis Gonçalves é sinal de que Dênis está ressuscitado, presente na luta da família Sem Terra.” Fonte: <https://facomnoturno2013.wixsite.com/denisgoncalves>

Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), algumas associações municipais e o movimento estudantil (Hackbardt *et al.*, 2021).

Um ponto aqui merece destaque: As ocupações do Dênis e do Olga tiveram forte presença da comunidade universitária e dos institutos técnicos da Zona da Mata Mineira e este é um aspecto de grande relevância para o presente estudo. As comunidades acadêmicas tiveram forte peso na consolidação da Agricultura Familiar no território, como citado repetidas vezes no Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves. Tais eventos serão elucidados ao longo da presente narrativa.

Importante lembrar que a articulação com as universidades na região sempre foi um campo de destaque e que esteve presente desde o início da organização do movimento na região, devido a ser uma região que possui três universidades federais (Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Ouro Preto), EFA's - Escolas Família Agrícolas, Institutos Federais etc. Ademais, possui articulação tanto com o movimento estudantil, como com os discentes parceiros que sempre contribuíram nas ações desenvolvidas na região através de diversos projetos de extensão, ensino e pesquisa (Hackbardt *et al.*, 2021).

O movimento então ressignifica a história da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna depois de quase 4 anos de acampamento, envolvendo reintegrações de posse, despejos e muita luta e resistência para poder, enfim, contar os próximos capítulos da história deste território, desta vez sob a perspectiva da classe trabalhadora camponesa. Como Hackbardt *et al.* (2021) ressaltam:

O patrimônio da Fazenda Fortaleza de Santana deve ser entendido como um conjunto de bens que não se restringe apenas à história de duas ou três famílias da elite latifundiária mineira que fez uso de ampla utilização de mão-de-obra escrava e, após a abolição, assalariada, na construção do referido patrimônio. A Fazenda Fortaleza de Sant'Anna durante todo o seu período de existência, desde fins do séc. XVIII (1790) até se tornar um assentamento – séc. XXI (2013) sintetizou também as resistências de gerações de trabalhadores. Em sua história está presente a Sesmaria, trabalho escravo, trabalho imigrante (italiano), trabalho assalariado precarizado e, por último, a presença dos Sem Terra (Hackbardt *et al.*, 2021).

Hoje o assentamento, que recentemente completou 10 anos, desde sua oficialização, é palco de pesquisas em Agroecologia, Educação, Soberania e Segurança alimentar e diversos campos etnográficos, além de ter sediado inúmeras feiras de trocas de sementes e intercâmbios agroecológicos, e formalizado parcerias de pesquisa e extensão com a academia, a exemplo das Universidades Federais de Juiz de Fora/MG e Viçosa/MG (Carvalho, 2018; Cuenin, 2019; Elteto *et al.*, 2020; Martins, 2016; Novato *et al.*, 2020; Pereira, 2018).

Para finalizar esta seção, e atualizando os números e experiências descritos por (Hackbardt *et al.*, 2021), é pertinente comentar os passos dados pela Regional Antônio Ventura no avanço da reforma agrária na Zona da Mata Mineira, após o ano de 2021:

ACP comenta acerca da atualização das experiências de reforma agrária do MST na Zona da Mata Mineira: Tem-se o Assentamento Olga Benário, o primeiro da mesorregião; o Assentamento Dênis Gonçalves; um Acampamento no município de Tocantins, avançando no processo de se tornar um Assentamento; e a experiência mais recente: o Acampamento Roza Cabinda<sup>6</sup>, criado em 2024, no distrito de Monte Verde (Juiz de Fora), com 10 famílias e em processo de aumentar para 20, estabelecido como número máximo para o local (Diário de Campo, 08/04/2025).

O acampamento Roza Cabinda foi criado pelo movimento em um intenso trabalho de base, mobilizando famílias a partir de projetos socioambientais do movimento (a serem descritos mais adiante) e firmando uma parceria com o proprietário da área, para converter dívidas com a União na porção referente ao futuro assentamento, com o intermédio do INCRA.

A mais recente experiência da Zona da Mata Mineira é de natureza mais pacífica que a habitual luta pela terra, e está sendo formada a partir do diálogo entre as partes, mas, não obstante, exercendo pressão para que os órgãos públicos avancem nesse projeto. Os extintos acampamentos Francisco Julião e Gabriel

---

<sup>6</sup> “Roza Cabinda. Mulher, negra, escravizada por uma família cujo sobrenome infelizmente nomeia muita coisa aqui na região. Roza Cabinda marcou a história por sua garra exemplar na luta contra a "justiça" de sua época. Luta essa que lhe concedeu a alforria, a liberdade. Conquistar com as próprias mãos sua dignidade e não esperar que nos seja - talvez - concedida por nossos algozes.” A família em questão, citada na referida publicação do MST da Zona da Mata Mineira, é a família do Comendador Henrique Halfeld, fundador da cidade de Juiz de Fora. Fonte: <https://www.instagram.com/p/C8cOSJ7uGCx/>

Pimenta, vítimas de ações de despejo, tiveram suas famílias distribuídas em diferentes regiões do estado de Minas Gerais, em acampamentos avançados no processo de implementação do projeto de assentamento, e em assentamentos já existentes, incluindo o ADG.

### *3.3 Processos históricos da ocupação do Território: A construção da Organicidade do ADG e os esforços iniciais da consolidação da Agricultura Familiar Camponesa e da Reforma Agrária Popular*

O assentamento possui cerca de 1900 hectares de áreas agricultáveis, do total de 4683 hectares. Grande parte da área é Reserva Legal e estão, desde a criação do ADG, em processo de regeneração de habitats florestais. O assentamento reforça continuamente, assim como o MST em geral, o compromisso de restauração dos habitats naturais em conjunto com a produção de alimentos agroecológicos, mostrando empiricamente que é possível, através da Agroecologia, abastecer os mercados internos com alimentos saudáveis ao mesmo tempo em que se conserva e regenera o ambiente.

Estudos como de Alves & Ferreira (2024) demonstram a Agroecologia aliada à Restauração Ambiental na prática em assentamentos do MST, evidenciando os esforços do movimento em estabelecer as diretrizes de seu Programa Agrário, como seu Programa Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis<sup>7</sup>, se inserindo como pilares fundantes do movimento na filosofia, no imaginário e na forma que a Agricultura Familiar assentada se apropria e faz uso dos espaços, demonstrando a possível relação harmônica entre a agricultura e Natureza. Além disso, esse pensamento serve de referência para explorar a ocupação gradual do assentamento em questão, a ser descrita em seguida.

Neste momento de concatenação coletiva dos processos de formação histórica deste território da reforma agrária, emergiram elementos e nuances que guiarão a

---

<sup>7</sup> “A restauração florestal e a regeneração natural assistida no assentamento passaram a fazer parte do plano do MST “Plantar Árvores - Produzir Alimentos Saudáveis”, lançado em 2020, que visa plantar 100 milhões de árvores em todo o país. [...] Os dados de ganho de cobertura arbórea captam os esforços bem-sucedidos de restauração que resultaram da regeneração da floresta e do plantio de espécies arbóreas nativas. Os dados mostram que a paisagem de Abril Vermelho ganhou um total de 1.981 hectares entre 2000 e 2020, com a grande maioria (89%) da nova cobertura arbórea ganha entre 2000 e 2010, correspondendo à época em que o MST começou a ocupar e assentar a área.” Fonte: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/aumentar-cobertura-florestal-e-restauracao-perspectivas-do-brasil>

presente narrativa, e que evidenciam empiricamente fatos que auxiliam a responder aos objetivos da presente pesquisa. Estes aspectos são relativos à autocoletivização em todos os processos desde o início; à construção da Organicidade no território; e ao papel do movimento em dar o suporte e as condições para viabilizar o estabelecimento das famílias e de seus processos produtivos continuamente.

A ocupação do território, após a *Conquista da Terra* em 2013, como referido de forma muito simbólica pelas lideranças no Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves, se deu de forma gradual e bastante orgânica, muito em função da ausência do poder público neste estágio crítico de implementação de um território recém reformulado. Uma carta oficial do INCRA com a delimitação dos lotes só foi acordada no ano de 2016, de forma que a autocoletivização e os esforços do movimento em articular os processos foram imperativos para possibilitar o estabelecimento da Agricultura Familiar Camponesa no território.

Originalmente a proposta do INCRA era de assentar cerca de 100 famílias, mas o MST faz contrapropostas argumentando a possibilidade de se assentar em torno de 150 famílias e o número final, após os contra laudos e negociações, fica em 137 lotes, oficialmente registrados na portaria de criação do assentamento pelo INCRA. As famílias que são assentadas, além das cerca de 50 famílias que estiveram presentes durante as ocupações iniciais, advêm de diversas regiões do Estado de Minas Gerais, como as mesorregiões do Vale do Rio Doce e do Sul de Minas, mas também existem assentados de origem fluminense, baiana e gaúcha, além de outras particularidades, que compõem, assim, as cerca de 150 famílias existentes no território nos dias de hoje.

Uma parte considerável destas, cerca de 40 famílias, se tratam de ex-trabalhadores da antiga fazenda, ou descendentes destes (se autodenominando por *Colonos* e *Colonas*), assentados automaticamente por lei no processo de reforma agrária, que leva em conta ex-trabalhadores do território desapropriado.

O elemento da *Organicidade*<sup>8</sup>, central para o MST, foi muito fortemente desenvolvido no ADG também em função da ausência de instrumentos legais e

---

<sup>8</sup> O conceito de organicidade para o MST compreende um processo coletivo e democrático de participação das famílias nas instâncias deliberativas desde a base até o Congresso Nacional do MST. É a constituição de um “corpo orgânico” no qual “toda base e instâncias de direção estão inseridas dentro do conjunto do Movimento, [...] onde discutimos diversos aspectos que envolvem a vida do Movimento e onde tomamos decisão”. Fonte: (MST, 1998, p.4). No contexto do ADG, está fortemente relacionada com a construção coletiva deste território da reforma agrária e na forma com que se constituiu participativamente.

esforços institucionais na implementação do território, como uma carta oficial que delimita os lotes, e processos de divisão e alocação das famílias, geralmente sendo realizados por sorteio. Assim, as famílias, que foram ocupando gradativamente o território a partir das regiões próximas à sede da antiga fazenda, entenderam que seu protagonismo; o elemento da coletividade; e a articulação com o movimento nos processos político-organizativos do novo assentamento, eram aspectos centrais.

Nos processos de divisão das famílias no território, que culmina no seu parcelamento oficial, foram levados em consideração aspectos ligados à organicidade que foi sendo criada no local desde o início, relativos à articulação dos atores nos processos de autogestão e organização interna. Portanto, aspectos como afinidade entre os grupos e vocação produtiva das famílias foram centrais nessa etapa. Formam-se, assim, grupos de afinidade no assentamento, reunindo as famílias de acordo com locais de origem e vocações culturais e produtivas similares.

As lideranças explicam que os coletivos de famílias, que foram organicamente se formando no território, se organizaram minimamente nos núcleos para definir e estabelecer sua produção, de acordo com vocações culturais como por exemplo os bananeiros de Piau, e de acordo com vocações produtivas dos diferentes locais do território, relativas a aspectos como relevo e topografia, altitude, entre outros, como por exemplo a característica de bacia leiteira da região. Produtores de culturas hortifrutigranjeiras se estabeleceram em áreas mais propícias para irrigação; produtores pecuaristas se estabeleceram nas áreas mais apropriadas para constituir essa bacia leiteira, entre outros exemplos (Diário de Campo, 08/04/2025).

Desta forma, de maneira orgânica e setorizada, surgem coletivos de produtores das mais diversas culturas dentro do assentamento, marcando o início dos processos de *Autocoletivização* no ADG. Atualmente, o assentamento possui alguns coletivos de produtores que se formaram organicamente desde que o assentamento começou a organizar sua produção em função de culturas específicas: Coletivo do leite; Coletivo do feijão; dois Coletivos de Mulheres (um focado em artesanato e outro de produção agrícola); O Coletivo da banana; e por fim o Coletivo do mel.

Ademais, o movimento ajudou a orientar os coletivos e auxiliou na busca por apoio inicial, a exemplo de parcerias com as prefeituras do entorno para aluguel de tratores. As lideranças do movimento no território tiveram papel importante nessa

etapa. Esse apoio por parte do movimento permanece até os dias atuais, em ações como criação de bancos de sementes e na compra de veículos para as cooperativas, especialmente via emendas parlamentares, articuladas pelas lideranças do MST.

O auxílio do MST supriu uma grande demanda inicial na implementação do território e evitou a longa espera dos recursos institucionais. Como exemplo claro temos o Crédito Instalação. No caso do ADG, as lideranças relatam que famílias assentadas no início, mediante o recebimento do Contrato de Concessão de Uso (CCU), receberam este crédito inicial para estabelecimento de moradias e início das atividades produtivas, porém novos recebimentos passaram a acontecer novamente somente no ano de 2024. Existem famílias que foram chegando com o tempo no assentamento que estão há 10 anos na espera por estes recursos.

Assim, fica clara a importância do apoio do movimento nestas fases iniciais. Para além do apoio logístico, o MST atua de forma a fomentar a construção de novos paradigmas de uso e ocupação do campo, em uma perspectiva contra hegemônica, e que dialogam com referências centrais para o presente trabalho (Chayanov, 1974; Mendonça *et al.*; van der Ploeg, 2014).

O movimento amplia, dentro das possibilidades, outras perspectivas desde o início do estabelecimento das famílias nos territórios da reforma agrária, como por exemplo ações de “combate do viés do agronegócio através da Agroecologia”, nas palavras de ACP, da cultura camponesa e da cooperação (Diário de Campo, 08/04/2025).

Como já reforçado em Hackbardt *et al.* (2021), houve um intenso trabalho de base do MST com as famílias que foram assentadas inicialmente, desde a ocupação. As lideranças relatam que também foi realizado um forte trabalho de base com o coletivo que se formou em torno de produtores advindos da região de Piau, especializados na fruticultura, especialmente no cultivo da banana, vocação produtiva que é ao mesmo tempo um elemento cultural tradicional da região em questão. O trabalho formativo do movimento auxilia tanto na construção político ideológica das suas bases, como também possui forte peso na formação de lideranças locais e na construção da organicidade nos territórios da reforma agrária (Pizetta, 2007).

As famílias de ex-colonos e seus desdobramentos não participaram dos trabalhos de base, e não mantiveram relação de proximidade com o movimento nas

ocupações iniciais. Contudo, os aspectos do regionalismo e da cultura local foram muito presentes na constituição do assentamento, como relatado nas entrevistas, e é possível perceber o esforço do movimento em se aproximar dessas famílias, em tentativas de ressignificação da história da classe trabalhadora da fazenda, e pelo próprio trabalho cooperativo dentro do ADG, que de certa forma aproximou famílias de ex-colonos à militância. É pertinente tecer alguns parágrafos para explorar a complexidade sociológica desta relação.

As cerca de 40 famílias de ex-colonos, e seus desdobramentos, habitam em sua grande maioria a região da antiga vila, onde já haviam edificações construídas para os trabalhadores da antiga fazenda, próximas à sede. Hoje essa porção do assentamento também configura a sua área comum e é onde se encontram uma das sedes da Escola do Assentamento; o viveiro de mudas do assentamento; uma secretaria administrativa da COOPERMATAS; a área histórica da antiga fazenda com as edificações e estruturas em processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); entre outros elementos.

EDC<sup>9</sup> relata que grande parte dessas famílias possuem lotes no núcleo Aliança, mas não moram nos lotes, excetuando-se poucos casos. Grande maioria das famílias de ex-trabalhadores da fazenda hoje são aposentadas, exercendo pouca atividade de agricultura familiar, e possuem outras fontes de renda ligadas a atividades remuneradas nos municípios do entorno do ADG. Essas famílias não participaram do trabalho de base realizado pelo movimento com as famílias que vieram a ocupar a antiga fazenda, e poucas participam ativamente das atividades de militância do movimento no território. Estas poucas famílias, em torno de 5, que são articuladas com o movimento, também são as únicas famílias representantes de ex-colonos que são cooperadas nas cooperativas do ADG (Diário de Campo, 08/04/2025).

As famílias de ex-colonos que decidiram manter atividades produtivas e/ou que foram estimuladas pelo movimento, tinham obviamente a necessidade de encontrar

---

<sup>9</sup> EDC é de Nova Iguaçu-RJ, filha de assentados do assentamento em Campo Alegre, na região de Nova Iguaçu, onde atuava na direção do movimento. É licenciada em Educação do Campo pela UFMG e é Mestra em Educação pela UFJF. Sua atuação no MST à leva a vir para o recém criado ADG, para contribuir na criação da escola do assentamento, pelo Setor de Educação do movimento. Atua hoje como dirigente regional do MST na Zona da Mata Mineira, coordenando as áreas e processos vigentes, como reuniões entre os coletivos e áreas, e fazendo articulações políticas juntamente a outros sujeitos e organizações.

meios de escoar sua produção. A materialização da realidade objetiva, a partir de uma necessidade concreta para a sobrevivência no território claramente influenciou processos de coletivização para essas famílias em particular. Não obstante, o trecho do diário de campo acima, somado ao trecho que virá a seguir, de certa forma já demonstram evidências, preliminarmente na análise, da influência do movimento em estimular a *cultura do cooperativismo* nos territórios da reforma agrária:

A aproximação dessas famílias com o movimento em grande parte se dá por essa necessidade de escoamento de sua produção, como nas palavras de CCZ<sup>10</sup>: “a necessidade move a vontade”. “Com o tempo essas famílias se tornam militantes ativos, se tornam cooperados, enfim, o movimento tem participação importante nisso”, como relatado por ele (Diário de Campo, 02/05/2025).

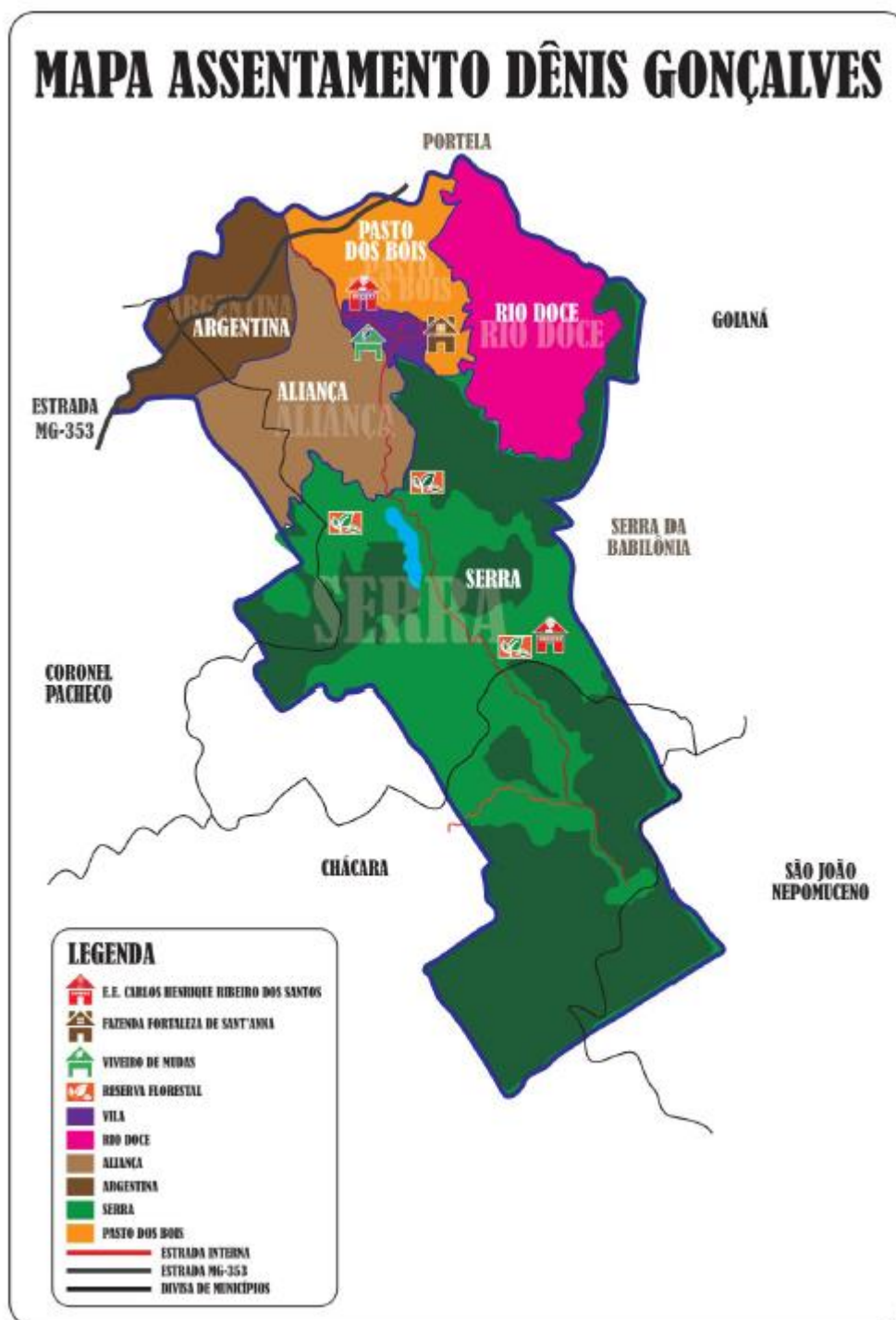
As lideranças comentam como o movimento tenta ressignificar as terras que se tornam assentamentos, para contrapor à história passada de latifúndio, muitas vezes fazendas escravocratas, a exemplo da fazenda Fortaleza de Sant’Anna.

EDC comenta que houve uma tentativa no ADG de renomear os núcleos, a exemplo do Núcleo Argentina, que iria se chamar Núcleo Irmã Dorothy, mas foram tentativas frustradas. Os nomes que se mantiveram acabaram sendo os nomes de núcleos da época dos colonos, que denominavam as porções dentro desse grande território através de um cunho bastante regionalista, até para identificar de onde vinham as famílias e onde moravam dentro da imensa área da fazenda (Diário de Campo, 08/04/2025).

Os nomes dos núcleos oficiais do assentamento fazem referência direta às “regiões” históricas da antiga fazenda, mantendo seus nomes originais, como relatou EDC nas entrevistas. São 5 núcleos presentes no território: Argentina, Pasto dos Bois, Aliança, Rio Doce e Serra. Juntamente com a antiga vila e porção histórica da fazenda, o território, portanto, constitui-se nessas 6 porções.

---

<sup>10</sup> CCZ é natural do Rio Grande do Sul, é Engenheiro Agrônomo pela UFMG, Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário e Mestre em Estudos Latinoamericanos pela UnB. Ingressou no movimento no MST do Paraná e hoje compõe a direção nacional do MST, coordenando o movimento no estado de MG. Participou da escrita do contra laudo de desapropriação da antiga fazenda Fortaleza de Sant’Anna e é assentado no ADG desde o início de 2016.



**Figura 5** - Representação dos núcleos oficiais do Assentamento Dênis Gonçalves e de outros elementos do território. Fonte: Elaborado pela Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos (2022, dados não publicados).

A cultura enraizada na fazenda pelas gerações de ex-trabalhadores da terra acabou prevalecendo, e o movimento não se opôs, mas conseguiu ressignificar outros

elementos a serem descritos mais à frente e que acabaram por aproximar diferentes coletivos e porções do território historicamente afastadas.

É relatado que uma porção ínfima de ex-colonos não se identifica com o movimento, e é uma problemática de pouca relevância para as lideranças, mesmo havendo nuances captadas nas falas dos entrevistados que demonstram que ainda podem existir elementos em disputa no território, como no seguinte trecho:

EDC comenta de um episódio em que chegou para ela um convite de aniversário de uma neta de uma ex-colona em que o local da festa no convite, que seria na casa dessa trabalhadora aposentada, estava descrito como “Fazenda Fortaleza de Sant’Anna”, em vez de Assentamento Dênis Gonçalves (Diário de Campo, 08/04/2025).

No entanto, como já salientado, são ínfimos os exemplos para poder dar certa notoriedade à característica da disputa no território. Outras falas denotam que as relações são bem harmoniosas com os ex-colonos, que participam tanto de ações do movimento como em eventos, principalmente festas, como a ressignificada e tradicional Festa de Sant’Anna.

A ressignificação desta festa, mantendo toda sua originalidade e religiosidade, se configura como um simbólico marco da atuação do MST e seus militantes na ressignificação do território, através da apropriação da cultura local pelo movimento, contada agora a partir da perspectiva da classe trabalhadora. A tradicional festa, datada de mais de 165 anos, era, contudo, realizada em um contexto de uma fazenda escravocrata. Com isso, o ambiente da festa era também altamente segregado.

CCZ comenta que o movimento vem então ressignificando esses marcos históricos, a exemplo dos eventos desta tradicional festa, que mobiliza o assentamento todo e também a região, e que dura dias a fio. Ele cita eventos como por exemplo as missas na tradicional capela de Sant’Anna, o torneio de futebol, entre outros aspectos culturais e musicais da Festa de Sant’Anna, porém agora de uma forma mais socializante: “aproveitando os eventos ao mesmo tempo em que socializa os espaços”, na fala de CCZ, ao contrário da forma em que era feito na época colonial (Diário de Campo, 02/05/2025).

Estes esforços, por parte do movimento, se configuraram também em importantes formas de aproximação do movimento com os ex-colonos, servindo como

mecanismos para aliviar as tensões pré-existentes e unificando o território ressignificado. Daí a pouca importância dada pelas lideranças do ADG às possíveis tensões ainda existentes. É relatada uma presença massiva e harmoniosa das famílias de ex-colonos nos dias de festa, e nas demais manifestações culturais do movimento no assentamento. O aspecto da religiosidade local teve grande peso nisso, como já relatado. A presença da religiosidade católica no MST não é nenhuma novidade, especialmente na estreita relação entre as Comissões Pastorais da Terra (CPTs), a Teologia da Libertação e a luta pela terra no Brasil (Menezes Neto, 2007).

Retomando os aspectos de autocoletivização no território, nos anos de 2013 e 2014 acontecem as primeiras tentativas no ADG de organização da produção em maiores quantidades, para comercialização no CEASA, como citado no Rio do Tempo. Esse aspecto demonstra os primeiros sinais de estabelecimento da Agricultura Familiar Camponesa no território, já minimamente organizada. Contudo, o ponto central para se chamar a atenção nesses anos iniciais, também em 2014, é outro marco citado pelas lideranças: O VI Congresso Nacional do MST, em que é publicado o Programa Agrário do movimento. O programa em questão, que é constantemente atualizado, vem estabelecendo a reforma agrária popular como sua principal bandeira (MST, 2014).

Esses pilares orientadores do trabalho do movimento a partir do seu VI Congresso Nacional coincidem justamente com os eventos pós criação do assentamento e suas primeiras tentativas de organização da produção. Portanto, praticamente desde o início da organização socioprodutiva do assentamento até os dias atuais, tudo o que foi estabelecido coletivamente como estratégias de desenvolvimento agrário e territorial, seguiu a premissa da Reforma Agrária Popular e isso se alinhou muito bem com a constituição histórica deste território, onde os elementos da autocoletivização e da organicidade sempre foram muito presentes.

A entrada dessa bandeira preconiza diversos processos organizativos do ADG no ano de 2016, que serão elucidados mais adiante, de forma a tornar o ano em questão como central na “virada de chave” das estratégias produtivas do assentamento, e que dão à coletivização dos processos, e aos vínculos institucionais, pesos ainda maiores. O ano de 2016 marca um “afluente” de grande importância para o Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves, e demonstra a centralidade dos esforços de autocoletivização no território em diálogo com uma macroestratégia do movimento, se configurando como um dos embriões do aspecto da *integração vertical*

das organizações gestadas no assentamento com o restante das esferas cooperativistas do movimento.

É interessante começar este segundo ciclo do ADG em meados de 2015. Até o momento em questão, o assentamento avançou na ocupação do território que, conforme já relatado, se deu inteiramente por conta do movimento e das famílias articuladas. Órgãos públicos não atuaram para além de gerar o anteprojeto de parcelamento dos lotes, mas que nunca foi georreferenciado e piqueteado. Essa demanda fez com que o movimento assumisse esta tarefa.

Foram realizadas sucessivas reuniões, durante diversas semanas, entre lideranças locais e regionais do movimento e a grande diversidade de famílias presentes no território, em um processo orgânico, democrático, de diálogo constante com as bases, que oficializou a distribuição estratégica desses grupos de afinidade no território, como relatado por uma das entrevistadas. Este período, gestado diretamente com as famílias, culmina no parcelamento concreto do assentamento, no início de 2016, em lotes familiares propriamente demarcados.

Como o parcelamento levou em consideração a estratégia construída *in loco* de distribuição das famílias assentadas de acordo com as diferentes vocações produtivas, e locais apropriados para os diferentes coletivos de produtores no assentamento, a experiência em questão revela a alta capacidade organizativa desenvolvida no território, exemplificada pela deliberação coletiva e a subsequente alocação das famílias nos lotes.

TSG<sup>11</sup> relata que participou do processo de divisão das famílias nos lotes, quando foi feito o parcelamento concreto do ADG por parte do movimento e parceiros, no ano de 2016. Como a tarefa de parcelamento e georreferenciamento concreto do território nunca foi feita pelos órgãos públicos competentes, o movimento assume essa tarefa com seus militantes dirigentes coordenando o processo em diálogo com todas as famílias que compunham o território conquistado naquele momento. TSG comenta que

---

<sup>11</sup> TSG, natural do Norte de Minas Gerais, entrou no MST em 2006, no assentamento Estrela do Norte, em Montes Claros - MG. Era responsável pelo setor de finanças e projetos, posteriormente ingressou no Setor de Educação e então para a direção regional do MST do Norte de MG. Vem para o ADG em fevereiro de 2014, na tarefa do setor de educação. Assumiu tarefas na direção regional do movimento na Zona da Mata Mineira. Em um primeiro momento se estabelece, com sua família, em um lote no núcleo Aliança, produzindo leite. Então ela e sua família abrem mão do lote individual e passam a compôr as famílias que formam coletivamente a COOPAC, em 2022, quando desde então atua como coordenadora da cooperativa. É responsável ainda por um setor produtivo na COOPAC, referente à agroindústria de beneficiamento vegetal e panificação.

participou diretamente desse processo, que não seguiu os moldes convencionais e, de certa forma, “ingratos” de distribuição do INCRA, nas palavras dela, que acontecem via sorteio e geralmente geram situações conflituosas por ser um processo 100% ao acaso. “Foi um dos processos mais bonitos que eu já participei. Conseguimos fazer com que mais de 100 famílias chegassem a um acordo em comum, distribuindo os grupos por afinidade no território”, ela ressalta (Diário de Campo, 19/05/2025).

Este processo, que, como já dito, foi debatido e dialogado democraticamente, concatenou diferentes grupos que se formaram organicamente no território desde a criação em 2013 até o momento do parcelamento em 2016. Como já salientado, tais grupos reuniam coletivos de famílias que vinham de uma mesma região, e/ou que tinham vocações produtivas e elementos culturais semelhantes, e assim foram ocupando o território levando em consideração essas particularidades.

ACP relata que o movimento, juntamente com suas lideranças, inicia a divisão das famílias nos lotes e o parcelamento concreto dos lotes, via piquetes, com o auxílio de profissionais companheiros do movimento, como engenheiros florestais, ligados às universidades que estiveram ao lado do ADG desde as ocupações iniciais (Diário de Campo, 08/04/2025).

A referida experiência, pós deliberações coletivas, está descrita em Meier *et al.* (2021), um dos engenheiros florestais citados por ACP no trecho acima. À época do trabalho em questão, estava ligado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM)<sup>12</sup>, ONG formada por agricultores e parceira da Universidade Federal de Viçosa, que inclusive gerou a referida publicação. O centro em questão tem grande proeminência na disseminação da Agroecologia na Zona da Mata Mineira e tem grande importância para o ADG, aparecendo direta ou indiretamente em diversos marcos do Rio do Tempo produzido no presente estudo, que serão ainda elucidados, reforçando a presença institucional nos processos locais.

O parcelamento do PA Dênis Gonçalves foi realizado entre os meses de janeiro e maio de 2016, por demanda das famílias recém assentadas e deu-

---

<sup>12</sup> O CTA-ZM é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que busca promover a agroecologia como ciência, prática e movimento, contribuindo para o fortalecimento das organizações, a equidade nas relações de gênero e gerações e a melhoria da condição de vida das famílias agricultoras, em todas as suas dimensões: econômica, social, ambiental, política e cultural. Fonte: [www.ctazm.org.br](http://www.ctazm.org.br)

se especificamente na alocação dos lotes propostos no anteprojeto de parcelamento construído pelos técnicos do INCRA. Para construção do anteprojeto de parcelamento da fazenda desapropriada, os técnicos do INCRA estiveram em campo para coleta de informações relacionadas a classes de uso do solo, aptidão agrícola, fragmentos florestais e áreas de preservação permanente. [...] Os dados gerados em campo serviram de base para o primeiro parcelamento apresentado às famílias, com divisão do assentamento em lotes que apresentavam tamanhos variados, com fração mínima próxima de 7 hectares. [...] Porém, o desejo das famílias assentadas e o histórico produtivo da região não convergiam com o projeto. Adicionalmente, o módulo fiscal dos municípios abrangidos pelo assentamento tem média de 25,5 hectares, o que tornava mais contraditória a proposta de lotes muito reduzidos. A primeira versão do parcelamento não foi aceita e os técnicos do INCRA retornaram para o órgão com o compromisso de adequação do mapeamento. A segunda proposta foi aprovada pelas famílias e o Grupo de Trabalho (GT) e durante dez semanas, com base no anteprojeto elaborado pelo INCRA, contribuiu na alocação dos lotes em campo (Meier *et al.*, 2021).

Meier *et al.* (2021) ainda ressaltam que o parcelamento foi feito de forma participativa com as famílias, com sugestões das mesmas propondo adequações às divisas além de melhorias no mapeamento. A participação efetiva das famílias, pensando um parcelamento do assentamento que refletisse as experiências organizativas acumuladas no território e as estratégias produtivas dos diferentes coletivos de produtores, e sua correspondente distribuição no assentamento em cada uma das suas porções, é uma manifestação ímpar dos aspectos da autocoletivização e da organicidade no ADG.

Não obstante, é documentado no relato em questão que as reflexões construídas a partir do conhecimento adquirido na experiência do Assentamento Dênis Gonçalves inspiraram o MST e as famílias dos assentamentos Egídio Brunetto e Belo Monte, localizados no Vale do Rio Doce, a demandarem da equipe a construção dos parcelamentos destes assentamentos, prezando pela participação massiva das famílias nas etapas de levantamento de informações, no mapeamento em si e também nos ajustes finais (Meier *et al.*, 2021).

As famílias, então, foram gradualmente assumindo oficialmente os lotes, já pré definidos durante toda esta construção coletiva. Ao final deste processo, as lideranças relatam que existiam ainda uma certa quantidade de lotes vagos, e então o movimento

realiza uma nova convocatória, culminando na segunda leva de famílias assentadas no território, vindas especialmente da região do Vale do Rio Doce, e passando a ocupar majoritariamente o núcleo da Serra. No núcleo em questão já havia sido setorizado um grupo de afinidade de famílias, da leva inicial, também advindas desta região de Minas Gerais.

Ao falarem das famílias que vieram do Vale do Rio Doce, começam a surgir nas falas dos entrevistados nuances do que veio a ser nomeado posteriormente, por uma das entrevistadas, como o *“DNA da Serra”*:

EDC relata que as famílias que vieram do Vale do Rio Doce já possuíam uma ligação histórica com o MST, articulados com o movimento por lá, acampadas há algum tempo, fazendo parte de trabalhos de base e ações do movimento nesses lugares e já bem mais alinhadas com a organicidade própria do movimento, “fato constatado empiricamente pelas lideranças do assentamento”, nas palavras dela. São as famílias mais engajadas na construção da reforma agrária popular e da agroecologia no território, além dos outros pilares do movimento. Grande parte das famílias do Núcleo da Serra vieram do Vale do Rio Doce (Diário de Campo, 08/04/2025).

O núcleo da Serra foi o último núcleo a ser totalmente ocupado no assentamento. É o núcleo mais afastado dos centros urbanos, de terreno mais acidentado e declivoso, e de mais difícil acesso. As lideranças comentam acerca da ocupação desta porção característica do ADG em diversas ocasiões, que irão sendo elencadas nesta narrativa. A começar por:

CCZ comenta que a ocupação do núcleo da Serra, nos seus 26 lotes, assim como nas outras porções do assentamento, foi toda por conta dos assentados, com pouca ou nenhuma participação ativa do INCRA. Se dependesse da velocidade e capacidade de atuação do órgão, poderia ter sido inviabilizada a permanência das famílias, sobretudo nessas porções de mais difícil ocupação, em áreas mais acidentadas, declivosas e de difícil acesso, como ele pontua (Diário de Campo, 02/05/2025).

O desmonte progressivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), intensificado no ano de 2016 durante o governo Temer e nos anos seguintes durante o governo Bolsonaro, e, conseqüentemente, o desmonte

do INCRA, além de uma desestruturação completa das políticas públicas para a agricultura familiar durante esses governos (Grisa *et al.*, 2022), podem ter afetado tanto os processos de parcelamento dos assentamentos como também a chegada de recursos em geral para a Agricultura Familiar, que por sua vez afetaram o ADG, como observado. No caso do presente assentamento, é verificada a retomada dos esforços de efetivação das referidas políticas públicas em anos recentes, como evidenciado no Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves e subsequentemente explorados na presente narrativa.

Em muitos assentamentos, os coletivos da agricultura familiar acabam se valendo da pluriatividade como mecanismo familiar chave para permanecerem no campo e garantirem sua reprodução social (Soares & Peixinho, 2019), mas também temos exemplos de experiências de coletivização através do cooperativismo, centrais para garantir a permanência da agricultura familiar nos territórios (Contrigiani *et al.*, 2023). A estratégia da coletivização foi central para a ocupação do Núcleo da Serra, especialmente por se tratar de um local de difícil ocupação por natureza, e evidenciou muito fortemente a presença da *cultura do campesinato* e sua resiliência já destacada.

GMS<sup>13</sup> comenta como a localização da Serra se configura como uma “dificuldade e uma força”, nas palavras dela, para o coletivo de produtores do presente núcleo. A região em questão, longe do asfalto e de muito mais difícil acesso, dificultou muito a logística de transporte da produção. Ela comenta que, no início da ocupação da Serra, muitos esforços de viabilização da produção foram feitos a pé pelos produtores. Além disso, ela comenta como é muito mais custoso em diversos aspectos para que esse grupo de produtores em particular possa exercer outras atividades remuneradas, em especial nos centros urbanos do entorno, em comparação com os outros núcleos, que são muito mais próximos destes e em topografias muito menos acidentadas (Diário de Campo, 11/06/2025).

Se, por um lado, a Serra ofereceu um grande desafio para o coletivo de assentados que ocupou este território, por outro lado as condições materiais e objetivas presentes neste contexto foram imperativas para a união dos produtores, se

---

<sup>13</sup> GMS entra no movimento em 2014, no assentamento Olga Benário, e vem para o ADG em fevereiro de 2016 na segunda grande leva de assentados que chega ao ADG. Atua como dirigente regional no Setor de Produção da Regional Antônio Ventura, coordenando os processos produtivos no ADG como um todo, mas como principal função sendo acompanhar e coordenar a experiência da COOPERMATAS.

tornando condição *sine qua non* para o surgimento dos primeiros embriões das experiências cooperativistas e de uma coletivização da produção pautada fortemente pela cultura camponesa, no Núcleo da Serra e no ADG como um todo. Este momento histórico do estabelecimento da Agricultura Familiar Camponesa no assentamento marcou a consolidação do “DNA da Serra”, chamado assim por GMS durante as entrevistas em campo. Essa definição, mais do que apropriada, se tornou, para a presente pesquisa, uma categoria central para compreender a cultura do campesinato no ADG e sua organicidade histórica.

Após a divisão das famílias nos lotes, e durante os momentos finais de ocupação do Núcleo da Serra, sobram 4 lotes vagos na parte alta da Serra. O movimento então entra ativamente com a estratégia de se organizar de forma coletivizada nesta porção declivosa do território, de difícil acesso e permanência.

ACP cita que “quando decidiram ocupar o local, chegaram à conclusão de que para sobreviver aqui só se for coletivamente”, nas palavras dele (Diário de Campo, 08/04/2025).

Assim, o MST, que já vinha há algum tempo estruturando suas próprias formações orgânicas cooperativistas (Thomaz, 2010), decide de antemão, por intermédio dos dirigentes, que a ocupação da porção superior do Núcleo da Serra seria mediante a criação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária do MST (CPA), formando uma agrovila com uma área coletivizada de produção. Nesses 4 lotes, então, foi destinado 1 lote da carta do INCRA para a construção de todas as moradias dos futuros membros, e os demais 3 lotes iriam concentrar as futuras áreas coletivas e produtivas. Este processo se configurou como o germe inicial da formação da Cooperativa de Produção Agroecológica e Cultura Camponesa, a COOPAC, uma das cooperativas do assentamento.

A COOPAC é uma evidência empírica da resiliência camponesa, e sua experiência será descrita mais adiante em uma seção apropriada. A criação da cooperativa esteve de acordo com a estratégia ativa do movimento de criar CPAs (a sua própria forma cooperativista mais avançada) nos seus assentamentos desde o início da formação dos territórios, durante os processos organizativos.

CCZ comenta que o movimento, historicamente, enviou militantes para diversos locais do planeta para estudar experiências de cooperativismo baseadas na lógica familiar camponesa para conceber a sua própria categoria de cooperativa no seio do movimento, as Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (CPAs), e que está alinhada com suas premissas e pilares. Militantes então vivenciaram e estudaram experiências como o Kibutz (a comuna agrícola israelense); a organização da agricultura familiar nicaraguense; as experiências socialistas cubana e chinesa, além das experiências tradicionais dos antigos Kolkhozes e Sovkhozes da União Soviética (Diário de Campo, 02/05/2025).

As CPAs, para o movimento, se mostram como uma estratégia chave para a construção de uma perspectiva de uma reforma agrária verdadeiramente popular e contra hegemônica, e isso foi um aspecto também reforçado pelas lideranças nas entrevistas:

Ao comentar sobre a estratégia do movimento em pautar a centralidade da reforma agrária popular, e de todos os aspectos da vida no campo que esta atravessa, TSG enfatiza a importância do elemento da coletividade. Ela pontua: “A reforma agrária popular só existe e só se constrói coletivamente. Não existe sem processos coletivos.” Além disso, ela reforça as experiências das CPAs como formas de enfrentamento da lógica dominante: “A COOPAC vai contra tudo dentro da lógica capitalista”, nas suas palavras (Diário de Campo, 24/05/2025).

As lideranças comentam que a pauta das CPAs no movimento “era muito quente” nos anos 90, com um esforço intenso e altamente articulado do MST em fomentar essas experiências desde o início da constituição dos territórios da reforma agrária, como já salientado, a partir das experiências de intercâmbio que o movimento constrói ao longo dos anos. Contudo, a consolidação da hegemonia do Agronegócio no final do século XX e início do século XXI (Nannini, 2022), atrapalha, na visão da entrevistada, o avanço da consolidação das CPAs a nível nacional:

TSG frisa como que o avanço do agronegócio a partir dos 2000, se tornando o raciocínio hegemônico no país, influencia negativamente esses projetos, ocasionando uma “esfriada nessa pauta”, com o movimento destinando esforços em outros sentidos na disputa ideológica e na luta de classes. É

reforçado na conversa que os investimentos governamentais no agronegócio, desde o início do século, passam a ser substancialmente maiores que os da Agricultura Familiar a cada mandato que se passa. Ela ressalta que “apesar de termos anos de governos progressistas desde 2003 para cá, a discussão das CPAs no seio do movimento dá uma desacelerada boa, em virtude do agro se tornar o sistema hegemônico em todos os sentidos, para além da produção” (Diário de Campo, 19/05/2025).

A consolidação do agronegócio como modelo hegemônico de produção no Brasil foi sustentada por um conjunto articulado de estratégias ideológicas, políticas e comunicacionais. O setor mobilizou amplamente o aparato midiático para construir uma imagem positiva de si mesmo, ocultando as contradições e impactos socioambientais de seu modelo de produção. Campanhas publicitárias promovidas por grandes conglomerados de mídia aliados do setor exemplificam como a propaganda foi instrumentalizada para associar o agronegócio à modernidade, à prosperidade e à sustentabilidade, enquanto ocultava seus vínculos com o desmatamento, a concentração fundiária e as práticas laborais análogas à escravidão (Medeiros *et al.*; Sooma, 2024).

Essa construção discursiva foi acompanhada por intensas práticas de desinformação e *greenwashing*, sobretudo nas redes sociais, por meio da atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que se tornou uma das mais influentes forças políticas no Congresso Nacional, atuando ativamente contra pautas socioambientais e a reforma agrária, enquanto disseminava conteúdos que criminalizavam movimentos sociais e mascaravam os impactos ambientais do setor (Medeiros *et al.*, 2024).

Além disso, o agronegócio se apropriou da narrativa do desenvolvimento nacional, apresentando-se como motor da economia e da segurança alimentar, apropriando-se dos resultados da produção agropecuária nacional como se fosse o único modelo produtivo eficiente, apagando o protagonismo da agricultura familiar e capturando a maior parte dos recursos públicos voltados ao setor agrário (Souza, 2019), especialmente nos últimos governos, o que pode situar o desmonte sistemático das políticas públicas voltadas para o campo (Grisa *et al.*, 2022).

A combinação entre propaganda massiva, captura institucional, *greenwashing* e desinformação permitiu ao agronegócio consolidar-se como paradigma incontestável no debate político e midiático brasileiro, mesmo diante de evidências

que revelam seu elevado custo social, ambiental e sua baixa eficiência relativa quando comparado a outros modelos de produção (Souza, 2019; Nannini, 2022; Medeiros *et al.*, 2024).

Não obstante, TSG comenta na entrevista que a discussão das CPAs no movimento volta a ganhar força, de 3 anos para cá, especialmente no estado de Minas Gerais. A Zona da Mata Mineira possui grande potencial para se tornar um expoente na disseminação deste tipo de experiência. Atualmente, além do exemplo concreto da COOPAC, a mais nova área de reforma agrária da mesorregião, o já citado Acampamento Roza Cabinda, está sendo planejado para constituir desde o início uma CPA, se configurando como um território cuja ocupação está sendo orientada para formar uma agrovila e áreas coletivizadas de produção.

Todos esses esforços de ocupação do território, como um todo, culminaram na reorganização do Setor de Produção do Assentamento Dênis Gonçalves, que agora dispunha de uma estratégia de organização da produção pautada por diferentes micronúcleos de produtores autogestionados, incluindo uma CPA. Essa nova condição será interessante para entender a integração do ADG com a rede sociotécnica do MST e o metabolismo socioecológico dos diferentes níveis de organismos sociais, a serem explorados mais adiante.

### *3.4 Avançando nos processos: A reforma agrária popular criando raízes e as culturas do campesinato e do cooperativismo ganhando força no ADG*

A Reforma Agrária Popular vai muito além do âmbito produtivo, como bem posto no Programa Agrário do MST (MST, 2014). O objetivo de materialização de uma nova sociedade, com renovadas relações de produção, coprodução e reprodução, evidencia o ímpeto da reforma agrária popular em reconstruir relações e modos de vidas em um paradigma de superação da sociedade capitalista a partir da cosmovisão do campo, suas epistemologias, e construída com o protagonismo de uma educação pautada pela classe trabalhadora na sua dualidade campo-cidade (Caldart, 2009; MST, 2014).

A perspectiva da Educação do Campo, e em um âmbito mais concreto, da escola do campo, demonstra a centralidade da Educação para a construção deste projeto emancipador, ao passo em que representa não só uma crítica na forma de

denúncia da realidade da educação brasileira no campo e dos paradigmas dominantes, mas também na forma de um anúncio da superação desses paradigmas:

E tratou-se primeiro de uma crítica prática: lutas sociais pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça. É fundamental considerar para compreensão da constituição histórica da Educação do campo o seu vínculo de origem com as lutas por educação nas áreas de reforma agrária e como, especialmente neste vínculo, a Educação do campo não nasceu como uma crítica apenas de denúncia: já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações (Caldart, 2009, p. 40).

Percebe-se a Escola do Campo como elemento *organizador e mobilizador* dos assentamentos, e no Dênis Gonçalves não foi diferente. Duas das entrevistadas no presente trabalho, como já salientado em suas citadas biografias, vieram para o ADG na tarefa de construir o Setor de Educação do assentamento e, mais concretamente, a escola do assentamento. A tarefa de construção da escola em 2016 representou um ganho organizativo expressivo para o assentamento, ao observar que o Setor de Educação do MST mobilizou dirigentes com grande experiência organizativa para o assentamento, contribuindo para a construção do território em um sentido mais amplo, a exemplo de TSG participando diretamente da divisão das famílias nos lotes, processo já descrito anteriormente.

Ademais, o processo de criação da escola teve forte participação local do movimento, como relata CCZ nas entrevistas. Para além de articular, por meio de seus dirigentes, emendas parlamentares para a construção da infraestrutura da escola, o MST teve papel central na conquista deste direito no território:

“O MST teve importante participação na organização das famílias para lutar pelo direito à educação no território”, nas palavras de CCZ, ocupando a CEMIG, a Companhia Elétrica de Minas Gerais, para pressionar a empresa a finalmente ligar a energia e viabilizar a conclusão da construção da escola, tornando esta, e toda sua infraestrutura, operacional, materializando finalmente uma escola do campo no território (Diário de Campo, 02/05/2025).

Inicialmente, a escola se institucionalizou como anexo da E. E. Maria Ilídia, de Juiz de Fora. Posteriormente, já com a identidade do território, se oficializa como Escola do Campo, impregnada com a Agroecologia e com a Cultura Camponesa do movimento. Se torna “emancipada”, de forma muito simbolicamente retratada nas palavras da EDC, e renomeada como E. E. Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, com autonomia e direção própria. Hoje a escola conta com duas sedes, uma na porção da sede da antiga fazenda, na região da antiga vila, e outra no Núcleo da Serra, ambas operacionais.

A conquista de uma escola verdadeiramente ligada à filosofia do movimento, e construída por seus militantes, foi um dos aspectos de maior relevância trazido nas falas dos entrevistados. A escola, não obstante, é parte integral na disseminação da Agroecologia e do projeto de reforma agrária popular no ADG, e se configura como um dos elementos concretos, materializados no assentamento, de importância central para a consolidação deste território da reforma agrária popular na Zona da Mata Mineira.

EDC relata que a escola adotou as perspectivas dos programas do movimento, como o Programa “Mãos Solidárias” e o Programa “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, e foi sede para a realização de seminários com a comunidade assentada, como o Seminário Paulo Freire, que contribuíram para solidificar a Agroecologia no Projeto Político Pedagógico (PPP) da E. E. Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, e no assentamento em geral. Nas palavras dela, “A Agroecologia começa a tomar forma no Dênis” (Diário de Campo, 08/04/2025).

A disseminação da Agroecologia e de seu movimento na Zona da Mata Mineira tem raízes construtivistas, com a forte aplicação dos métodos freireanos de construção coletiva do conhecimento a partir dos saberes e da cultura local. Além disso, está umbilicalmente ligada à perspectiva da Educação do Campo, e com forte articulação entre organizações da sociedade civil, universidades e coletivos organizados da agricultura familiar (Cardoso & Ferrari, 2006; Silva & Miranda, 2015).

Este cenário se relaciona fortemente com a forma em que a escola propaga a agroecologia no assentamento, especialmente com a juventude assentada, contribuindo para mitigar efeitos negativos do dilema da sucessão na agricultura familiar e da permanência da juventude no campo (Foguesatto *et al.*, 2020). Iniciativas

da comunidade escolar, como a criação do Núcleo de Compostagem Agroecológica e Manejo de Produtos Orgânicos (NuCampo<sup>14</sup>), têm gerado processos de conquista de autonomia e geração de potencial econômico para os jovens envolvidos, além de disseminarem por meio de oficinas as práticas agroecológicas, gestadas no núcleo, para o assentamento como um todo.

Ainda na perspectiva da relação Ensino, Pesquisa e Extensão, e corroborando as afirmações de Cardoso & Ferrari (2006), assim como na mesorregião, a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada tiveram forte peso na disseminação da Agroecologia neste território, em práticas que se sedimentaram no assentamento, a exemplo dos Intercâmbios Agroecológicos, citados no Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves. A metodologia, que tem forte relação com a forma que a Agroecologia tem se disseminado na Zona da Mata Mineira (muito em função de ser um projeto gestado pelo CTA-Zm), aconteceu em eventos anuais no assentamento sediados em lotes de famílias agricultoras do ADG, a partir de 2017 até a pandemia do Covid-19 e, atualmente, adquire outros contornos que serão elucidados mais adiante.

Os Intercâmbios Agroecológicos configuram-se como um programa de formação de agricultores fundamentado no diálogo de saberes entre conhecimentos populares e científicos, com o objetivo de enfrentar os desafios da agricultura familiar camponesa. Guardando forte semelhança com a metodologia *Camponês a Camponês* (CaC), gestada na América Central na década de 1980 para fortalecer o saber camponês e as práticas agroecológicas, esses intercâmbios incorporam de forma central o legado pedagógico de Paulo Freire. A aplicação de referenciais freireanos, como os Círculos de Cultura e os “elementos geradores”, contribui para o desenvolvimento de metodologias voltadas à agroecologia, estruturadas em processos educativos e práticas pedagógicas que valorizam a matriz sociocultural camponesa e promovem um diálogo horizontal com o conhecimento popular (Zanelli & Silva, 2017).

---

<sup>14</sup> O NuCampo é composto por um coletivo de educandos da E. E. C. H. R. S., a partir de um projeto coletivo entre educadores de Biologia e Geografia (incluindo ACP, entrevistado no presente trabalho, sendo um dos orientadores da iniciativa) da escola, que inclui em seu currículo o manejo e o cuidado com a Terra a partir de práticas agroecológicas. O grupo tornou-se independente, se configurando atualmente como um coletivo da comunidade do ADG, que promove não só a autonomia dos educandos (as), mas também um potencial econômico para a juventude assentada, além de disseminar a Agroecologia no ADG. Fonte: [https://www.instagram.com/p/Ctl9bLlu\\_Ed/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Ctl9bLlu_Ed/?img_index=1)

Durante essa época, no ano de 2018, há uma intensificação da indicação de jovens do assentamento, por meio da escola, para cursos em convênio com o PRONERA e para as Escolas Família Agrícola (EFAs), para formações de grande importância para o fomento da cultura do cooperativismo e da Agroecologia no território. Esse momento, citado no Rio do Tempo, marca ainda outra importante estratégia para a consolidação da agricultura familiar camponesa no ADG, com impactos surtindo efeito até os dias atuais, demonstrando mais uma vez o papel central do movimento e da escola do campo como articuladores dos processos locais:

TSG também comenta, reforçando um ponto trago por CCZ, que estas famílias também têm filhos estudando no regime de alternância em cursos técnicos e de nível superior, em parcerias do movimento com as EFAs (Escolas Família Agrícola) e com o Pronera em cursos de graduação, ao redor do país, de grande importância não somente para a COOPAC mas para o assentamento como um todo, como reforçam TSG e CCZ, em momentos distintos. TSG elenca cursos como Gestão de Cooperativas, Técnico em Agroecologia, Agronomia com ênfase em Agroecologia. Os filhos participam do trabalho exercido na COOPAC, nos seus mais diferentes setores, quando estão no território, em um movimento possibilitado pela Pedagogia da Alternância (Diário de Campo, 19/05/2025).

Como citado anteriormente, a perspectiva da reforma agrária popular do movimento como orientadora dos processos de organização da produção nos assentamentos é contemporânea aos processos iniciais de organização socioprodutiva do ADG, guiando fortemente a forma com que o setor de produção atuou na consolidação produtiva do território. Após a reorganização do setor, algumas perspectivas chave da reforma agrária popular, como suas ações em diálogo com a sociedade (citada no Rio do Tempo), se tornam mecanismos prioritários para direcionar os esforços produtivos do assentamento. Dentre os pontos centrais, no âmbito da comercialização, as Cestas Agroecológicas representam um notório impulso nos esforços socioprodutivos do ADG. Sua criação no assentamento representou um importante marco citado no Rio do Tempo.

CCZ comenta que a ideia das cestas agroecológicas surge a partir da premissa (e como estratégia ativa) da reforma agrária popular do movimento, concebida em seu Programa Agrário divulgado no VI Congresso Nacional do

MST, em 2014. Dentro das suas diretrizes, a iniciativa das cestas agroecológicas vem como uma estratégia prioritária e de grande importância para o movimento como um todo, especialmente como ação ativa para diminuir o distanciamento entre produtores e consumidores e aproximar os consumidores do processo produtivo, para que possam entender de onde vêm os alimentos produzidos. Ele comenta sobre a ligação da estratégia das cestas agroecológicas com o programa agrário do movimento, se tornando um mecanismo que inclusive estabelece diálogos e cria vínculos nos processos produtivos em torno da Agroecologia e da Reforma Agrária Popular. “Se configura como uma ação ativa nas estratégias do movimento de aproximação com a sociedade, estabelecidas como uma das prioridades do nosso Programa Agrário”, nas suas palavras (Diário de Campo, 02/05/2025).

O contexto inicial de surgimento das cestas agroecológicas no ADG deve-se à organização de produtores do Núcleo da Serra, como relatado por CCZ. Este esforço, que representa mais um exemplo da iniciativa de coletivização da produção pelo conjunto de famílias da Serra, culmina em outro marco citado pelas lideranças no Rio do Tempo. Em 2019 surge o Núcleo de Cooperação Agrícola da Serra, criado em torno das cestas agroecológicas e pensado para organizar o coletivo de produtores da Serra para esses processos de vendas diretas mais complexas e para organizar a produção almejando acessar mercados institucionais.

Importante ressaltar neste momento que o assentamento já surge existindo uma cooperativa de comercialização regional da reforma agrária que representava a Zona da Mata Mineira como um todo, a COOPERARCA, criada em 2012 no Assentamento Olga Benário e coordenada pela regional Antônio Ventura. As famílias produtoras da Serra então organizam as cestas agroecológicas para suprir o grande mercado de Juiz de Fora, as feiras regionais e os mercados institucionais, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da COOPERARCA.

Estes esforços de coletivização da produção pelas famílias da Serra, buscando se articular para acessar novos e diferentes mercados, da forma que faria uma cooperativa de comercialização, tornariam o Núcleo de Cooperação Agrícola da Serra o embrião da futura COOPERMATAS. Como já ressaltado, o coletivo de famílias que gerou o “DNA da Serra” é composto por famílias com uma bagagem histórica de articulação com o movimento, à época na região do Vale do Rio Doce, em especial. O Núcleo da Serra então era um local propício para gestar os embriões de cooperação

agrícola do ADG. Isto evidencia uma prática do MST, em seus trabalhos de formação com suas bases, de estimular a cultura do cooperativismo nos assentamentos:

Nas palavras de ACP, “a própria orientação do movimento é ter cooperativas locais, regionais e estaduais”. Ele comenta que os assentamentos já surgem pensando em como irão se integrar às redes sociotécnicas regionais e, por conseguinte, à lógica à nível de estado (Diário de Campo, 08/04/2025).

A época da pandemia do Covid-19 evidenciou elementos da cultura e da resiliência camponesa deste coletivo de produtores. A iniciativa das cestas agroecológicas se tornou o único canal de escoamento da produção. A época em questão se configurou como um período de grandes esforços, especialmente por parte deste coletivo, de disseminação da Agroecologia no assentamento e de fortalecimento da consciência agroecológica, estimulados pelo contexto pandêmico, que atravessou a temática da Agroecologia nos mais diversos âmbitos, como saberes tradicionais, soberania e segurança alimentar, solidariedade e coletividade.

EDC comenta como que nessa época buscava-se vender de tudo, muito em função do contexto de escassez do momento. Bebia-se da fonte pessoal dos assentados, acessando conhecimentos tradicionais para elencar possíveis itens para serem comercializados, em especial PANCs e fitoterápicos, também estimulados por demandas crescentes de produtos alternativos, como chás específicos e PANCs, em um raciocínio retroativo. O coletivo de produtores ainda mobilizou a doação de alimentos, na forma de um auxílio emergencial via cestas básicas, em uma ação articulada entre o MST e levantes e coletivos populares<sup>15</sup> (Diário de Campo, 08/04/2025).

Este trecho reflete como o assentamento precisou aprimorar ao máximo a variedade de produtos, em especial produtos de baixa perecibilidade. Em épocas de difícil logística e armazenagem, como no contexto pandêmico, a estratégia de desenvolver esses tipos de produtos, com uma gama diversa de variedades, e

---

<sup>15</sup> “Cerca de meia tonelada de alimentos da reforma agrária foi distribuída neste sábado (9) em bairros da periferia de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira. As doações do núcleo de cooperação agrícola da Serra, do Assentamento Dênis Gonçalves, em Goianá, foram distribuídas em cestas básicas pelo Levante Popular da Juventude, MST e Coletivo Vozes da Rua, durante a campanha de solidariedade Periferia Viva”. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/mst-doa-meia-tonelada-de-alimentos-da-reforma-agraria-as-periferias-de-juiz-de-fora/>

realizada em função de mutirões, em uma clara manifestação de resiliência e intercooperação camponesa, representou a garantia do sustento de diversas famílias autocoletivizadas no território.

GMS comenta um ponto já ressaltado por TSG no que tange o esforço das cooperativas em garantir a padronização dos produtos, algo que é feito tanto pela COOPERMATAS quanto pela COOPAC. Nas suas palavras: “O Dênis é diferenciado em Minas Gerais, temos muitos produtos beneficiados. Aqui se desenvolveu a prática de tentar beneficiar tudo o que pudesse. Você vê o pessoal impressionado com a qualidade dos produtos quando visitam as barracas dos produtores do assentamento nas feiras do movimento” (Diário de Campo, 11/06/2025).

O contexto pandêmico ainda impulsionou um importante salto qualitativo para o assentamento como um todo. Durante a pandemia, as cestas agroecológicas têm um pico de pedidos, indo de 20 entregas semanais para quantidades entre 100 a 150 pedidos, como relataram as lideranças. Nessa época, todos os pedidos eram organizados por mensagens via *whatsapp*, que passou a não comportar a demanda, estimulando assim a criação de uma página de pedidos na plataforma *Openfoods*. A medida elevou a eficiência e a qualidade do trabalho, a comunicação e interação com clientes, e permanece nestes moldes até os dias atuais. Além disso, o momento em questão evidencia mais um exemplo da articulação do movimento com outros setores da classe trabalhadora:

CCZ relata que o Núcleo de Cooperação Agrícola da Serra inclusive fecha uma parceria durante a pandemia com o sindicato dos *motoboys* de Juiz de Fora, para conseguir viabilizar um local para estoque de produtos, e também viabilizar as entregas de pedidos online via *Openfoods*. Ele relata que foi neste momento que houve o pico de entregas, que antes da pandemia tinha um lugar fixo para retirada dos produtos, funcionando na praça cívica da UFJF, e passou a ser entregue a domicílio com essa parceria com o sindicato dos *motoboys* (Diário de Campo, 02/05/2025).

A escalada na demanda durante a pandemia foi acompanhada da entrada de diversos outros coletivos de produtores do assentamento, que passaram a participar da plataforma e compôr conjuntamente as cestas agroecológicas, como relatado nas

entrevistas. Nessa época, foi estimulada a criação de um núcleo de cooperação agrícola também na região da sede, para organizar as entregas da cesta que vinham dessa porção do assentamento. Essa influência do “DNA da Serra” firma o núcleo em questão como um agente dinamizador da *cultura do cooperativismo* no ADG, gerando, na época, um núcleo plural, formado por diferentes micronúcleos no assentamento em torno da iniciativa das cestas agroecológicas.

O forte crescimento da iniciativa das cestas agroecológicas durante a pandemia foi uma das razões para se pensar uma cooperativa local que organizasse e distribuísse a produção do ADG como um todo, como relatou GMS. Ao expandir a iniciativa para outros locais do assentamento, houve o consenso de que era preciso organizar essa produção de forma mais eficiente. “O processo coletivo nos ensina muito e ele se expande no assentamento”, nas palavras de GMS durante as entrevistas.

O momento pandêmico dialoga com os pressupostos teórico metodológicos do presente trabalho no que diz respeito ao entendimento da busca emancipatória das famílias camponesas e como esta inclusive estimula processos de coletivização e a busca por um projeto societário mais amplo (van der Ploeg, 2014). De fato, o que se teve nesta época foi um alto grau de complexidade produtiva geral, se valendo do conhecimento tradicional das famílias no uso de PANCs e outros tipos de plantas para fazer artigos beneficiados, além da soma de diversas outras culturas produtivas dos coletivos que passaram a se organizar em torno das cestas agroecológicas.

Além disso, o presente momento evidenciou um estímulo extra para a coletivização das famílias, sendo uma das fagulhas do cooperativismo no ADG, em uma busca emancipatória coletiva que se coaduna com um projeto societário amplo guiado e organizado pelo movimento através do seu projeto de reforma agrária popular. Todos esses movimentos de organização da produção e coletivização no assentamento, como já ressaltado, passaram a acontecer depois da estratégia ativa do movimento, nas suas mais diversas formas de aproximação da sociedade, de propagar a reforma agrária popular.

Além da necessidade de maior eficiência na organização da produção de um grande coletivo de produtores, as dificuldades logísticas de comunicação e traslado com a existente cooperativa regional da mesorregião configurou outro impulso para a criação de uma cooperativa centralizada no ADG:

As lideranças relatam que pela distância e por particularidades individuais dos diferentes locais, o diálogo e o entendimento mútuo do funcionamento das partes foram um processo complicado para os produtores. As exigências de certos mercados, a exemplo dos mercados institucionais, colocavam barreiras que atrapalhavam a logística, de forma que, pela soma de todos esses fatores, os produtores do ADG foram sentindo a necessidade de se constituir no local uma cooperativa própria, e que se integrasse regionalmente de outras formas (Diário de Campo, 08/04/2025).

Este aspecto logístico foi muito agravado pelas dinâmicas de funcionamento dos mercados institucionais, que, com legislações e burocracias próprias, intensificam as dificuldades logísticas entre os coletivos das diferentes microrregiões dentro da Zona da Mata Mineira. Mudanças na legislação em torno dos editais das compras públicas nos diferentes mercados institucionais, em especial o PNAE, foram razões citadas para o empecilho logístico. As lideranças explicam que o programa tem como uma das principais prioridades na seleção dos seus editais a localização geográfica da cooperativa, que é definida pela maioria de CAFs (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) registrados na mesma.

GMS discorre sobre como a lógica da atual legislação, após a criação do ADG, impossibilita a manutenção do cenário inicial, sendo um dos fatores de grande peso, na época, para a criação da COOPERMATAS: “O número de CAFs dita a localização da cooperativa. Quando o Dênis surge, ele já surge 5 vezes maior que o Olga. O número de CAFs no Dênis se filiando à COOPERARCA iria mudar a localização da cooperativa para Goianá, prejudicando uma operação já estabelecida no entorno de Viçosa” (Diário de Campo, 11/06/2025).

Outro trecho do Diário de Campo durante a entrevista com GMS sintetiza com clareza os impulsos que foram determinantes para a criação de uma cooperativa local, no momento pós pandêmico:

“A conjuntura foi mudando com o tempo, assim como a legislação de alguns mercados institucionais, de forma que o cenário não dava condições para contemplar a zona da mata com uma única e centralizada cooperativa regional, forçando a criação de cooperativas locais”, nas palavras de GMS. Ela comenta ainda como particularidades locais dificultaram a compreensão

dessas questões, o que dificultou um diálogo já complexo, pela logística envolvida no planejamento e transporte da produção. “Questões internas dos locais dificultavam a conversa. Chegar ao consenso que temos hoje foi algo demorado, as partes demoraram a ter compreensão das limitações, e por isso também a criação da COOPERMATAS acontece bem depois”, ela explica (Diário de Campo, 11/06/2025).

Desta forma nasce, em 2022, a COOPERMATAS, solidificando ainda mais o elemento do cooperativismo no Dênis Gonçalves. A cooperativa absorve o Núcleo de Cooperação Agrícola da Serra e o núcleo, de mesmo intuito, que tentou se formar na região da sede. Ademais, passa a coordenar a iniciativa das cestas agroecológicas e os demais processos coletivos de organização da produção do ADG como um todo, e garantindo uma representatividade local para esse grande conjunto de produtores dentro do contexto da Zona da Mata Mineira.

A mesorregião, assim, se torna uma particularidade no estado, passando a ter duas cooperativas regionais. No assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco, e abarcando a microrregião de Viçosa, temos a COOPERARCA. No assentamento Dênis Gonçalves, com sede em Goianá, e abarcando a microrregião de Juiz de Fora, temos a recém fundada COOPERMATAS. A Zona da Mata Mineira, neste sentido, passa a estar bem contemplada por cooperativas da reforma agrária popular. A descrição da estrutura e funcionamento das cooperativas do assentamento, a interação entre as cooperativas no âmbito da Zona da Mata Mineira, e sua integração regional, serão pontos elucidados na próxima seção, solidificando a presença da mesorregião na rede sociotécnica do movimento no estado.

Para finalizar essa seção, uma vez retratado o panorama atual, um aspecto importante, relacionado ao protagonismo feminino e relativo à organicidade histórica do assentamento que gerou o retrato que temos atualmente, merece ser destacado:

CCZ comenta de um ponto inerente à organicidade histórica do ADG, que é o fato de que a maioria dos processos internos do assentamento, sejam relacionados a aspectos organizativos, econômicos, ou então relacionados à administração e gestão dos processos produtivos, foram, e são, até os dias atuais, capitaneados por mulheres, e com equipes formadas principalmente por coletivos de mulheres, nas mais diferentes funções de direção e coordenação (Diário de Campo, 02/05/2025).

A análise deste protagonismo merece uma abordagem que descortine o aspecto da gestão a partir de uma ótica mais ampla, que valorize a atuação das mulheres e que contribua ao debate da superação do paradigma dominante nas análises da divisão sexual do trabalho rural (Herrera *et al.*, 2024). No âmbito de evidenciar a superação das desigualdades de gênero no trabalho rural, Herrera *et al.* (2024) demonstram a insuficiência das abordagens clássicas que analisam a gestão deste trabalho a partir da racionalidade gerencialista, dando ênfase à gestão puramente instrumental, e que se limitam objetivamente na separação da divisão sexual do trabalho rural através da dicotomia “trabalho produtivo/ reprodutivo”, negligenciando outros aspectos relativos à organização do trabalho e das unidades produtivas.

“Os aspectos do organizar estão atrelados às ações que transpõe o aspecto produtivo das atividades, permitem considerar as atividades do âmbito reprodutivo e mais que isso, permitem ir além, considerando aquelas atividades cotidianas difíceis de serem categorizadas na separação dicotômica produtivo/reprodutivo. A esfera do organizar leva em consideração a interação entre as pessoas integrantes do estabelecimento rural, tem, portanto, um caráter negociado ao contrário do caráter unilinear do gerencialismo, que assenta-se sobre a supremacia daquilo que se define por esfera produtiva ou negócio propriamente dito sobre a esfera reprodutiva. A lente analítica do organizar permite reconhecer a importância das mulheres na sincronização de tarefas e pela gestão cotidiana das necessidades de todos os membros da família e, também, dos seres vivos (plantas e animais) no estabelecimento familiar” (Herrera *et al.*, 2024).

O protagonismo feminino na experiência do Assentamento Dênis Gonçalves reflete uma participação feminina decisiva tanto na gestão instrumental geral quanto nas tomadas de decisão desde a organização dos coletivos de famílias no território e de unidades familiares em particular, como já evidenciado, até a organização da produção coletiva por meio das cooperativas.

Essa atuação merece ser destacada como um exemplo concreto em direção à superação de uma questão amplamente conhecida e ainda predominante no meio rural brasileiro e global, para além da realidade dos assentamentos rurais. O combate às desigualdades de gênero no campo se mostra como uma premissa de igual

importância tanto para a Agroecologia quanto para a perspectiva da construção da reforma agrária popular (Coradin & Schwendler, 2023).

A reconstrução histórica dos processos de desenvolvimento endógenos deste território da reforma agrária, a partir da Perspectiva Orientada aos Atores (Long, 2007; Long & van der Ploeg, 2011), evidencia, como esta abordagem prega, a forma com que o protagonismo e a agência dos atores rurais nos processos locais retratam empiricamente diversos pontos.

Pode-se ressaltar, por exemplo: (1) Atores locais como sujeitos ativos, portadores de conhecimentos próprios, moldando o futuro deste território, interagindo entre si e com instituições do ambiente político institucional, negociando e transformando intervenções externas (ou reagindo à ausência destas), em vez de se apresentarem como receptores passivos de políticas e decisões de instâncias superiores; e (2) O desenvolvimento territorial como um processo contínuo e heterogêneo, constituindo uma amálgama entre disputas de significados e estratégias formuladas e reformuladas localmente, gerando redes de relações interpessoais e interinstitucionais cada vez mais complexas (como serão evidenciadas nas seções seguintes).

A abordagem em questão, que frisa a utilização de estudos de caso empíricos, como no presente trabalho, e métodos etnográficos para entender “lutas” e estratégias locais (Long, 2007; Long & van der Ploeg, 2011), se mostrou como uma ferramenta analítica indispensável para se entender e descrever os processos, marcos e eventos históricos concretos para o desenvolvimento deste heterogêneo território em questão. Esta perspectiva é resultado da evolução de uma corrente de pensamento que, como pontua González *et al.* (2015):

centrava-se na história como chave para a compreensão das realidades presentes, assim como a necessidade de estudar as estruturas e os processos sociais nos processos de desenvolvimento [...] e de que forma que os atores reagem e exercem sua agência frente a estes processos (González *et al.*, 2015).

*3.5 As cooperativas do ADG, os processos de intercooperação e o elemento da integração vertical: A Zona da Mata Mineira articulada com a rede sociotécnica do MST e sua macroestratégia para o estado de Minas Gerais*

A descrição da estrutura e funcionamento das cooperativas do assentamento e sua integração regional irá introduzir no presente trabalho o elemento central da *intercooperação*, que se manifesta no ADG e nas suas cooperativas de forma muito fortemente relacionada com a cultura do campesinato através da *troca de bens e serviços e das práticas de mutirão*; e com a cultura do cooperativismo, através da *mútua participação nos processos produtivos* entre as cooperativas e entre coletivos de produtores assentados no âmbito da Zona da Mata Mineira. Este elemento, ainda não descrito previamente, juntamente com o elemento da *integração vertical*, irão reforçar ainda mais a viabilidade do projeto de reforma agrária popular para a mesorregião.

### 3.5.1 A experiência da COOPAC

Em 2016, como já ressaltado, é criada a Cooperativa de Produção Agroecológica e Cultura Camponesa, a COOPAC, como ação ativa do MST em ocupar de forma estratégica uma região desafiadora do assentamento e materializar uma experiência cooperativista avançada, em termos de grau de coletivização, no território. São atualmente 6 famílias compondo a cooperativa e, como já salientado, habitam uma agrovila constituída em 1 lote da carta do INCRA. Os demais 3 dos 4 lotes da COOPAC constituem as áreas produtivas e demais áreas coletivas.

Muitos membros da COOPAC estão dedicados quase que integralmente à militância nos dias de hoje, atuando como dirigentes nos mais diferentes setores (direção nacional e estadual; setor de produção; setor de cultura) e até mesmo em cargos em ministérios, como o exemplo de uma assentada que está atuando no Ministério da Cultura em Brasília-DF, por indicação do movimento. A COOPAC possui, portanto, forte presença militante, com grande proeminência no campo político e nas mais diversas ações do movimento, que por sua vez articula a participação das suas lideranças em posições de tomada de decisão (Comparato, 2001), influenciando diretamente na construção da reforma agrária popular.

TSG reforça que, apesar dessa atuação dos membros da COOPAC estar dividida entre tarefas produtivas e tarefas políticas e organizativas de direção e militância, todas as questões, para além de questões locais do dia-a-dia, ou

seja, questões fundantes de planejamento e organização do trabalho na COOPAC e questões de grande relevância para a cooperativa, são integralmente discutidas coletivamente. Reuniões centrais, portanto, juntam todos os integrantes, de forma presencial ou remota (Diário de Campo, 19/05/2025).

Dentro das famílias que compõem a cooperativa, existem filhos de assentados que fazem parte da já citada estratégia do movimento de estimular e indicar jovens à cursos profissionalizantes que contribuem para solidificar as experiências cooperativistas e a Agroecologia no território. Além de atuar neste sentido, a ação contribui na permanência de jovens no território (Foguesatto *et al.*, 2020) e, no exemplo da COOPAC, está comprometida em aprimorar a experiência cooperativista em questão.

A cooperativa trabalha nas duas vertentes do trabalho familiar como descritas por Chayanov (1976) em sua teoria dos sistemas econômicos não capitalistas: Produção Agropecuária e Artesanato. As lideranças reforçam que a COOPAC já se inicia sob a premissa de fortalecer as relações. As discussões semanais ditam as estratégias de ação coletiva.

A lógica por trás da COOPAC é inteiramente coletiva. CCZ cita que “Aqui, desde o início, decidimos que tudo seria coletivizado: Terra, Capital e Trabalho”, nas suas palavras (Diário de Campo, 02/05/2025).

As lideranças comentam que a organização da COOPAC e o trabalho na mesma estão divididos em setores: Setor Animal com o gado leiteiro; o SAF; Setor dos Laticínios e Charcutaria; o Ateliê, configurando o Setor Cultural; a Gestão; e o Setor do Beneficiamento Vegetal e Panificação. As famílias da COOPAC dividem o seu trabalho em função desses setores. Cada setor tem um membro da COOPAC responsável pelo mesmo.

Comentando sobre a natureza do trabalho na COOPAC e sua organização, TSG ressalta que “vontades individuais têm seu espaço na COOPAC, mas nunca irão se sobrepor ao coletivo”, nas suas palavras. Ela também comenta que o trabalho na cooperativa é dividido em setores, cada um com seu responsável para coordenar e sistematizar os processos, mas o trabalho em si é coletivo. São realizadas reuniões mensais com todos os membros e ela

cita um aspecto curioso que difere a lógica de uma CPA do MST e uma cooperativa convencional: “Os cargos que vem com a institucionalização (presidência, tesouraria, secretaria etc) não são relevantes para a estrutura da organização da cooperativa, que possui um raciocínio mais coletivista. São apenas formalidades burocráticas” (Diário de Campo, 24/05/2025).

Quanto às linhas produtivas e suas respectivas estruturas, inicialmente a COOPAC focava em horta, no SAF e no beneficiamento vegetal. Atualmente a cooperativa se consolida com uma série de outros setores com estruturas próprias, a partir de iniciativas e momentos chave a serem elucidados mais adiante, de forma a ter uma gama de linhas produtivas. Dentre os produtos temos leite, mandioca, banana, antepastos, bolos, pães, broas, queijo Minas artesanal, doces de leite e produtos de charcutaria artesanal, como o salame.

Em termos de estruturas, tem-se na COOPAC: uma agroindústria de beneficiamento vegetal e panificação, legalizada e autorizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraíba (Cimpar Zona da Mata) e pelas vigilâncias sanitárias municipais do entorno; uma queijaria e charcutaria, em processo de legalização no Cimpar Zona da Mata; uma cozinha coletiva; um depósito; um curral; um embarcadouro; uma área de SAF e uma área de roça de mandioca. No âmbito do artesanato, a COOPAC coordena um espaço de ateliê, juntamente com os setores de educação e cultura do ADG, trabalhando com serigrafia e confecção de canecas, bolsas de tiracolo, camisas, entre outros artigos.

Nas formas de escoamento da produção da COOPAC, a CONCENTRA é o principal cliente e esta relação será explorada mais adiante nesta seção. Nesta vertente, a COOPAC trabalha sob encomenda, mantendo estoque de alguns produtos. Os pedidos atualmente da CONCENTRA são feitos mensalmente. Entrega também no varejo, em lojas e feiras locais e também participa dos eventos do movimento, levando a produção para as feiras regionais e nacionais do MST, sendo importante canal de escoamento e divulgação da cooperativa e do assentamento como um todo.

Além disso, a cooperativa entrega itens de panificação e mandioca descascada ao PAA; e mandioca, em pouca quantidade relativa ao total das entregas da cooperativa, ao PNAE, para os municípios em que o assentamento está inserido. Ambas as entregas institucionais são realizadas por intermédio da COOPERMATAS.

A ideia da COOPAC, mesmo se formalizando institucionalmente, é continuar entregando para o PAA e para o PNAE, e para os pedidos online das cestas agroecológicas, através da COOPERMATAS, no intuito de centralizar o escoamento da produção e fortalecer o coletivo e as instituições no ADG.

A produção da COOPAC funciona principalmente sob demanda, com pedidos principalmente realizados pela CONCENTRA, mas a cooperativa mantém estoque de produtos de menor perecibilidade, como as conservas e antepastos. A COOPAC mantém cerca de 200 itens, de cada um dos 8 tipos de conservas que produz, em estoque, além de doces e queijos. Este estoque, além das encomendas, é comercializado nas outras formas de escoamento já citadas.

A COOPAC também entregava, por intermédio da COOPERMATAS, em canais institucionais, na modalidade das cozinhas solidárias, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de municípios do entorno do assentamento (Chácara e Goianá).

TSG comenta que as entregas eram feitas quinzenalmente, mas a iniciativa, de profundo impacto social, foi minada por falta de pagamentos na época em questão. “Esses programas são maravilhosos, mas parece que nos sabotam. Não dá pra uma política pública ser dessa forma”, nas suas palavras (Diário de Campo, 24/05/2025).

Esse trecho evidencia, mais uma vez, a lacuna deixada pelo desmonte de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e ligadas à soberania e segurança alimentar, e como o impacto afeta tanto as comunidades que mais precisam, quanto os próprios coletivos de produtores, que perdem canais de escoamento da sua produção (Grisa *et al.*, 2022).

A despeito disso, o ADG e o movimento encontram outras formas de continuar o trabalho solidário, mostrando como o excedente da produção agroecológica coletiva consegue suprir com fartura a demanda de produção alimentar do país: Em fevereiro de 2025, os militantes do Plantio Solidário (projeto a ser descrito na seção seguinte), juntamente com o apoio da COOPERMATAS realizaram uma doação, como parte de um evento de mutirão do plantio, junto à comunidade do Vale Verde em Juiz de Fora. Cerca de 1 tonelada de alimento foram doados ao CRAS do bairro Vale Verde, firmando o compromisso do movimento com a justiça social em seu programa da

reforma agrária popular, em mais essa ação coletiva de solidariedade e mobilização popular, típicas dos movimentos sociais<sup>16</sup>.

Ao se tratar da natureza do trabalho na COOPAC e sua remuneração, as lideranças explicam que o pagamento pelo trabalho na COOPAC é mediante horas trabalhadas, independente do setor ou da função exercida. Todos os membros anotam horas da mesma forma. Inclusive o trabalho de reprodução social é levado em consideração e é coletivizado. Em momentos de grande intensidade de trabalho, atendendo demandas grandes de pedidos, os membros organizam cirandas onde ficam pessoas responsáveis pelas crianças dos familiares envolvidos nos trabalhos em questão:

TSG comenta sobre a estratégia de coletivizar todas as formas de trabalho, inclusive o trabalho de reprodução social: “Sempre que tem uma atividade na COOPAC que necessita de um trabalho de todos, organiza-se uma ciranda. O responsável anota as horas igual a quem está na produção [...] Quando tinha as entregas semanais, tinha os cirandeiros, tinha o trabalho de outras pessoas do assentamento se somando”, nas suas palavras (Diário de Campo, 24/05/2025).

A natureza do trabalho reprodutivo na COOPAC contrapõe-se à lógica individualista do sistema capitalista, onde esse trabalho não é remunerado, é individualizado e concentrado sobretudo na mão das mulheres da família (Mezzadri *et al.*; Rao *et al.*, 2024). Em muitos casos, ocasiona pessoas a abdicarem de carreiras, perdendo sucessivas oportunidades. A lógica da COOPAC permite que trabalhadores, em sua grande maioria mulheres, possam exercer atividades remuneradas no campo com dignidade, sem se preocupar com a sobrecarga do trabalho familiar no cuidado com as crianças.

Em seguida, cabe tecer alguns parágrafos que exploram a forma com que a COOPAC se manifesta como uma *macrounidade familiar camponesa*, ou um “ente

---

<sup>16</sup> “Plantio Solidário doa mais de 1 tonelada de alimentos em bairro de Juiz de Fora (MG). Projeto do MST na Zona da Mata constrói junto às famílias em situação de insegurança alimentar processos de cooperação em hortas urbanas [...] O Plantio Solidário se faz e se organiza a partir de diversos coletivos, movimentos urbanos e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) [...] Enquanto o agronegócio joga fora alimentos para aumentar o preço e ganhar mais, o MST, em parceria com outros movimentos, age para enfrentar a fome que se agrava no Brasil desde a pandemia”. Fonte: <https://mst.org.br/2025/02/22/plantio-solidario-doa-mais-de-1-tonelada-de-alimentos-em-bairro-de-juiz-de-fora-mg/>

*familiar camponês*”. O presente trabalho irá adotar as tipologias em questão para desenvolver este raciocínio. A começar por aspectos mais objetivos, como o fato da COOPAC estar cooperada na COOPERMATAS, a cooperativa de comercialização do ADG, como uma entidade camponesa do cunho de uma organização, mas que opera como uma unidade familiar. Isso se reforça pelo fato da COOPAC exercer uma produção da qual o trabalho produtivo é dividido entre os membros e a remuneração é coletiva.

Outro aspecto objetivo de grande destaque está relacionado com a caracterização chayanoviana da unidade familiar camponesa, no que tange a uma produção orientada às necessidades da família (Chayanov, 1974). Parte da produção da COOPAC é destinada ao autoconsumo das famílias que moram na agrovila, evidenciando elementos da economia familiar camponesa. Banana, mandioca e leite estão entre os itens que atualmente são produzidos pensando também nas necessidades alimentares imediatas desse coletivo de famílias camponesas.

O sistema agroflorestal da COOPAC, focado em linhas de palmito pupunha, mandioca e banana, ainda produzia hortaliças nas entrelinhas, especialmente nos estágios iniciais do SAF, quando os membros responsáveis por esse setor estavam mais presentes fisicamente no território. Atualmente alguns dos responsáveis estão exercendo quase que integralmente funções de direção estadual; alguns passaram a assumir, na produção total da cooperativa, algumas tarefas de outros membros engajados atualmente na militância; e existem também membros responsáveis pelo SAF que estão estudando em cursos vinculados ao PRONERA, no regime de Alternância.

Toda a produção de horta e roça exercida nas entrelinhas era destinada ao autoconsumo das famílias. Por conta da temporária falta de força de trabalho para o SAF, a produção está voltada apenas para as variedades cultivadas nas linhas de plantio, não sendo mais cultivados horta e roça nas entrelinhas. Atualmente o manejo do SAF acontece por meio de mutirões de trabalho com diversas famílias do assentamento. A quantidade de força de trabalho disponível é uma questão para ambas as cooperativas do assentamento, e será abordada mais adiante. Não obstante, a COOPAC consegue ainda achar outras maneiras de suprir em grande medida as necessidades familiares:

TSG comenta que diversos itens dos mais diferentes setores da COOPAC abastecem as necessidades familiares dessa grande família camponesa que constitui o coletivo de famílias moradoras da agrovila. A produção para o autoconsumo é proveniente de todos os setores produtivos da COOPAC, como por exemplo a mandioca vinda da área de roça; a banana do SAF; parte do leite que serve como matéria prima para a queijaria; dentre outros itens que entram no âmbito de produtos beneficiados nas estruturas da COOPAC (Diário de Campo, 24/05/2025).

Thomaz (2010) aborda a discussão do caráter empresarial das CPAs, no que tange o fato de exercerem uma produção altamente especializada, por vezes mecanizada, com alto grau de beneficiamento e orientada para a busca da máxima eficiência e produtividade, por trabalharem de forma coletiva com o pagamento em horas trabalhadas, afastando o caráter camponês e se aproximando de um caráter *proletário*, semelhante a um processo industrial. No caso, agroindustrial. De fato, a COOPAC possui grande especialização produtiva em alguns aspectos e grande potencial de beneficiamento de produtos, em decorrência das suas estruturas que puderam ser materializadas em função da lógica coletiva:

O impacto da organização no modo de vida e no trabalho dos membros cooperados é nítido e indissociável, uma vez que a cooperativa já surge com o intuito de fomentar a produção agroecológica e coletivizar todos os âmbitos da vida no campo. TSG comenta que “a agroindústria só foi possível graças ao coletivo. Desenvolver essas forças produtivas só através do coletivo. Esse trabalho não consegue existir em outros lugares do assentamento”, nas suas palavras (Diário de Campo, 24/05/2025).

No entanto, e este é um ponto crucial de ser pontuado, as CPAs estão longe de ser uma empresa capitalista, uma vez que não focam na lógica da exploração de mais-valia, através do trabalho assalariado, como a própria autora reforça (Thomaz, 2010). Nas cooperativas do MST, a exemplo das CPAs, os produtores são também os detentores dos meios de produção. Ademais, e se aproximando da teoria chayanoviana dos sistemas econômicos não capitalistas (Chayanov, 1976), é impossível, em uma organização familiar, destituída da categoria “salário”, distinguir outras categorias da teoria econômica da sociedade capitalista moderna,

indivisivelmente relacionadas ao trabalho assalariado, como “renda”, “lucro” e “juro do capital”.

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria do salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo. O camponês ou o artesão que gere a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. Posto que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. É, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (Chayanov, 1976, p. 482).

A COOPAC consegue, através da força do coletivo, balancear muito bem os diferentes graus de especialização produtiva, aliando uma orientação voltada às necessidades das famílias da agrovila, e o desenvolvimento das forças produtivas. Isso é evidente quando se observa a atuação multissetorial da cooperativa, inclusive se aproximando da lógica camponesa de otimização do uso da terra e de seus bens, conferindo produtividade, autonomia, soberania e segurança alimentar (van der Ploeg, 2014). A estratégia de fomentar as experiências das CPAs, como a COOPAC, pelo MST, evidencia um impacto nítido e indissociável no modo de vida e no trabalho das famílias camponesas, como já ressaltado no trecho do diário de campo supracitado. Percebe-se, assim, como esta macrounidade familiar camponesa opera, conferindo resiliência e dignidade às famílias em questão.

A COOPAC, uma experiência gestada no território, pautada pela base e por valores camponeses, além de desafiar a ideia de que as CPAs se enquadram no

modelo empresarial de uso e ocupação do campo, de natureza essencialmente capitalista, como já exposto anteriormente, ainda desafia a ideia de que são experiências falhas que confirmaram a impossibilidade de sucesso do pensamento que inspirou a coletivização forçada imposta pelo topo, como levantado por Borsatto & Carmo (2013). A COOPAC, por beber fortemente do modo de gestão camponês, da cultura camponesa em geral e também da Agroecologia, evidencia uma forma de CPA que está alinhada com a reforma agrária popular e se demonstra bem sucedida empiricamente.

A cooperativa se mantém justamente por conta de sua relação com a comunidade. Ela não existe à parte do assentamento. Mas interage com ele, com as demais famílias, em uma relação dialética pautada pela cultura camponesa. Os mutirões de trabalho coletivo, como serão elucidados adiante, suprem a falta momentânea de mão de obra da cooperativa, e representam a manutenção dos modos de vida de várias famílias do Núcleo da Serra, oferecendo mais oportunidades de trabalho no campo, em um raciocínio que gira em torno de uma forma de pluriatividade essencialmente para-agrícola (Gaspari *et al.*, 2024), de cunho agroindustrial.

A presente análise também evidencia elementos subjetivos que aproximam a COOPAC de um ente familiar camponês. No lote que configura a agrovila da cooperativa, em que se inserem todas as moradias do coletivo de famílias, as casas ficam em distâncias de menos de 100 metros umas das outras, imediatamente. Percebe-se como a convivência estimulada é imperativa para o bom funcionamento da organização:

TSG comenta que as crianças transitam livremente entre as casas, por conta de uma relação de confiança mútua e plena entre as famílias, que ultrapassa os âmbitos produtivos: “CPAs vão muito além da produção”. Ela cita como que “todas as questões sociais viram assunto coletivo, no bom sentido”, nas suas palavras (Diário de Campo, 24/05/2025).

Outro elemento subjetivo que evidencia empiricamente a COOPAC como esta macrounidade familiar camponesa é o fato da cooperativa participar das reuniões familiares do núcleo da Serra como outra família assentada faria:

Nessas reuniões, a COOPAC nomeia algum membro para participar e levar as pautas das famílias cooperadas para as reuniões, se mostrando como uma verdadeira “grande família”. Isso é evidente na fala de TSG: “Hoje a COOPAC participa do núcleo da Serra como uma família, qualquer um de nós pode participar das reuniões familiares do núcleo da Serra representando a COOPAC” (Diário de Campo, 24/05/2025).

Reforçando a presença da cultura camponesa na COOPAC estão os processos de *intercooperação* entre a COOPAC e outras famílias assentadas no ADG, especialmente do Núcleo da Serra. Existem diversos processos que acontecem entre a COOPAC e outros coletivos de famílias ou famílias individuais do assentamento, que seguem muito a lógica camponesa da troca de bens e serviços entre unidades familiares (Sabourin, 2009). A COOPAC compra regularmente a produção de unidades familiares ao redor do ADG, em especial os itens destinados para o beneficiamento vegetal na confecção dos antepastos; promove mutirões de trabalho coletivo nas estruturas da COOPAC onde se reúnem diversas famílias de outras porções do assentamento, especialmente da Serra; e também terceiriza suas instalações e equipamentos para que outros coletivos de famílias do assentamento possam produzir grandes quantidades de encomendas de produtos beneficiados próprios.

Nas palavras de CCZ: “Há uma presente troca de bens e serviços, muito em função dos mutirões, formando um sistema que é uma herança da cultura camponesa. [...] O próprio nome da COOPAC, Cooperativa de Produção Agroecológica e Cultura Camponesa, é um recorte ideológico da forma escolhida de produzir e existir no território”. A COOPAC inclusive desenvolve processos intercooperativos em trabalhos de artesanato, juntamente com os setores de cultura e educação do assentamento, no espaço do ateliê, onde diversas famílias do assentamento como um todo desenvolvem atividades de artesanato, não somente os membros da COOPAC (Diário de Campo, 02/05/2025).

As lideranças comentam que, a exemplo de grandes encomendas realizadas pela CONCENTRA ou então nos preparativos para mobilizar a produção para a Feira Nacional do movimento, em um exemplo mais recente, os membros articulam uma grande “força tarefa”, participando dos processos produtivos para suprir essas

demandas pontuais. “Quando é necessário, o pessoal ajuda, se mobiliza como um todo”, nas palavras de TSG, durante as entrevistas. A presença estimulada da cultura do mutirão na COOPAC mobiliza famílias do assentamento todo, em especial do Núcleo da Serra, como já citado.

O núcleo em questão, como já ressaltado, tem características peculiares que o distingue dos demais núcleos do assentamento, dos quais se encontram em regiões mais planas e mais próximas dos centros urbanos do entorno. Na Serra o acesso é mais custoso, em termos de distância e dificuldade, fazendo inclusive com que a esmagadora maioria das famílias do núcleo vivam de fato dos lotes, sem exercer outras atividades remuneradas, ao contrário dos outros núcleos do assentamento.

Isso pode ser um elemento que contribui para explicar a forte identidade camponesa enraizada no núcleo. Muitas famílias, inclusive, contam com pelo menos 1 semana de trabalho na COOPAC, em um movimento articulado pela cooperativa que se baseia nos mutirões, muito presentes na cultura do campesinato (Sabourin, 2009). As famílias anotam e recebem de acordo com as horas trabalhadas, da mesma forma que é realizado entre os membros da COOPAC.

Percebe-se que, para além da troca monetária e da proximidade geográfica, a grande presença de famílias do Núcleo da Serra em trabalhos de mutirão reforça um comportamento muito comum no núcleo desde o início do assentamento, e já relatado anteriormente: as relações de reciprocidade através da coletivização em torno dos processos produtivos como estratégia de sobrevivência camponesa e como formas de consolidar a agricultura familiar camponesa no território. Esse pensamento corresponde com uma noção de mutirão pautado na *ajuda mútua*, baseada em uma estrutura de *reciprocidade* voltada para o *benefício comum*, como preconizado por Sabourin (2009, p. 67).

GMS cita, nas suas palavras, que: “O núcleo da Serra fazia muito mutirão, trazia muita gente para palestrar, realizar oficinas, fazia muitas festas para aproximar as famílias, e hoje o *DNA da Serra* é propagado pela COOPERMATAS no assentamento” (Diário de Campo, 11/06/2025).

Verifica-se no trabalho intercooperativo exercido na COOPAC, portanto, uma cultura do mutirão que preza tanto pela ajuda mútua, envolvendo trocas monetárias mas mantendo a função social dos mutirões, como também pela preservação de uma

herança de reciprocidade que existe nas comunidades camponesas, fomentadora de relações de amizade e confiança entre as famílias (Sabourin, 2009, p. 67), e que foi determinante, à época, para constituir o “DNA da Serra”.

A COOPAC se torna, com isso, um agente dinamizador do trabalho nesta porção do assentamento, garantindo condições para que outras famílias possam ter não somente fontes extras de renda e segurança e soberania alimentar, mas também ter garantido o *trabalho* em si, com dignidade e apoiado pelo coletivo. Um exemplo disso está nas famílias que conseguem dispôr horas para o trabalho uma vez que, através dos cirandeiros na COOPAC, o trabalho de reprodução social está garantido pelo coletivo, contrapondo a já citada lógica individualizada do capital (Mezzadri *et al.*; Rao *et al.*, 2024). A prática em questão, inclusive, se qualifica como uma forma de garantir a reprodução social no campo, em âmbitos que vão para além do trabalho produtivo:

TSG comenta sobre o aspecto de intercooperação tão presente na cooperativa, garantindo inclusive horas de trabalho para quem geralmente se vê impossibilitado pela intensidade da rotina dos cuidados parentais. Ela discorre sobre como frequentemente as famílias, que se somam ao trabalho coletivo e entram na lógica de funcionamento da COOPAC, trazem suas crianças também, para participarem da ciranda, viabilizando a destinação da força de trabalho por parte desses familiares. Ela comenta, ainda, sobre como o trabalho dos cirandeiros é crucial para o bom desenvolvimento das crianças, envolvendo a garantia para elas de outros direitos básicos, como a Educação: “O planejamento das cirandas de cada semana leva em consideração a alimentação das crianças, a preparação e o deslocamento para a Escola do assentamento”, nas suas palavras (Diário de Campo, 24/05/2025).

Este elemento da intercooperação, estimulado pela COOPAC nesta porção do assentamento, pautado por relações de reciprocidade e ajuda mútua, portanto, pautado fortemente por uma herança camponesa, faz com que se manifeste um tipo de pluriatividade que se coaduna com os modos de vida no campo. Trata-se da pluriatividade para-agrícola, que essencialmente representa um bloco de atividades agrícolas que vão desde a produção para o autoconsumo até a especialização produtiva através do beneficiamento agroindustrial em diferentes intensidades e escalas da produção cultivada *in loco* (Schneider, 2003; Gaspari *et al.*, 2024).

Esta forma de pluriatividade é reflexo de uma agricultura familiar dinâmica com uma cadeia produtiva desenvolvida territorialmente, como é o caso da relação construída entre a COOPAC e as famílias do Núcleo da Serra. Reflete, como já dito, uma cultura do mutirão já muito presente neste núcleo, e que de certa forma influenciou epistemologicamente a atuação de ambas as cooperativas do assentamento, e, no caso da COOPAC, manifesta agora tais mutirões de trabalho coletivo como formas de trabalho agrícola remunerado para além dos lotes das famílias que se juntam a esses momentos na cooperativa.

Ademais, o estímulo a essa forma de trabalho coletivo na COOPAC representa um fortalecimento da cultura camponesa no território, gerando condições de trabalho, para cooperados ou não, que contribuem tanto na manutenção do trabalho no campo, pautado por essa cultura, como também da própria manutenção dos modos de vida no campo, especialmente em territórios como o núcleo da Serra, dos quais as condições de vida no campo são mais desafiadoras em relação às outras porções do assentamento, mais planas e mais próximas de centros urbanos.

Conversando a respeito de mecanismos de certificação e regularização da produção, além de outros objetivos estratégicos para a cooperativa, outros aspectos emergiram e se mostraram centrais nesse momento:

TSG comenta que “os objetivos centrais da organização são fomentar e disseminar a produção agroecológica e o bem viver. A condição para a COOPAC existir é produzir sem veneno. A certificação fica em segundo plano nesse sentido, mas futuramente é algo estratégico, especialmente para a queijaria”, nas suas palavras. Ela ainda descreve outro ponto que é central para entender a filosofia da COOPAC: “Os intercâmbios agroecológicos que acontecem aqui no assentamento suprem essas demandas de fortalecimento do coletivo de produtores, hoje em dia mais do que a certificação orgânica. Faz muito mais sentido com a Agroecologia. Além da técnica, Agroecologia é cuidado”, como ela aponta (Diário de Campo, 24/05/2025).

Esse trecho reforça tanto as premissas fundantes da COOPAC como também o alinhamento da Agroecologia com a cultura do cooperativismo. Além disso, o trecho elucidava um problema comum para a agricultura familiar: os entraves e dificuldades logísticas e burocráticas dos processos de certificação orgânica (Becker *et al.*, 2020; Bosa & Rover, 2021). A lógica da certificação por auditoria ainda isola os produtores

e representam ainda mais desafios operacionais e financeiros para um setor que, atuando de forma individualizada, já possui diversos desafios, como já ressaltado no trecho supracitado.

A premissa central de uma agroecologia popular difere da lógica tradicional por trás da certificação e produção orgânica que representam, em muitos casos, uma mera substituição de pacotes de insumos, porém mantendo técnicas e a racionalidade do *modus operandi* convencional (Altieri, 2012a). O trecho do Diário de Campo acima representa empiricamente que o “*fazer agroecológico*” representa, acima de tudo, o fortalecimento dos coletivos em um movimento de construção participativa do conhecimento tomando a própria agricultura familiar camponesa e os saberes tradicionais, como o centro da lógica, e seus atores como os protagonistas desta construção (Paulino, 2008; Altieri, 2012b; Guzmán et al., 2013).

Como já ressaltado, os intercâmbios agroecológicos citados no trecho acima, iniciados como parte de um projeto de extensão da UFV em parceria com o CTA-Zm, se solidificaram no território. Atualmente, acontecem mensalmente e se inserem como eventos chave para outro projeto de extensão iniciado em 2024, o Projeto Interinstitucional “Metodologia Camponês a Camponês como processo participativo e horizontal de transição agroecológica sustentável e promoção da saúde em assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais”.

O projeto contou inicialmente com uma formação internacional em Cuba, promovida pela *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* (Anap). A formação teve como foco o intercâmbio de saberes entre camponeses, docentes, discentes e militantes do MST, proporcionando aos participantes um aprofundamento teórico e prático sobre a metodologia referência em Cuba. Atualmente desenvolve as ações de intercâmbio a partir da metodologia consolidada, em diversas áreas da reforma agrária popular no estado de Minas Gerais, incluindo o ADG.

O projeto engloba a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e outras dez instituições públicas<sup>17</sup> com o objetivo de consolidar práticas de transição

---

<sup>17</sup> “Em Minas Gerais, o projeto é uma parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Instituto Federal – Campus Machado, e conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra.” Fonte: <https://mst.org.br/2025/03/10/mst-realiza-seminario-de-implementacao-da-metodologia-campones-a-campones-em-mg/>

agroecológica em seis regionais do MST em Minas Gerais: Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte, Sul e Zona da Mata. Além da importância já ressaltada dessas práticas solidificadas no território, a iniciativa em questão demonstra mais uma vez a importância das universidades públicas e sua articulação com o MST para a consolidação da agricultura familiar camponesa e de outros processos coletivos populares, no território e em outras localidades do estado.

Somente em Abril de 2025 a COOPAC consegue se institucionalizar, apesar da cooperativa existir há 9 anos, estando, à época das entrevistas, em processo de finalização das questões burocráticas. Juridicamente está enquadrada como Associação, por não ter ainda conseguido o mínimo de 20 cotas cooperadas para se tornar uma cooperativa. A vontade, inclusive, da COOPAC, é essa. Ampliar a força produtiva e sua comunidade interna.

O interesse da COOPAC é trazer mais gente para a agrovila, sob a premissa de que há muito potencial produtivo neste micronúcleo dentro do assentamento, de forma que é possível trazer mais membros e incrementar a experiência. Além deste potencial, que também se manifesta em seus diferentes setores produtivos como uma grande oportunidade de pluriatividade para-agrícola no meio rural, a COOPAC se mostra como uma experiência de coletivização que contribui para a permanência no campo (Soares & Peixinho, 2019; Contrigiani *et al.*, 2023).

TSG comenta como que a experiência de ser assentada individualmente foi ruim para ela: “Ser assentada individualmente é muito ruim, você se vê na maioria das vezes isolada e sozinha, especialmente se ainda não conseguiu os apoios iniciais, e sem ter como tocar as coisas. A lógica coletiva facilita muito as coisas em todos os sentidos”, nas suas palavras. Ela comenta como muitas famílias, especialmente em locais de difícil estabelecimento, acabam desistindo do projeto com o tempo, muito em função da lógica individual de “tocar as coisas”, como ela pontua (Diário de Campo, 19/05/2025).

Tal vontade da COOPAC de aumentar filiados para habitar coletivamente na área, devido ao mencionado potencial produtivo, mostra que até a forma de ocupar o local e a demarcação estabelecida e, portanto, a *especialização* das famílias no assentamento após a sua criação, não são categorias estanques. Verifica-se uma plasticidade grande que é ditada pela organicidade histórica própria do assentamento, como já evidenciado nas formas que as famílias foram ocupando o território, que

busca se redesenhar dinamicamente à medida em que se aprimora e aprimora suas potencialidades.

Isto nos leva a questionar uma forma clássica de se implementar uma área de reforma agrária com grandes coletivos de famílias de uma forma individualizada, pré estabelecida, e com barreiras e fronteiras demarcadas *a priori*, sem uma exploração gradual e coletivamente arquitetada. Coloca-se aqui o questionamento da possibilidade dessa maneira convencional de implementar um território de reforma agrária contribuir para frear a total potencialidade dos assentamentos e da lógica coletivista e contra hegemônica que dita a construção desses territórios e de uma perspectiva de reforma agrária verdadeiramente popular.

Para finalizar esta subseção, será apresentada a Matriz de Organização Comunitária (Verdejo, 2007) da COOPAC, que se trata de uma abordagem similar à Matriz FOFA, construída participativamente e que ilustra a influência de fatores internos e externos no funcionamento da cooperativa. Ademais, a subsequente análise evidencia fatores que reforçam os aspectos citados até o presente momento e que contribuem para responder aos objetivos da presente pesquisa.

**Tabela 3** - Matriz de Organização Comunitária da COOPAC

<b>Forças</b>	<b>Oportunidades</b>
---------------	----------------------

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coletividade em todos os processos</li> <li>- Industrialização dos processos</li> <li>- Padronização com garantia de qualidade da produção</li> <li>- Alta articulação organizativa com MST e setores estratégicos</li> <li>- Rigoriedade técnica</li> <li>- Integração com a rede de comercialização do MST</li> <li>- Grande potencial de disseminação da Agroecologia e de elementos da cultura camponesa e cooperativista via capacitação <i>in loco</i></li> <li>- Potencial para abastecer entre 20 a 30 famílias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Profissionalização contábil</li> <li>- Volta do debate das CPAs no Estado de Minas Gerais</li> <li>- Expandir a distribuição da produção para além da rede de comercialização do MST</li> </ul>
<b>Fraquezas</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Força de trabalho disponível insuficiente para os âmbitos da produção e da comercialização</li> <li>- Limitação técnica nos âmbitos da contabilidade e de processos jurídicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mineração no entorno do ADG</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor e pela coordenação da COOPAC (2025).

Nas forças, é citado a coletividade em todos os processos. Como elemento constituinte da COOPAC e direcionador de toda sua lógica, era apropriado surgir como o primeiro ponto citado. A industrialização dos processos, representado pela existência das agroindústrias, garantidas pelo trabalho e pelos esforços coletivos, se configura como outro elemento de grande relevância. Não obstante, é um traço marcante das CPAs do movimento de modo geral, como anteriormente discutido.

A COOPAC consegue conferir a padronização com garantia de qualidade da produção, muito em função da rigorosidade técnica, que é citada como outro ponto forte. Ademais este é um traço comum à ambas as cooperativas do assentamento e é um aspecto trabalhado no ADG desde os primórdios da organização da produção. Como já ressaltado nas entrevistas, o ADG possui uma vasta gama de produtos beneficiados, e grande experiência no que tange à esta vocação produtiva desenvolvida no assentamento.

A alta articulação organizativa da COOPAC com o movimento e seus setores estratégicos, garantindo uma presença institucional muito forte ressaltada na matriz, é sem dúvida um elemento de destaque da cooperativa. Isso se dá muito por conta da grande presença de membros da COOPAC em cargos no movimento como

dirigentes, como já pontuado. Este aspecto ainda contribui para mobilizar muitos esforços *in loco*, conferindo à cooperativa um lugar de protagonismo no assentamento para mobilizar eventos, palestras, recursos e projetos para o ADG.

Correlacionado a este âmbito, é reforçado o grande potencial de disseminação da Agroecologia e das culturas camponesa e cooperativista por parte da COOPAC, com a cooperativa já tendo ministrado diversas oficinas e cursos de capacitação, especialmente no âmbito do processo produtivo agroindustrial, se tornando referência no estado, como relatam as lideranças. É citada a integração vertical em rede, na rede de comercialização do MST, com o diálogo forte com a CONCENTRA. Este aspecto ainda será abordado, mas já se evidencia nessa matriz a grande importância da articulação do ADG com a rede sociotécnica desenvolvida pelo movimento no estado de Minas Gerais.

Por fim, as lideranças citam o potencial da COOPAC para abastecer 20 a 30 famílias no território, demonstrando a força e a capacidade produtiva das CPAs. Com a lógica do campesinato entranhada em sua filosofia, a cooperativa é uma evidência empírica de uma característica já discutida da unidade familiar camponesa, relacionada com sua busca por autonomia e soberania alimentar no campo: A característica de, em pouco espaço, conseguir uma excelente otimização do uso dos recursos e da produção, atingindo grandes produtividades somadas em todos seus processos produtivos exercidos neste único território, que evidenciam a grande capacidade da cooperativa de geração e abastecimento de alimentos.

No âmbito das fraquezas, configurando um aspecto crucial e comum à ambas as cooperativas do assentamento, e que ficou bem evidente durante a entrevista, foi comentado principalmente a limitação da força de trabalho disponível, tanto em aspectos da produção como também da comercialização, mesmo com os processos de intercooperação vigentes. É relatado que muitas demandas, sobretudo às relacionadas a aspectos de gestão e logística, estão se somando.

Isso se dá, em grande parte, pelo fato de muitos membros estarem profundamente engajados em tarefas organizativas e políticas do movimento, fazendo com que alguns setores produtivos da COOPAC, a exemplo do SAF, fiquem de certa forma comprometidos, afetando inclusive parte da produção para autoconsumo, como discutido anteriormente. Esse aspecto se mostra, nesse momento, como uma “faca de dois gumes” para a cooperativa, mas é um ponto ressaltado como situacional, como uma consequência do presente momento.

Como problema associado a este aspecto, as lideranças também citam a limitação técnica presente no âmbito da contabilidade e de processos jurídicos, em um momento de grande importância pois a COOPAC estava, na época da condução das entrevistas do presente trabalho, em processos finais de institucionalização. O volume de demandas burocráticas relacionadas a este processo, no atual momento da cooperativa, pode ter sido uma das razões centrais para que este âmbito tenha sido levantado pela coordenadora da cooperativa.

Ao mesmo tempo, e já introduzindo o próximo eixo, esse ponto aparece como uma oportunidade, na forma de uma profissionalização contábil dos membros da COOPAC, evocado pela coordenação da cooperativa. Ademais, a volta do debate das CPAs no âmbito do estado de Minas Gerais, como já discutido, se configura como uma grande oportunidade, pois este aspecto se mostra como um ponto que tem se fortalecido nos últimos anos e isso, obviamente, afeta positivamente a COOPAC. A cooperativa, como já destacado, se configura como um grande exemplo no seio do movimento de uma experiência de sucesso neste âmbito.

Por último, e se mostrando também como uma meta para a cooperativa, nas palavras da coordenação, tem-se o desejo da COOPAC de ir além dessa rede de comercialização do movimento, para além dos mercados institucionais e o diálogo com a CONCENTRA, demonstrando o desejo da cooperativa de se firmar como uma força local na zona da mata mineira, tanto no aspecto da distribuição da produção, como também como expoente na disseminação da Agroecologia, da cultura camponesa e da cultura cooperativista.

Para finalizar, como única ameaça, mas se configurando como uma ameaça central, as lideranças citam a mineração. É lembrado durante as entrevistas a luta judicial do assentamento, com grande apoio do movimento, que conseguiu retirar do pedido de licenciamento ambiental, feito por parte de empresas privadas, a área dos limites do ADG da zona de exploração para a mineração da bauxita, um mineral de grande presença no território, como relatado pela coordenação da COOPAC.

A mineração da bauxita acarreta profundos impactos ambientais e sociais, expressos na degradação dos bens hídricos, contaminação do solo e perda de atividades agrícolas, afetando diretamente a subsistência de comunidades locais. Além disso, promove deslocamentos populacionais e restrições de acesso à terra (Hansen *et al.*, 2023). Observando a magnitude destes impactos, esta atividade predatória certamente afetaria significativamente o ADG, em especial seus bens

hídricos e suas atividades produtivas, além de colocar em risco a permanência das famílias no território.

### 3.5.2 A experiência da COOPERMATAS

A jovem Cooperativa da Reforma Agrária e da Agricultura Camponesa da Zona da Mata, a COOPERMATAS, criada em 2022<sup>18</sup> como um embrião gestado pelos processos de coletivização históricos do assentamento, com grande protagonismo do incorporado Núcleo de Cooperação Agrícola da Serra, já demonstra avanços significativos para a consolidação da agricultura familiar camponesa no território. A atuação da cooperativa projeta e desenvolve as forças e coletivos produtivos do ADG de forma articulada intersetorialmente para além dos limites territoriais do assentamento. Além disso, atua de forma contundente para a construção do projeto de reforma agrária popular do movimento, especialmente na realidade presente, inserida na Zona da Mata Mineira.

A COOPERMATAS, até o momento das entrevistas em campo, possuía 62 famílias cooperadas, cerca de 40% em relação ao total de famílias assentadas no território. Um ponto interessante de se ressaltar é que, ao longo de 2 meses de trabalho de campo na presente pesquisa, já tinham surgido mais 4 famílias cooperadas.

A maior parte da produção vem do Núcleo da Serra, muito em função de dois aspectos: O fato de esmagadora maioria das famílias deste núcleo viverem inteiramente de atividades de produção agrícola e agropecuária, ponto já ressaltado anteriormente; e também pelo fato de a maior parte dos produtores trabalharem com artigos hortifrutigranjeiros, que somam grandes quantidades absolutas de volumes mensais de produção, em comparação com outros tipos de produção.

A distribuição das famílias cooperadas no território, no entanto, é bem homogênea, de acordo com a coordenação. Não foi possível precisar com exatidão alguns números que dariam um panorama interessante à presente caracterização.

---

<sup>18</sup> “MST na Zona da Mata Mineira funda sua 2° Cooperativa da Reforma Agrária [...] No último sábado, dia 03/09, foi dia de comemoração de muita luta. Passados 10 anos da fundação da COOPERARCA, primeira cooperativa das famílias assentadas na Zona da Mata, e no nono aniversário da reocupação do assentamento Dênis Gonçalves, a coordenação e o conjunto das assentadas e dos assentados do local fizeram um gol de placa: a fundação da COOPERMATAS – Cooperativa da Reforma Agrária e da Agricultura Camponesa da Zona da Mata”. Fonte: <https://mst.org.br/2022/09/05/mst-na-zona-da-mata-mineira-funda-sua-2-cooperativa-da-reforma-agraria/>

Dentre estes estão o número de famílias por núcleo (por ser uma categoria bem dinâmica, portanto não estanque); e o número de famílias por núcleo cooperadas na COOPERMATAS em relação ao total de famílias de cada núcleo. Essa questão está relacionada a uma das limitações da jovem cooperativa, que será abordada durante a análise da sua Matriz de Organização Comunitária.

As formas de escoamento da produção organizada pela COOPERMATAS são as seguintes: a cooperativa mobiliza as entregas do coletivo de produtores do assentamento ao recém retomado PAA pelo MDA, a partir de 2024, sendo uma das importantes conquistas para a agricultura familiar camponesa do assentamento, fato citado no Rio do Tempo. Neste programa, a COOPERMATAS entrega em Juiz de Fora, na modalidade compra institucional em parceria com o projeto Cozinhas Solidárias, no Bairro Vale Verde, e em Chácara e Goianá, na mesma modalidade em parceria com os CRAS de cada um dos municípios.

A retomada do PAA, e o avanço de sua modalidade de compra articulada com o programa supracitado, representa uma conquista social expressiva, tanto para os coletivos de produtores quanto para as populações mais necessitadas, em um diálogo de estreita relação com os objetivos da reforma agrária popular. Além dessa forma de escoamento, a cooperativa entrega para o PNAE, nas escolas municipais e estaduais de Chácara, Goianá e Coronel Pacheco; mobiliza as entregas das Cestas Agroecológicas; entrega para a CONCENTRA e mobiliza a produção do ADG para as feiras do movimento, a níveis estaduais e nacionais.

Quanto à estrutura e funcionamento da COOPERMATAS, a cooperativa possui uma secretaria que fica na porção central do assentamento, na região da sede, na área comum próximo ao viveiro de mudas. Essa centralização física do “cérebro” da cooperativa facilita a comunicação entre os diferentes núcleos do assentamento. Caracterizando o corpo técnico da COOPERMATAS, formalmente existem cargos de presidência, secretaria e tesouraria, como cargos oriundos do processo de formalização da cooperativa, além de um conselho fiscal.

GMS, dirigente regional do setor de produção da Regional Antônio Ventura, entrevistada no presente trabalho, atua na coordenação geral da cooperativa, de forma alinhada ao setor de produção regional, a partir de uma orientação que guia os processos gerais de produção no assentamento e a atuação da cooperativa. Assim como na COOPAC e, reforçando um ponto trazido anteriormente, de que os processos coletivos no ADG são todos capitaneados por mulheres, na

COOPERMATAS não é diferente. A maioria esmagadora da força de trabalho da cooperativa é composta por mulheres, com somente um cargo formal representado por um homem.

Além dos cargos já mencionados, a COOPERMATAS possui uma técnica militante do movimento, que atua nos processos organizacionais e na logística da produção da cooperativa, sendo vinculada também à Frente de Massificação da Agroecologia criada no ADG, além de participar da coordenação do Plantio Solidário (ambos projetos coletivos citados como marcos no Rio do Tempo), sendo um bom exemplo da ampla articulação da cooperativa com os demais processos subjetivos do assentamento, no que tange os objetivos de ampliação da cultura do cooperativismo e da promoção da agroecologia e da reforma agrária popular nos territórios onde o assentamento atua. Se configura como mais um ponto que reflete o ADG como potência na Zona da Mata Mineira em capilarizar e disseminar o paradigma de um novo projeto de sociedade.

Com relação à atuação da cooperativa, esta representa uma lógica que contrapõe o cooperativismo convencional e dialoga diretamente com as tarefas históricas do movimento em propagar as culturas do cooperativismo e do campesinato; a agroecologia; e promover a consciência crítica e os valores de uma nova sociedade, preconizados pela reforma agrária popular. Em vez de um corpo gestor, formalizado “dentro das quatro linhas” da cooperativa, e atuando somente com produtores cooperados, o trabalho da COOPERMATAS está constituído dentro do “guarda chuva” de atuação do setor de produção regional, que, como já pontuado, atua diretamente na coordenação da cooperativa, por intermédio de GMS. Em suma, Setor de Produção e cooperativas atuam juntos, em tarefas organizativas e políticas:

GMS comenta acerca da atuação da cooperativa: “A COOPERMATAS não olha só pros cooperados, a gente entende o momento de cada um e respeita o tempo de atingir consciência, aguardando a vontade do assentado de se cooperar. [...] É um pouco misturado entre o setor de produção, as lideranças da cooperativa e os coletivos de produtores”. Responsáveis pelos coletivos entram na COOPERMATAS em um diálogo para articular a comercialização desses núcleos e suprir as limitações via CREHNOR (GMS comenta um exemplo de um investimento em um sistema de irrigação para os coletivos dos produtores focados no feijão) (Diário de Campo, 11/06/2025).

No âmbito da disputa de consciência, GMS ressalta como a COOPERMATAS estimula isso em seus membros:

“Nosso trabalho visa disputar a consciência dos assentados. [...] Aqui a gente tenta olhar como ‘tarefa’, sendo ‘membro’, e não ‘funcionário’, que se preocupa com somente uma função. A ideia é que todos tenham dimensão do ‘todo’ [...] Mas tem pouca gente para um território grande”, nas palavras de GMS (Diário de Campo, 11/06/2025).

A ampla atuação da COOPERMATAS, perpassando o universo de cooperados e se configurando ativamente como um agente dinamizador dos processos coletivos do ADG, é de notável importância para confirmar empiricamente os objetivos da presente pesquisa. Ao se firmar como um “braço direito” do Setor de Produção Regional, e, ademais, certificando a participação ampla de seus membros nos processos internos em geral, a atuação da cooperativa evidencia renovadas relações de trabalho e produção que almejam um projeto societário emancipador.

Contudo, a presente perspectiva demanda, de fato, uma participação ampla e coletiva, e, a partir do cenário atual da cooperativa em termos de força de trabalho, é limitada pelo mesmo, gerando um gargalo para a organização. O trecho em que GMS ressalta que há pouca gente atuante na cooperativa para um território de quase 5000 hectares, mostra que a limitação objetiva na força de trabalho total é um fator de peso para a COOPERMATAS, inclusive relatado por ambas as cooperativas do assentamento, como já ressaltado.

A divisão entre tarefas operacionais e organizacionais das cooperativas, e tarefas políticas e de militância do setor de produção regional e demais setores da militância local, regional, estadual e nacional do movimento, configura uma sobrecarga para o coletivo de assentados, e é um notável ponto que perpassa o ADG como um todo, representando uma demanda clara para ser solucionada, pensando o avanço dos processos coletivos.

Quanto à busca por certificação de seus cooperados, GMS reforça um ponto já trazido por TSG, de que esta é uma tarefa que está caminhando a passos lentos. Existem duas famílias cooperadas na COOPERMATAS que estão em processo de preparação para a certificação orgânica, e isso faz parte de uma atuação conjunta do

movimento inserido no âmbito do Comitê do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais.

O pólo em questão, criado em 2018, conquista um grande feito, instituindo por lei a Zona da Mata Mineira como o primeiro polo agroecológico do Brasil<sup>19</sup>, reconhecendo mais de 35 anos da construção de um robusto movimento agroecológico na região, disseminado através da já referida articulação entre organizações da sociedade civil, universidades e coletivos organizados da agricultura familiar (Cardoso & Ferrari, 2006; Silva & Miranda, 2015).

Como ressaltado nas outras entrevistas, a participação do assentamento no comitê do polo é bem tímida de início, demorando a engrenar. Como relatado no Rio do Tempo, a inserção mais ativa do ADG nos trabalhos do pólo se dá a partir de 2023, se tornando mais relevante para a consolidação da agricultura familiar camponesa no território. O ADG, por meio de dirigentes, passa a acompanhar experiências de certificação juntamente à Associação de Produtores Orgânicos da Zona da Mata, com sede em Juiz de Fora, que está em processo de se tornar uma certificadora agroecológica e de produção orgânica, A OPAC Orgânicos da Mata, a primeira da região, para contemplar a agricultura familiar da Zona da Mata Mineira.

Analisando os impactos da organização no território, e nos modos de vida de seus cooperados, fica claro que a COOPERMATAS é um agente dinamizador da agroecologia e dos processos de coletivização da produção no território. Já ficou demonstrado como a cooperativa atua no fortalecimento dos diferentes coletivos de produtores dentro do assentamento.

Outro exemplo citado por GMS da atuação da COOPERMATAS, no fortalecimento dos coletivos de produtores, é o trabalho conjunto com o coletivo dos produtores de banana do ADG, do qual a cooperativa está ativamente organizando os produtores para sistematizar e organizar a produção da banana no assentamento como um todo, a fim de “escapar dos atravessadores”, nas palavras dela (Diário de Campo, 11/06/2025).

---

<sup>19</sup> “A nova lei é orientada pelos seguintes princípios: desenvolvimento sustentável; participação e protagonismo social; preservação ecológica com inclusão social; segurança e soberania alimentar; diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural; reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar”. Fonte: <https://ctazm.org.br/noticias/agora-e-oficial-zona-da-mata-mineira-e-polo-agroecologico-e-de-producao-organica-610>

A banana é uma cultura amplamente cultivada no ADG, por produtores cooperados e não cooperados, e tem distribuição difusa no assentamento, apesar de ser uma cultura fortemente enraizada no território pelo conjunto de produtores que se agruparam em função da cultura, advindos da região de Piau, já comentada no presente trabalho como sendo uma região culturalmente centrada no cultivo da banana. O coordenador deste coletivo inclusive exerce funções na COOPERMATAS e têm importante atuação em estimular a cultura do cooperativismo dentro desse coletivo durante o trabalho de organização da produção, especialmente na disputa de consciência de produtores e produtoras ainda não cooperados.

Ainda assim, é importante evidenciar outro exemplo de atuação conjunta entre a cooperativa e os coletivos de produtores que perpassa os limites do assentamento e evidencia mais uma vez a ampla articulação política e institucional do movimento, representando significativos impactos na consolidação da agricultura familiar camponesa no território e atuando para firmar a estratégia de desenvolvimento de algumas cadeias produtivas chave para o movimento no estado de Minas Gerais, no caso, a do leite.

O programa Gir Leiteiro, lançado em setembro de 2024, é fruto de uma colaboração entre o MDA, o MST, por intermédio ativo das suas cooperativas, e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - *Campus Lagoa do Sino*. A COOPERMATAS contribui ativamente para inserir o ADG no escopo do projeto, em articulação com o coletivo dos produtores de leite do assentamento:

GMS comenta sobre o projeto Gir Leiteiro: “A cooperativa ajudou a trazer o projeto para o assentamento e os bezerros começaram a nascer agora. A gente também articula a ida do nosso coletivo do leite para intercâmbios de melhoramento de pastagem. [...] São coisas que melhoram o trabalho e a qualidade de vida dos produtores”, ela pontua<sup>20</sup> (Diário de Campo, 11/06/2025).

---

<sup>20</sup> Importante evidenciar resultados que já começaram a surgir no ADG deste projeto iniciado no final do ano de 2024: “Com 66,6% de prenhez confirmada, o projeto de melhoramento genético do gado Gir nas áreas de reforma agrária supera os 30% esperado no território mineiro, e mostra o potencial produtivo dos assentamentos em Minas Gerais (MG). O mesmo tem como objetivo a melhoria da capacidade genética através da implementação de embriões selecionados em matrizes que o produtor já possui a fim de propiciar uma nova geração de gado de leite com melhor capacidade produtiva. [...] Além disso, oferece cursos de capacitação para técnicos veterinários locais. Atualmente, o projeto está em fase piloto em três regiões — Pontal (SP), Andradina (SP) e Zona da Mata (MG) — e já existe a expectativa de expandi-lo para outras áreas do Brasil”. Fonte: <https://mst.org.br/2024/10/08/projeto-gir-leiteiro-em-areas-do-mst-supera-expectativas-da-taxa-de-prenhez-em-mg/>

A cooperativa ainda articula formas de aprimorar e estimular processos de intercooperação entre os coletivos de produtores e coletivos de famílias individuais do assentamento, incrementando e solidificando ainda mais os elementos da intercooperação pautada na troca de bens e serviços e da coletivização da produção no assentamento.

GMS também comenta que os coletivos de mulheres utilizam e mantêm as estruturas coletivas garantidas pelos núcleos do assentamento e também pela cooperativa que, através de emendas parlamentares, pôde estruturar as cozinhas coletivas internamente com equipamentos. Ela cita também como a COOPERMATAS e os coletivos também disponibilizam e coordenam o uso dessas estruturas para uso de outros conjuntos de famílias do assentamento e produtores individuais (Diário de Campo, 11/06/2025).

Este trecho demonstra como a cooperativa atua como uma facilitadora nos processos de desenvolvimento das forças produtivas do assentamento, mas, acima de tudo, elucida enfaticamente a forma que a organicidade desenvolvida no território e a autocoletivização foram e são, até os dias atuais, imperativos para garantir resiliência aos coletivos de produtores e para a construção bem sucedida deste projeto de reforma agrária popular na Zona da Mata Mineira.

Fica evidente, que, por iniciativa dos coletivos de produtores e das cooperativas, o assentamento como um todo funciona com processos amplos e intensos de intercooperação entre coletivos da agricultura familiar camponesa em geral, dentro e fora do contexto das cooperativas, de forma bastante *coordenada*. Neste sentido, manifestam-se arranjos institucionais internos mobilizados para produzir e reproduzir bens comuns segundo regras e pilares socialmente definidos em âmbito local, configurando relações e interações pautadas na *reciprocidade* e evidenciando, assim, uma forte herança camponesa (Sabourin, 2009, p. 67; Petersen *et al.*, 2017).

Isso mostra como a cultura camponesa, através destes processos e da mobilização coletiva da força de trabalho, garante a resiliência deste grande e heterogêneo território, que certamente avança para ser um grande expoente do projeto de reforma agrária popular do movimento e nos mostra como é possível um

paradigma de uma nova sociedade, pautados pelos ideais do campesinato, que, evidentemente, estão enraizados na COOPERMATAS.

Ainda no âmbito da intercooperação, a COOPERMATAS, atuando em uma escala acima da unidade familiar camponesa, permite a manifestação de outra vertente dessa herança camponesa, na forma da participação mútua nos processos e cadeias produtivas entre as cooperativas e suas lógicas próprias no contexto da Zona da Mata Mineira, demonstrando este elemento forte da cultura camponesa presente em diferentes escalas no território.

A COOPERMATAS retoma e facilita uma articulação entre as cooperativas regionais da Zona da Mata Mineira, coordenando juntamente com a COOPERARCA processos de intercooperação entre suas cadeias produtivas e seus respectivos coletivos produtores. As cooperativas atuam conjuntamente em metas e encomendas específicas, participando mutuamente dos processos produtivos nos diferentes contextos, organizando as trocas entre as produções de seus coletivos de produtores cooperados. É o mesmo caso da COOPAC com assentados individuais, porém em outra escala intercooperativa.

A Zona da Mata Mineira fica bem contemplada neste sentido, com microregiões da mesorregião sendo bem abarcadas pelo movimento ao mesmo tempo em que existem fortes processos de intercooperação em diferentes escalas e setores, unificando e mobilizando o fortalecimento do coletivo. Evidencia-se, com isso, não somente a viabilidade da agricultura familiar camponesa, mas também a viabilidade do projeto de reforma agrária popular do movimento, inclusive estabelecendo a mesorregião como expoente deste modelo.

Para finalizar a subseção da COOPERMATAS, a análise de sua respectiva Matriz de Organização Comunitária (Verdejo, 2007), evidencia uma série de fatores relacionados à comercialização, por ser essa a natureza da cooperativa, mas evidencia também elementos congruentes com a COOPAC, tanto no âmbito das potencialidades quanto das limitações, que refletem aspectos inerentes às características próprias das cooperativas, mas também relativos a uma macroestratégia do movimento.

**Tabela 4** - Matriz de Organização Comunitária da COOPERMATAS

<b>Forças</b>	<b>Oportunidades</b>
---------------	----------------------

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperativa da Reforma Agrária</li> <li>- Cooperativa de Mulheres</li> <li>- Integração com a rede de comercialização do MST</li> <li>- Agente dinamizador da Agroecologia no assentamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estreitar atuação ampla com o setor de produção</li> <li>- Estabelecer estratégias e medidas para aumentar a força de trabalho disponível</li> </ul>
<b>Fraquezas</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Força de trabalho disponível insuficiente para as demandas da organização</li> <li>- Falta de planejamento para organizar a produção de forma mais minuciosa</li> <li>- Dificuldade de organizar o conselho fiscal</li> <li>- Dificuldades na gestão no âmbito dos registros da produção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conjuntura política instável no âmbito dos mercados institucionais</li> <li>- Falta de fiscalização para localizar cooperativas com práticas antiéticas que disputam editais com as cooperativas da reforma agrária</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor e pela coordenação da COOPERMATAS (2025).

São citados vários pontos objetivos que representam forças e potencialidades da cooperativa. Dentre eles está o fato da cooperativa ser uma cooperativa da reforma agrária, e também ser uma cooperativa de maioria de mulheres produtoras. Esses dois fatores garantem prioridade da cooperativa em alguns mercados; conferem maior pontuação em editais específicos de projetos, editais da CONAB e em editais de mercados institucionais como os do PAA.

Outro ponto, que também foi citado pela COOPAC, é a integração com a rede de comercialização do MST, que permite o mútuo fortalecimento do movimento nos âmbitos estadual e nacional e os coletivos de cooperativas regionais e locais e seus produtores, reforçando as evidências empíricas da importância do elemento da integração vertical preconizado por Chayanov (1974), a ser descrito na subseção seguinte. O último ponto ressaltado neste âmbito é que a cooperativa se configura como uma importante força disseminadora da Agroecologia no território, como foi demonstrado.

Comentando acerca das limitações da organização, GMS cita o já comentado ponto em comum com a COOPAC que é a insuficiente força de trabalho disponível para dar conta das demandas da organização. Ela relata: “São muitas pessoas atuando em vários setores: diretoria; logística; PNAE e PAA; secretaria e financeiro. Muitas tarefas e poucas pessoas”, durante as entrevistas em campo.

Outro ponto é a limitação interna, em aspectos técnicos, no que tange um planejamento mais minucioso para organizar e escalonar a produção, em âmbitos como o inventário da produção e sua destinação. Isso se mostra claro para a cooperativa especialmente pelo fato de lidar com uma heterogeneidade grande de coletivos de produtores com as mais diversas vocações produtivas, que demandam raciocínios organizativos diferentes. Outras limitações que dialogam com limitações da COOPAC dizem respeito às limitações técnicas no âmbito contábil/fiscal e administrativo, citadas pela coordenação como dificuldades de organizar o conselho fiscal e dificuldades mais amplas no âmbito da gestão em realizar e organizar os registros da produção.

Como oportunidades aparecem pontos como a possibilidade de estreitar a atuação junto ao setor de produção e o planejamento da regional Antônio Ventura, no sentido de aprimorar os processos coletivos de construção do conhecimento agroecológico, de disputa de consciência de classe dos assentados e de propagar a cultura do cooperativismo na Zona da Mata Mineira. Evidencia-se aqui a preocupação da cooperativa com um projeto mais amplo do movimento. Outra oportunidade, que se correlaciona com sua principal demanda, é ampliar a força de trabalho dos processos internos da cooperativa.

No âmbito das ameaças é citada a insegurança na conjuntura política, no sentido de que mudanças e instabilidades nas compras institucionais são aspectos que afetam muito os produtores, especialmente os que já entregam nesses mercados. GMS relata dificuldades relacionadas à retomada lenta do PAA depois da reestruturação do MDA. Ela cita como isso afeta também as cooperativas do entorno, não somente as cooperativas da reforma agrária. O enfraquecimento geral de cooperativas nos territórios é um ponto relevante de preocupação para a COOPERMATAS, neste sentido.

A fiscalização precária também foi citada como ameaça. GMS comenta que “existem ‘cooperativas sujas’, que acabam ganhando editais de compras públicas e, quando se vê, são cooperativas que compram a produção no CEASA, atuando como atravessadores”, nas suas palavras. O surgimento de outras formas de “atravessadores” dentro do âmbito do cooperativismo e dos mercados institucionais, portanto, representou outra ameaça chave para a COOPERMATAS e o setor de produção da regional Antônio Ventura.

### 3.5.3 A atuação da CONCENTRA

A entrada do assentamento e da Zona da Mata Mineira na rede de comercialização do grande Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), via CONCENTRA, marcou outro grande e importante salto qualitativo para a organização socioprodutiva do ADG e para a consolidação da agricultura familiar camponesa e do projeto de reforma agrária popular do movimento na mesorregião e no estado de Minas Gerais. Esse momento histórico merece destaque e o referido salto qualitativo será esmiuçado a seguir.

A jovem Cooperativa Camponesa Central de Minas Gerais (CONCENTRA<sup>21</sup>) surge pouco depois da constituição oficial do assentamento, no pós 2016, quando foi reformulado o setor de produção do ADG e se aproximou da cara que temos hoje. A cooperativa central vem para organizar toda a cadeia produtiva de alimentos da reforma agrária (produção, beneficiamento, comercialização) e para coordenar as ações das cooperativas da agricultura camponesa de Minas Gerais, solidificando assim o elemento da *integração vertical* de cooperativas do movimento no estado.

A comercialização dos produtos pela cooperativa envolve a venda por atacado e através de cestas básicas da Reforma Agrária. Além disso, conta com a participação direta em feiras da agricultura familiar e feiras urbanas, organizadas pelo movimento ou não. Ademais, todos os produtos da CONCENTRA podem ser adquiridos nas lojas Armazém do Campo, espalhadas por todo o Brasil, com a venda direta aos consumidores.

Os armazéns se configuram como o principal canal físico de escoamento, com enfoque nos produtos beneficiados, que podem ser distribuídos em grandes distâncias, e também se configurando como uma das principais estratégias ativas de aproximação da sociedade em uma perspectiva de construção da reforma agrária popular, como já pontuado, mostrando para a população urbana o que é produzido nos territórios da reforma agrária<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> “A CONCENTRA tem o objetivo de organizar a produção, logística de distribuição (armazenamento e transporte), abertura de mercados e a comercialização dos produtos das cooperativas filiadas, tendo como princípio base o cooperativismo, fortalecendo os empreendimentos vinculados à reforma agrária popular [...] Com o passar dos anos, vem avançando com o processo de cooperação no estado, e o resultado, atualmente, é a existência de 9 cooperativas em MG, sendo 8 cooperativas de produção e 1 cooperativa de trabalho (prestação de serviços técnicos)”. Fonte: [https://www.instagram.com/p/DHWGMzww3H5/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/DHWGMzww3H5/?img_index=1)

<sup>22</sup> “Para Maíra Santiago, do Setor de Produção do MST, a relação dos Armazéns do Campo com a sociedade também é fundamental: ‘Esse lugar aqui expressa não só a produção, que é nosso carro

A estratégia de concentrar verticalmente a produção, através de uma via que buscasse concatenar e desenvolver grupos de “corpos cooperativos” dispersos, em uma estratégia ampla de coordenação que chegasse ao controle da unidade familiar camponesa, porém sob a condição de manutenção de sua herança camponesa e de seus processos subjetivos de autocoletivização, representa o que Chayanov preconizava como uma verdadeira revolução agrícola (Chayanov, 1974; Wanderley, 1998).

A organização destes “corpos cooperativos” camponeses e autocoletivizados, através da concentração vertical da produção, representava para Chayanov uma condição *sine qua non* para uma perspectiva de desenvolvimento do setor agrícola de uma nação que pudesse superar em grande escala o paradigma capitalista:

[...] quando vinculamos a natureza camponesa elementar com nossas medidas e a organizamos dentro do sistema geral da economia planificada da URSS, devemos nos propor este objetivo final: introduzir na futura organização da agricultura elementos cujo desenvolvimento posterior chegue a superar o capitalismo de Estado e possa constituir a base para um futuro sistema econômico socialista (Chayanov, 1974, p. 315).

Tratava-se do elemento da integração vertical desenvolvendo estes “corpos cooperativos” e permitindo uma profunda concentração vertical da produção agrícola. Os números fornecidos publicamente pela CONCENTRA, ao final de 2024, demonstram um grande potencial que elucida este pensamento, perpassando os limites do estado de Minas Gerais, seu principal local de atuação<sup>23</sup>.

As lideranças comentam como a CONCENTRA representa suas cooperativas filiadas em feiras estaduais e regionais da agricultura familiar e feiras próprias do movimento, levando toda a produção. Nas feiras maiores do movimento, as

---

chefe, com objetivo de mostrar pra sociedade qual a função social da terra, mas mostra nossa cultura de trabalho cooperado e de novas relações humanas. É a nossa propaganda para dialogar com a sociedade sobre qual o modelo de vida que a gente quer”. Fonte: <https://mst.org.br/2022/07/28/com-foco-na-cooperacao-mst-cria-cooperativa-central-para-a-rede-armazem-do-campo-em-belo-horizonte/><sup>23</sup> “No ano de 2024, a CONCENTRA distribuiu 35.500 cestas básicas da Reforma Agrária, totalizando 460 toneladas de alimentos [...] Além disso, a cooperativa entregou 60 toneladas de alimentos para 12 cozinhas solidárias, localizadas em várias cidades de Minas Gerais. Em relação à venda por atacado, a Cooperativa realizou 545 vendas ao longo do ano, para 14 estados do Brasil, totalizando 50 toneladas de alimentos comercializados. Assim, ao longo de 2024, a CONCENTRA distribuiu 570 toneladas de alimentos saudáveis da agricultura camponesa para todo o Brasil”. Fonte: [https://www.instagram.com/concentramg/p/DDxM2M8uR3\\_/](https://www.instagram.com/concentramg/p/DDxM2M8uR3_/).

cooperativas locais também participam. Não obstante, isso se configura como uma importante forma de escoamento da produção das cooperativas filiadas que garante grande visibilidade para as regionais, mas também representam importantes meios de aproximação do público urbano, como já citado.

As cooperativas do Assentamento Dênis Gonçalves, e a Zona da Mata Mineira como um todo, juntamente com a COOPERARCA, então entram na rede sociotécnica de comercialização do movimento, e o impacto já vem de cara: Esse momento histórico é contemporâneo aos embates judiciais referentes aos desastres da mineração promovidos pela empresa Vale do Rio Doce e pela Samarco, amplamente conhecidos pelos episódios de Mariana e Brumadinho:

CCZ comenta como a CONCENTRA, mediante uma luta histórica do movimento, promove uma primeira grande encomenda (de cunho emergencial) para as cooperativas da Zona da Mata Mineira. O movimento firma judicialmente uma exigência à Fundação Renova, como uma medida de reparação às famílias atingidas pelo rompimento das barragens, de promover entregas semanais de cestas básicas à essas famílias, em um programa conhecido como “Programa Popular de Agroecologia<sup>24</sup>”. Só na COOPAC eram entregues na faixa de 2500 jarros de antepastos e outros produtos mensalmente para compôr as cestas dos atingidos por barragens (Diário de Campo, 02/05/2025).

A mobilização de novos mercados e um novo acesso a uma grande rede de comercialização, proporcionados por grandes esforços de articulação do movimento, corresponderam a um grande impulso no desenvolvimento das forças produtivas no ADG. Temos como um exemplo claro o momento citado pelas lideranças da COOPAC. As entregas da cooperativa a este programa articulado pelo MST duraram até Abril de 2024.

A queijaria foi construída com os recursos levantados nesses 4 anos de entregas para compôr as cestas dos atingidos por barragens, por intermédio

---

<sup>24</sup> “O programa é uma iniciativa construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que busca atuar a partir das contradições impostas à sociedade com o crime da mineradora Vale, Samarco e seus acionistas em novembro de 2015. Contrapondo o modelo predatório de mineração que em conjunto ao agronegócio destrói, rios, matas e cidades, o Movimento traz a agroecologia como pilar central do seu programa baseado a partir de quatro eixos: Assistência Técnica/Social; Restauração Ambiental; Educação e Produção”. Fonte: <https://mst.org.br/2024/06/29/mst-inaugura-agroindustria-de-polpa-de-frutas-e-minimamente-processados-no-vale-do-rio-doce-mg/>

da CONCENTRA. TSG comenta sobre: “Esse período acabou sendo fundamental, pois foi uma época que estruturou a COOPAC como um todo. Construímos a queijaria, a cozinha coletiva e o galpão”, nas suas palavras (Diário de Campo, 24/05/2025).

Outro aspecto da atuação da CONCENTRA também representou uma virada de chave para a consolidação da agricultura familiar camponesa e do projeto de reforma agrária popular no ADG: a facilitação no acesso a crédito. Até então, o único crédito acessado havia sido o Crédito Instalação, com os já mencionados problemas de distribuição às famílias do assentamento. O acesso a programas públicos de crédito, em especial o PRONAF, ocorreu depois de mais de 10 anos dos pedidos das famílias.

O exemplo do acesso a créditos do FINAPOP no ADG foi, portanto, um marco citado no Rio do Tempo pelas lideranças. O primeiro acesso aos créditos do programa se dá pelo FINAPOP-MG, em uma articulação realizada com a CONCENTRA, via créditos operacionalizados pela CREHNOR, que permitiu a estruturação da agroindústria de beneficiamento vegetal e panificação da COOPAC.

TSG comenta que a COOPAC acessou R\$20.000 do FINAPOP-MG em 2022 que serviu para a estruturação da parte interna da agroindústria, na compra de todos os equipamentos. Transformou-se assim uma estrutura, que era antes moradia, em um espaço dedicado para a produção (Diário de Campo, 24/05/2025).

O sistema do FINAPOP<sup>25</sup> permite um acesso facilitado a crédito a produtores da reforma agrária e é construído por pessoas interessadas em subsidiar projetos e iniciativas das cooperativas da reforma agrária, investindo quantias acima de 100 reais em projetos específicos, que são acessados com taxas de juros mais atrativas ao produtor do que geralmente se encontra em linhas de crédito vinculadas a bancos da iniciativa privada.

O movimento conquista, nesta perspectiva, autonomia financeira para subsidiar de forma popular um projeto societário amplo e contra hegemônico, a partir

---

<sup>25</sup> “O Financiamento Popular contribui para o fortalecimento da cooperação, apoia a agroecologia, promove a geração de renda para as famílias no campo, a Reforma Agrária e apoia o desenvolvimento produtivo e comercial de diversas cooperativas em território nacional”. Fonte: <https://finapop.com.br/>

de projetos individuais que caminham em direção ao avanço de seu projeto de reforma agrária popular a nível nacional, superando a necessidade de se manter refém do sistema financeiro convencional. Através de um crédito construído popularmente, por coletivos da sociedade civil interessados no avanço de uma agricultura popular, agroecológica e contra hegemônica, o movimento avança na perspectiva de busca por autonomia.

A COOPERMATAS também se vale do acesso a créditos operacionalizados por uma cooperativa de crédito voltada para a reforma agrária, a já citada CREHNOR, em uma articulação com a CONCENTRA e produtores dos coletivos do ADG para suprir demandas pontuais dos coletivos. Já foi citado um trecho do diário de campo em que GMS comenta acerca do investimento via CREHNOR em um sistema de irrigação para o coletivo dos produtores de feijão do assentamento.

Os parágrafos acima evidenciam como diferentes estratégias coletivas são fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, desde o nível individual das famílias (em processos intercooperativos em diferentes níveis, como evidenciados até então) até escalas maiores de conjuntos de cooperativas locais e regionais. Empiricamente isso pôde ser evidenciado por uma articulação entre o elemento da integração vertical, representado pela atuação crescente da CONCENTRA na mesorregião; cooperativas de crédito voltadas para a reforma agrária; e programas de financiamento coletivo, pautados pelo ideal de uma produção cooperativista e agroecológica. Isso foi possível através de uma estratégia chave de diálogo intersetorial do movimento com a sociedade civil que pôde fortalecer seus coletivos de produtores a nível nacional.

No início desta subseção, e ao longo da mesma, foram abordadas as formas e as estratégias de atuação da CONCENTRA. Foi elucidado como a cooperativa central auxilia os conjuntos de cooperativas e, por sua vez, os coletivos de produtores, a acessarem novos mercados, e garante a participação destes em uma ampla rede de comercialização a nível estadual. Além disso, fica clara a importante atuação da CONCENTRA articulando fontes de financiamento alternativas e outras iniciativas, na forma de editais e projetos, voltadas para a construção da reforma agrária popular.

Um último aspecto há de ser tratado nos próximos parágrafos, finalizando esta subseção. Este está relacionado à atuação da CONCENTRA em organizar toda a cadeia produtiva estadual de alimentos da reforma agrária, e coordenar as ações das

cooperativas camponesas do estado, pensando em uma macroestratégia do movimento:

CCZ relata que a CONCENTRA passa a também organizar melhor o trabalho e a priorização de esforços pensando as estratégias do movimento a nível estadual, como por exemplo o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias, como a do feijão em Minas Gerais, para além da produção autogestionada dos coletivos de produtores. Ele ressalta que isso é feito sem uma imposição vertical, aliando as aptidões, heranças culturais, anseios e vocações inatas dos coletivos de produtores em seus territórios, com suas formações organicamente construídas, com uma busca por desenvolver vocações e mercados regionais, a partir de uma macroestratégia do movimento para cada estado (Diário de Campo, 02/05/2025).

As lideranças citam, além do feijão, o desenvolvimento da cadeia produtiva do milho e, mais especificamente na Zona da Mata Mineira, a do leite, como aposta da Regional Antônio Ventura. A diversificação da produção total, portanto, vai de acordo com a autocoletivização dos produtores em seus contextos locais, a partir da vocação cultural e produtiva dos diferentes coletivos de produtores do assentamento, somada à uma macroestratégia estadual.

Surge ainda outro raciocínio motivador dessa macroestratégia do movimento, que vai para além de desenvolver cadeias produtivas de acordo com vocações históricas de cada estado. O ponto em questão dialoga diretamente com o programa agrário do movimento e com a construção da reforma agrária popular. Refere-se a uma produção voltada para os itens da cesta básica:

GMS ressalta que é preciso produzir itens da cesta básica. Ela reforça esse ponto em algumas falas marcantes: “Se a gente quer produzir pra todo mundo, a gente precisa produzir cesta básica. [...] Neste sentido, nós em Minas Gerais pensamos em produzir algo em grande volume, da cesta básica, e que mobilizasse o acesso a diversos mercados. O feijão entra nisso, a partir de uma pesquisa do movimento no contexto mineiro que firmou aqui a aposta no feijão agroecológico. [...] Aqui no assentamento o setor de produção incentiva as famílias camponesas dizendo o seguinte: Pode produzir o que quiser, mas o que produzir de feijão, está comprado”, ela reforça (Diário de Campo, 11/06/2025).

A atuação do movimento, representada pelo Setor de Produção da Regional Antônio Ventura, permite o fortalecimento do coletivo em vários âmbitos. Confere-se aos produtores um escoamento garantido da totalidade de sua produção, a partir de um item de venda certa; e fortalece uma macroestratégia estadual do movimento, tanto em aspectos objetivos, no fortalecimento das realidades materiais dos coletivos de produtores e do movimento como um todo, ganhando espaço nos mercados nacionais; quanto em aspectos subjetivos, na massificação da Agroecologia e da promoção de um paradigma de uma nova sociedade, pautada pelos pilares fundantes da reforma agrária popular.

O que se observa, de fato, no ADG e na estratégia da rede articulada pela CONCENTRA e, numa escala superior, pelo SCA, é um alinhamento notável com as ideias chayanovianas. A experiência em questão não representa nem uma *coletivização forçada*, aos moldes do que se tornaram os *kolkhozes* e *sovkhoses* stalinistas, e nem um trabalho 100% *individualizado* de cada cooperativa, manifestando formas clássicas de sobrevivência ao sistema capitalista a partir da cooperação, ou seja, como meras ferramentas de adaptação e luta por existência dos pequenos produtores às condições da sociedade capitalista, produzindo de acordo com o mercado mas de forma coletiva (Chayanov, 1974, p. 317; Wanderley, 1998).

Na verdade, o que se percebe na prática é uma forma de gestão das cooperativas, tanto dentro do âmbito do ADG mas também para a Zona da Mata Mineira e o estado de Minas Gerais como um todo, que, somada aos intensos processos internos de intercooperação em diferentes escalas, observados no presente estudo, se aproximam de um paradigma de construção de uma *nova estrutura social* no campo, baseada na concentração vertical da produção agrícola coletivizada e *autogestionada* pelos coletivos camponeses, constituindo uma das bases de um possível sistema econômico de uma renovada sociedade, como aponta a teoria chayanoviana (Chayanov, 1974, p. 317).

O MST atua com êxito em articular a natureza camponesa intercooperativa dos diferentes coletivos, na forma de uma produção agrícola autogestionada que segue vocações culturais e vontades próprias das famílias, com uma estratégia a nível estadual de desenvolvimento de cadeias produtivas centrais e estratégicas. O conjunto resultante desses esforços de “micro e macro coletivizações”, na forma da produção total concatenada, ainda é distribuído no estado e nas suas mesorregiões de forma estratégica, a exemplo das diferentes formas de escoamento da produção

elucidadas na presente pesquisa, e para além das suas bordas, como evidenciado nos números da CONCENTRA no ano de 2024.

A reforma agrária popular do movimento, materializada e discutida nos parágrafos acima, se mostra como uma forma viável de constituir a base de uma nova estrutura social, por demonstrar a possibilidade de estar alinhada e organizada dentro de um sistema geral de uma economia planificada nacional, como são preconizadas nas experiências socialistas. Não obstante, mantém e dita essa organização a partir da base, seguindo as lógicas camponesas e vocações produtivas e particularidades locais. Vincula-se assim: a natureza camponesa, que possui como elementos determinantes de sua dinâmica o caráter familiar e sua estrutura interna, além de seus processos de intercooperação; com uma estratégia de planificação de uma macroeconomia a níveis de estado e nação.

O fato das duas cooperativas do assentamento terem citado o elemento da integração vertical, através da presença destas na rede de comercialização do movimento, como pontos fortes das organizações, em suas respectivas Matrizes de Organização Comunitária (Verdejo, 2007), corrobora empiricamente a teoria chayanoviana e o sucesso desta estratégia do movimento. A profunda concentração vertical da produção através do desenvolvimento dos “corpos cooperativos”, como preconizada por Chayanov (1974, p. 316), e visualizada na experiência do ADG, é um aspecto demonstrativo da viabilidade do projeto de reforma agrária popular do MST para a Zona da Mata Mineira.

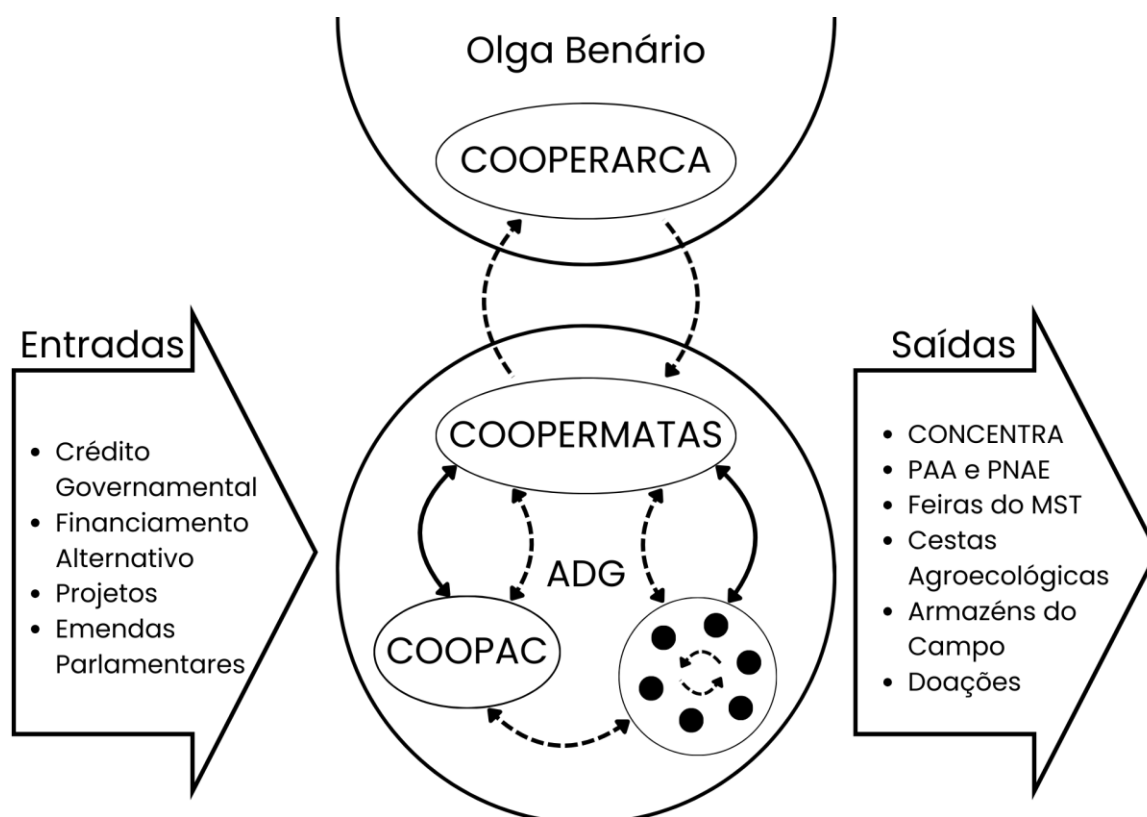
### *3.6 Metabolismo socioecológico do ADG: Fluxos internos e externos, escalas de intercooperação no território e o ADG no contexto do SCA*

Nesta subseção, foi possível visualizar representações do metabolismo socioecológico deste macroorganismo e a integração do Assentamento Dênis Gonçalves com a complexa rede sociotécnica do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em diferentes esquemas e organogramas, uma vez abordada a construção social envolvida no desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação da agricultura familiar camponesa neste grande agroecossistema.

Analogamente ao funcionamento de um ecossistema natural, foi buscado evidenciar fluxos de entrada no assentamento, na forma de aportes via articulações intersetoriais do movimento, como por exemplo fontes de financiamento, emendas

parlamentares e outras formas de apoio que representaram saltos qualitativos para o desenvolvimento das forças produtivas locais. Da mesma maneira, fluxos de saída foram evidenciados, de forma a ilustrar as diferentes formas de escoamento da produção conquistadas ao longo dos anos. Ainda, processos intercooperativos em diferentes escalas foram representados.

Assim, foi possível descrever o funcionamento deste macroorganismo através de fluxos energéticos, ou fluxos econômico-ecológicos, que ilustram o intercâmbio entre diferentes esferas em função do trabalho produtivo familiar, em diversas escalas (Figura 6). Foi possível compreender, portanto, este macroorganismo e seus subsistemas expressando-os como “a ancoragem material dos processos de intercâmbio de matéria e energia entre a esfera natural e a esfera social”, como Petersen *et al.* (2017) descrevem.



**Figura 6** - Metabolismo socioecológico do Assentamento Dênis Gonçalves, representado por fluxos de entrada e saída, trocas diretas (setas contínuas) e processos intercooperativos (setas tracejadas) manifestados entre unidades familiares, coletivos de produtores e cooperativas do assentamento, em diferentes escalas. Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A regulação destes fluxos, envolvendo diferentes escalas, depende de alguns fatores. Como ressaltam Petersen *et al.* (2017):

Os fluxos econômico-ecológicos estabelecidos entre os agroecossistemas e os suprassistemas configuram-se essencialmente por meio de mecanismos de integração social institucionalmente regulados. Nesse sentido, a identificação e a avaliação desses fluxos cobra a adoção de uma perspectiva institucionalista da atividade econômica (Petersen *et al.*, 2017).

Os autores evocam as contribuições de Karl Polanyi para auxiliar a analisar estes fluxos, e interpretar a relação entre diferentes escalas de agroecossistemas e seus suprassistemas (ambiente político-institucional), a partir de três mecanismos: a *reciprocidade*; a *redistribuição*; e a *troca mercantil*. Entendem-se três esferas sociais que situam os vínculos de trocas econômica-ecológicas pelo agroecossistema: a *comunidade*, como a esfera social na qual são realizadas as trocas por reciprocidade; o *Estado*, como a principal instituição reguladora dos fluxos de redistribuição; o *mercado*, como a instituição que regula as trocas mercantis (Petersen *et al.*, 2017).

A reciprocidade baseia-se em valores socioculturais compartilhados, sustentando fluxos de troca enraizados em redes de proximidade e regulados entre os atores sociais. No ADG estão presentes inúmeras formas de relação por reciprocidade, já descritos como exemplos concretos de intercooperação em diferentes escalas e de mobilização coletiva para garantir a criação e reprodução de bens comuns e dos modos de vida das famílias camponesas. Neste sentido, uma grande densidade e variedade de fluxos são representativos de estilos mais alinhados ao modo de gestão camponês.

Podemos ressaltar exemplos concretos já citados, e citar novos, como: a criação de bancos de sementes no ADG, mantendo estoques coletivos e garantindo a livre troca entre as famílias; as áreas de uso coletivo construídas, que são utilizadas segundo regras socialmente definidas; as práticas dos mutirões, pautados na ajuda mútua e nos variados mecanismos de cooperação, que mobilizam força de trabalho em momentos críticos de demanda de mão de obra localizada ou na realização de tarefas em benefício coletivo e voltadas para a construção do conhecimento agroecológico; as máquinas e equipamentos coletivos geridos pelas cooperativas; e

a participação mútua nas cadeias produtivas dos assentamentos da Zona da Mata Mineira articuladas entre as cooperativas da mesorregião.

Já a redistribuição requer um núcleo central, um centro político organizado, como o Estado moderno, que centraliza riqueza (principalmente via tributação) e a devolve à coletividade por intermédio de políticas públicas, sendo profundamente influenciada pelas relações de poder:

Os fluxos de redistribuição coordenados pelo Estado incidem de forma diferencial nos agroecossistemas em função de seus estilos de gestão. Políticas concebidas segundo o paradigma da modernização agrícola guardam maior coerência com as estratégias empresariais já que os recursos públicos por elas canalizados favorecem a externalização das atividades de reprodução socioecológica dos agroecossistemas. O crédito rural subsidiado para a compra de insumos produtivos e os serviços de Ater baseados na perspectiva difusionista são clássicos instrumentos de políticas indutoras de processos de externalização e de mercantilização do processo de trabalho agrícola (Petersen *et al.*, 2017).

Os autores ainda reforçam que, em contrapartida, os fluxos de redistribuição que são análogos ao que foi desenvolvido historicamente no ADG, como as políticas e programas voltados para a reforma agrária popular e a construção de mercados locais e de infraestruturas produtivas coletivas, contribuem para a ampliação da “base de recursos autocontrolada”, que essencialmente corresponde ao acúmulo histórico da construção coletiva socialmente conquistada através das relações de reciprocidade previamente descritas.

De fato, o que se observa na experiência do ADG são fontes de entrada (que exemplificam estes fluxos de redistribuição) que foram construídas a partir de amplas articulações intersetoriais do movimento como um núcleo central, muito em função de uma entrada muito tardia dos programas de crédito governamental no território, como será explorado na seção seguinte. Os exemplos de atuação intersetorial do movimento no âmbito do ADG, através de mecanismos e alianças contra hegemônicas, e a criação de uma rede sociotécnica complexa de comercialização pautada pela cultura camponesa, garantiram o fomento e a construção coletiva de processos que contribuíram para o desenvolvimento das forças produtivas e para a

consolidação da agricultura familiar camponesa e da reforma agrária popular no território.

Além disso, a materialização das cooperativas no território configurou a materialização de núcleos centrais que, sob a perspectiva dos fluxos de redistribuição, concatenam a produção coletiva e garantem os modos de vida das famílias camponesas, dando destino à toda produção organizada voltada para comercialização, inclusive através da criação de múltiplas possibilidades de mercados alternativos, além de construir coletivamente, em processos intercooperativos, o conhecimento agroecológico e disseminar as culturas do campesinato e do cooperativismo, através das ações já citadas, inclusive no âmbito da reciprocidade, como os mutirões.

Esses fatores foram determinantes para evitar uma dependência exacerbada de mecanismos, como o PRONAF, que são orientados pelo paradigma difusionista da modernização agrícola. Uma dependência de mecanismos desta natureza pode aprofundar a mercantilização dos agroecossistemas, sob o viés da lógica produtivista da agricultura empresarial (Wanderley, 2014; Cazella *et al.*, 2016).

Ao orientar os fluxos de redistribuição no sentido do aprofundamento das relações de mercantilização nos agroecossistemas, as políticas de modernização agrícola destroem ou tornam obsoletos os arranjos institucionais que regulam os mecanismos de reciprocidade. Dessa forma, os recursos naturais e sociais tradicionalmente acionados na qualidade de bens comuns são aos poucos imobilizados e/ou destruídos (Petersen *et al.*, 2017).

Como o terceiro mecanismo, a troca mercantil estrutura-se no mercado, onde a moeda atua como medida universal de equivalência e os preços regulam os fluxos de bens e serviços. Para além de uma relação direta com os mercados convencionais, a reciprocidade pode ser um elemento catalisador das trocas mercantis, sendo mediadas por este aspecto de natureza camponesa, como ressaltam Petersen *et al.* (2017), formando *mercados socialmente regulados*. É o que se manifesta no Assentamento Dênis Gonçalves, sendo um fato nítido ao se observar a natureza predominante dos fluxos de saída evidenciados na Figura 6.

O que se observa nestes fluxos é uma amálgama entre mercados institucionais, como políticas públicas que fortalecem a agricultura familiar camponesa, e o conjunto de circuitos curtos de comercialização composto pelas feiras

do movimento; o Armazém do Campo; e as cestas agroecológicas, ou seja, mercados socialmente regulados, geridos por fora da lógica dos mercados convencionais. Além disso, o elemento da integração vertical na rede do MST configura um importante aspecto para se construir relações mercantis alternativas.

Desta forma, evidencia-se na experiência do ADG um alto *grau de campesinidade*, como descrevem Petersen *et al.* (2017). Em suma, isso se dá por três aspectos: (1) O aumento sistemático da “base de recursos autocontrolada”, através da intensificação histórica de relações de reciprocidade e de processos de intercooperação em diversas escalas no território; (2) A estratégia de confronto à uma imposição de um modelo que vai contra a perspectiva da reforma agrária popular, através de mecanismos alternativos (internos e externos) e de alianças estratégicas com vários setores, blindando efetivamente o assentamento de fluxos de redistribuição condicionantes à lógica empresarial; e (3) Trocas mercantis alternativas aos mercados convencionais e pautadas por relações de reciprocidade.

Reforçando o terceiro ponto supracitado, que reflete acerca da natureza das relações mercantis em agroecossistemas mais próximos do modo de gestão camponês, como o macroorganismo do ADG, Petersen *et al.* (2017) pontuam que:

Embora os vínculos estruturais com os mercados permaneçam, eles tendem a se concentrar (em intensidade e diversidade) nos fluxos de saída do agroecossistema, já que o processo de trabalho está ancorado na mobilização de bens e serviços provenientes de uma base de recursos autocontrolada (representada pelos fluxos com a comunidade e pelos fluxos que expressam a circulação interna no agroecossistema) (Petersen *et al.*, 2017).

A constante articulação intersetorial do movimento, convergindo com seus estímulos às formas organicamente gestadas no território, pautadas pela herança camponesa a exemplo dos processos intercooperativos em diferentes escalas elucidados no presente trabalho, nos permite situar a abrangência do ADG e, mais especificamente, da Zona da Mata Mineira, em um contexto ainda mais amplo do cooperativismo. Este ponto será explorado através da elucidação da posição do assentamento e da mesorregião em relação ao SCA e à articulação construída pela União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS).

As lideranças comentam que o Setor de Produção é quem articula o cooperativismo no MST, através da UNICRAB, como o cerne do SCA e criada em um

processo interno de autocrítica do movimento e buscando fortalecer ações em conjunto das cooperativas do movimento em torno da intercooperação. Criou-se, assim, um sistema próprio, pautado hoje em dia pela reforma agrária popular, para evitar o sistema cooperativista nacional, representado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que opera sob a égide do agronegócio (Scopinho, 2007), e que inclusive já tentou por vezes minar o Sistema Cooperativista dos Assentados, na época da CONCRAB:

CCZ comenta como a antiga CONCRAB, criada em 1992 após a promulgação da lei da livre associação como desdobramento da constituição de 88, foi inviabilizada juridicamente, em um forte movimento do agronegócio para enfraquecer o sistema cooperativista dos assentados, na época em que estavam em curso as CPIs no governo Dilma. A UNICRAB vem então com um novo CNPJ e compoendo a UNICOPAS, juntamente com a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil) e a União Nacional de Catadoras e Catadores do Brasil (UNICATADORES) em uma aliança que fortalece ao mesmo tempo todo esse coletivo, mobilizando outros setores contra hegemônicos (Diário de Campo, 02/05/2025).

A atuação da UNICOPAS<sup>26</sup>, construída de forma coletiva e participativa, busca unir as perspectivas de cooperativismo no campo e na cidade a partir do viés da economia solidária. Para além do fortalecimento objetivo geral de coletivos cooperados nos diferentes prismas da sociedade, a UNICOPAS atua diretamente na mobilização dos mesmos visando conquistas políticas para a classe que produz as riquezas do país.

Os elementos da integração vertical e do cooperativismo aparecem neste contexto em âmbitos que perpassam em muito o universo da produção de alimentos,

---

<sup>26</sup> “Como fazemos este trabalho? Com mobilização da classe trabalhadora e incidência no campo político! Como instância nacional do cooperativismo solidário brasileiro, buscamos fortalecer políticas públicas e aperfeiçoar legislações e regulamentações brasileiras em prol do cooperativismo e da economia solidária. Para isso, realizamos articulações com atores públicos, privados e com a sociedade civil, nacionais e internacionais, para atuação conjunta em prol dos princípios do cooperativismo solidário. Além disso, trabalhamos para a consolidação de uma rede de cooperativas e empreendimentos solidários em todos os estados do Brasil. Nossas ações são voltadas para a formação da base cooperativista, para promover ações de intercooperação entre as quatro centrais filiadas, tanto na incidência política quanto na produção, comercialização e prestação de serviços. Ainda incentivamos o estudo e a pesquisa no campo do cooperativismo e da economia solidária. Todas as nossas estratégias e atividades são construídas e priorizadas de forma coletiva e participativa”. Fonte: <https://unicopas.org.br/institucional/nosso-trabalho/>

em uma união geral da classe trabalhadora em diversas frentes. A própria CREHNOR, que sai de uma atuação localizada somente no estado do Paraná, para ser uma cooperativa que viabiliza o crédito para produtores assentados da reforma agrária a nível nacional, superando um dos grandes gargalos<sup>27</sup> da agricultura familiar camponesa, é exemplo disso.

Em 2023 a CREHNOR realiza o processo de incorporação da Cooperativa Aerocred, ampliando assim o seu público para os trabalhadores aeroportuários e seu sindicato, e amplia sua área de atuação para todo o território nacional, como já pontuado. Essa junção, que se soma à rede, também muito diversa, coordenada pela UNICOPAS indica a estratégia de mobilização em massa para fortalecimento dos coletivos visando o enfrentamento das condições e forças hegemônicas, que, evidentemente, não compactuam com uma rede alternativa à lógica convencional que se fortalece e se blindava melhor a cada dia, materializando de uma forma muito concreta a luta de classes em uma dimensão bastante ampla.

A magnitude da proposta da UNICOPAS atinge, portanto, dimensões políticas. Representa uma perspectiva ampla de gestão territorial, pautada pela classe trabalhadora, a exemplo dos mais de 800 mil de trabalhadores que compõem coletivamente a UNICOPAS, e por ideais de solidariedade, a exemplo da cultura do cooperativismo aliada à perspectiva da economia solidária. Forma-se assim uma frente ampla de enfrentamento contra hegemônico com grandes potenciais para pautar uma macroestratégia nacional de gestão da economia a partir do viés solidário.

O cooperativismo solidário desta complexa rede ainda se relaciona fortemente com as ideias de Polanyi e Chayanov, que por sua vez estão intimamente ligadas à perspectiva da economia solidária (Besen *et al.*, 2019), que fundamenta a atuação da UNICOPAS. Ambas as noções apresentadas pelos teóricos em questão mostram que é impossível pensar o desenvolvimento da agricultura, em particular a familiar, a partir da lógica da economia de mercado (Schneider & Escher, 2011; Besen *et al.*, 2019).

Polanyi ressalta que sociedades anteriores à lógica da economia de mercado garantiam a subsistência coletiva por meio de vínculos solidários, de modo que nenhum indivíduo ficava desamparado isoladamente. Nesse sentido, defende a

---

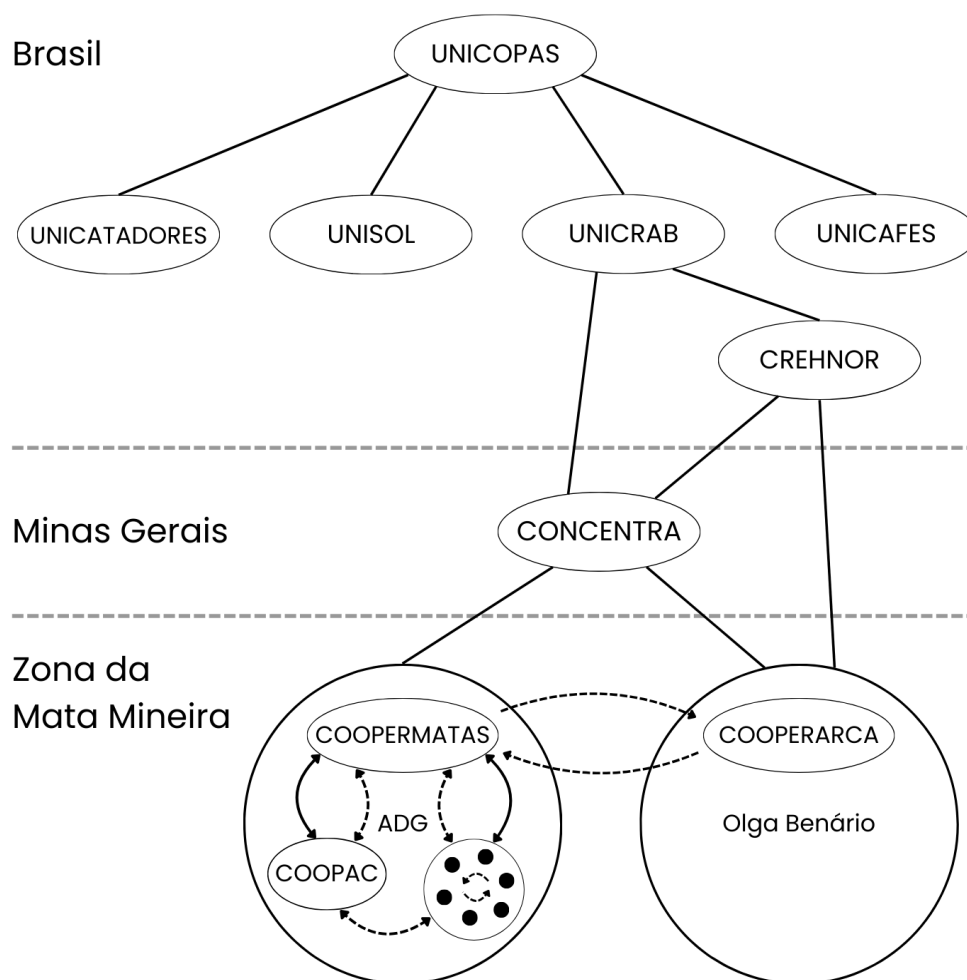
<sup>27</sup> “A Cooperativa nasce com o objetivo de possibilitar o acesso a crédito e serviços financeiros, principalmente para assentados da reforma agrária e agricultores familiares, tendo em vista que no período do surgimento da cooperativa existia uma enorme carência de produtos e serviços financeiros para este público”. Fonte: <https://www.crehnor.coop.br/pagina.php?p=16>

necessidade de reinserir a economia nas relações sociais, estimulando a diversificação produtiva e fortalecendo mecanismos de troca e redistribuição baseados na reciprocidade, atuando como “contramovimentos” de resistência. Assim, os atores sociais, como os agricultores, recuperam autonomia sobre seu trabalho e sobre o processo produtivo (Polanyi, 2013 *apud* Schneider & Escher, 2011).

Chayanov, como já salientado, defendia a lógica própria da unidade familiar camponesa como orientadora de processos coletivos de organização do setor agrícola através das cooperativas camponesas. Ademais, ao frisar o conceito de cooperativismo como um *movimento social*, e introduzindo o elemento da integração vertical, em sua teoria da cooperativa camponesa, Chayanov preconizava, aos moldes de uma economia planificada, a possibilidade de se organizar um sistema direcionado para a superação do modelo vigente em grande medida (Chayanov, 1974, p. 315; Deggerone, 2018).

Representam-se, portanto, na atualidade dos pensamentos destes autores, representados pela noção dos “Contramovimentos” de Polanyi e de uma perspectiva ampla de cooperativismo de Chayanov, pautada pela autonomia camponesa, possibilidades claras de alternativas ao modelo econômico vigente, a economia de mercado. Esta última obedece às cegas as vontades da entidade *mercado*, ameaçando outras instituições e arranjos socialmente construídos ao tornar tal entidade autônoma dos outros âmbitos sociais e passando a ser reguladora da sociedade, e não mais parte dela (Polanyi, 2013; Besen *et al.*, 2019).

A elucidação da integração do ADG e dos processos coletivos do MST de construção de uma perspectiva de superação da hegemonia capitalista a partir da reforma agrária popular, em uma rede complexa pautada pelos mesmos princípios do cooperativismo solidário e da mobilização da classe trabalhadora, permitiu a construção de um organograma que ilustra essa ampla integração (Figura 7).



**Figura 7** - Integração do ADG ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e à complexa rede de cooperativismo solidário da UNICOPAS. Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

### *3.7 Acesso a políticas públicas, avanços recentes na reforma agrária popular na Zona da Mata Mineira e impactos do ADG na dinamização da economia local, nos modos de vida da comunidade assentada e nas comunidades do entorno*

Como já ressaltado na seção anterior, os fluxos de entrada evidenciados na Figura 6 buscaram elucidar as diferentes formas que serviram como impulsos auxiliares para o desenvolvimento das forças produtivas locais, que se somaram aos esforços de autocoletivização no território a partir de sua organicidade própria desenvolvida historicamente. Além disso, tais impulsos representaram importantes saltos qualitativos para a complexificação da organização socioprodutiva local e foram determinantes para o estabelecimento dos fluxos econômico-ecológicos que hoje traduzem o metabolismo deste macroorganismo. Para o Assentamento Dênis

Gonçalves, o somatório destes esforços, tornado concreto através de amplas articulações travadas pelo movimento, significou a materialização de um projeto bem sucedido de reforma agrária popular no território.

Para além da criação de um assentamento da reforma agrária, é necessária uma implementação efetiva, com amplos investimentos públicos a fim de construir uma nova lógica de ocupação para os territórios em questão e mobilizar o desenvolvimento das forças produtivas nesta nova perspectiva. O governo tem papel central em garantir uma reforma agrária efetiva, subsidiando a chegada das famílias e a implementação da sua produção em fases iniciais. Não é factível que somente as famílias, com poucos recursos, efetivem a implementação, sobretudo em cenários onde muitas já viviam historicamente em condições precárias de vida e trabalho, sem direitos garantidos e em uma posição subalternizada na luta de classes (Albuquerque *et al.*, 2004; Costa, 2024).

O descaso governamental, representado pelo efetivo desmonte das políticas públicas voltadas para o campo (Grisa *et al.*, 2022), se refletiu na experiência do ADG também no que tange subsídios iniciais para a implementação dos territórios e o desenvolvimento das forças produtivas:

GMS cita que ainda existe um grande número de assentados que até hoje não conseguiram os auxílios iniciais de construção de moradia e implementação inicial da produção e, a exemplo desses assentados, que sobretudo chegaram a partir de 2016, “são mais de 8 anos sem direitos básicos”, como TSG pontua, em outro momento de entrevista (Diário de Campo, 11/06/2025).

No assentamento em questão o movimento teve papel central nesses percursos iniciais e é um fato recorrente até os dias de hoje, como foi verificado ao longo da presente pesquisa. Para além da articulação com as prefeituras do entorno, a mobilização de emendas parlamentares permanece sendo uma estratégia vigente no território. O ADG, via articulação política do movimento, conseguiu emendas parlamentares para construir duas cozinhas coletivas, uma na Sede e outra na Serra, gerenciadas hoje pelos dois coletivos de mulheres do assentamento.

Além disso, as lideranças comentam que existem emendas previstas de deputados parceiros de longa data do movimento, tramitando nas diferentes esferas políticas, para calçamento de algumas vias do assentamento; recursos foram

adquiridos para maquinário agrícola, a exemplo de alguns microtratores já operantes no território; e já foi construído um platô, para a construção de um posto de saúde dentro do assentamento em parceria com as prefeituras do entorno, para que inclusive assentados do ADG, que se tornaram médicos estudando no programa de parceria do movimento com o governo cubano, possam atuar no território.

Somente em Dezembro de 2023, e durante o ano de 2024, o assentamento conseguiu acessar o PRONAF, após mais de 10 anos de espera (pedidos realizados em 2013). O fato do momento em questão marcar os primeiros acessos do assentamento ao PRONAF, além do reinício do recebimento do auxílio inicial, por parte das famílias que chegaram depois, evidenciam a retomada de políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar, especialmente após a reconstrução do MDA, que havia sido extinto no governo Bolsonaro.

TSG cita que este momento foi importante para o assentamento, possibilitando a mobilização de muitos processos produtivos no território. Os recursos do PRONAF, no caso da COOPAC, foram utilizados na compra de gado leiteiro; itens infraestruturais como os destinados aos cercamentos das áreas da cooperativa; equipamentos como prateleiras de armazenagem e bancadas de aço inox para a agroindústria; e um freezer para a queijaria. Para a COOPAC esses recursos representaram um grande impulso para a cooperativa, seu crescimento e aprimoramento de seus processos produtivos, como TSG pontua (Diário de Campo 24/05/2025).

Mesmo com a relatada importância dos recursos governamentais tardios, a forma que foram desenvolvidas as forças produtivas no território evidencia mais uma vez a manifestação da resiliência camponesa criada no Dênis Gonçalves. Esta foi propiciada também pelo apoio constante do movimento, que supriu a ausência de apoio governamental ao longo de praticamente toda a existência do assentamento.

Ademais, é importante frisar mais uma vez que a materialização bem sucedida deste projeto teve importante participação de diversos esforços coletivos, para além dos âmbitos já citados, como por exemplo o apoio de universidades nos mais diversos projetos. Estes esforços foram pontos ressaltados por todos os entrevistados que mostram muito claramente este aspecto, bem exemplificado ao longo de todo esse percurso.

É pertinente, neste momento, explorar outros âmbitos que contribuíram e contribuem até os dias atuais para a consolidação e disseminação da reforma agrária popular e da Agroecologia no território e na mesorregião, para além do contexto geral do cooperativismo e da atual organização socioprodutiva do ADG, que foram citados como marcos no Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves. A começar pelo projeto do Plantio Solidário, que vinha tendo nuances citadas ao longo da presente narrativa.

Os coletivos do assentamento, em especial os setores de educação e formação, juntamente com o apoio de organizações urbanas como levantes populares, coletivos políticos, partidários ou não, e a faculdade de serviço social da UFJF, desenvolve outra frente de ação, apoiada pelo movimento, que também se configura como uma estratégia de aproximação da sociedade: o Plantio Solidário<sup>28</sup>. O projeto foi gestado no contexto alarmante de fome crescente desde a pandemia, como uma medida emergencial de apoio à populações em situação de vulnerabilidade social.

O projeto atua promovendo ações que fortalecem as formações em agroecologia em comunidades e proporcionando mutirões de plantios e distribuição de alimentos saudáveis em Juiz de Fora e região. Por ser organizado por movimentos populares, o plantio não conta com recursos governamentais e, portanto, depende de ajudas voluntárias e doações para sua existência.

Este se torna, com o tempo, mecanismo chave para aproximação da sociedade para o Dênis Gonçalves e a Regional Antônio Ventura, como comentam as lideranças, para além das estratégias já citadas. As estratégias em questão, de certa forma, são muito focadas na aproximação da classe média urbana, mediante as feiras do movimento; as cestas agroecológicas; e os Armazéns do Campo.

CCZ comenta como o projeto vem para se unir com as bases, configurando uma aproximação popular, promovendo ações e eventos (como as festas de encerramento do ano de plantio) juntamente com as lideranças dos bairros

---

<sup>28</sup> “O movimento dos trabalhadores Sem Terra sempre teve a solidariedade como um princípio, durante a pandemia organizou muitas doações para os/as trabalhadoras da cidade que precisam e agora fortalecendo ainda mais a nossa política de solidariedade, começou a realizar o projeto Plantio Solidário, junto com diversas organizações das cidades de Juiz de Fora e Chácara. Esse projeto nasce para ajudar a reduzir o impacto da fome na região que só cresce desde a pandemia da COVID-19”. Fonte: <https://mst.org.br/2022/05/10/mst-inicia-plantio-solidario-na-zona-da-mata-mineira-e-quer-doar-cinco-toneladas-de-alimentos/>

beneficiados pelo projeto. O Plantio Solidário, inclusive, realizou com essas comunidades um trabalho de base central que culminou com a identificação de potenciais famílias, que possuíam o anseio de retorno ao campo, e sua posterior convocação para compôr a mais recente área do movimento na zona da mata mineira, em Torreões, distrito de juiz de fora: o Acampamento Roza Cabinda, que se configurará futuramente como um assentamento periurbano (Diário de Campo, 02/05/2025).

O Plantio Solidário tem, portanto, papel central na disseminação da Agroecologia e do projeto de reforma agrária popular do movimento na Zona da Mata Mineira, e, inclusive, possui organizadores fazendo parte da Frente de Massificação da Agroecologia, criada no assentamento em 2024, e relatada no Rio do Tempo do Assentamento Dênis Gonçalves pelas lideranças.

Outro ponto muito importante, que entra como um marco da consolidação do projeto de reforma agrária popular do movimento no território, é o projeto referente ao Turismo da Reforma Agrária<sup>29</sup>, um termo cunhado em uma pesquisa desenvolvida por militantes do ADG, que foi o embrião da iniciativa. O projeto em questão foca nos patrimônios natural e arqueológico do assentamento, já citados na presente pesquisa. Este traz elementos do turismo de base comunitária, do ecoturismo, mas, acima de tudo, traz em si toda a filosofia de busca por uma reforma agrária popular do movimento em sua perspectiva ampla, que vai muito além da produção:

CCZ destaca a importância da iniciativa: “em um recorte muito simbólico que traz a centralidade da socialização da propriedade privada, onde não era possível nas épocas do latifúndio, mas que agora essa nova perspectiva pode oferecer um serviço de extrema importância histórica, de um território conquistado pela luta dos trabalhadores do campo, à toda a classe trabalhadora, à toda a sociedade”, nas suas palavras (Diário de Campo, 02/05/2025).

---

<sup>29</sup> “Identificamos o potencial e desde então pensamos em como explorar a questão do turismo de base comunitária”, conta Priscila. “Avaliamos essa primeira experiência e conseguimos identificar que é uma forma de gerar renda pelo turismo e também pela venda de nossa produção. Foi, ainda, uma forma de mostrar como é a reforma agrária de fato, o que é um assentamento, a vida das pessoas e a produção. Agora queremos dar os próximos passos, incluindo hospedagem, mas não queremos fazer um hotel fazenda, e sim uma experiência da reforma agrária que inclua o patrimônio histórico e arqueológico”.  
Fonte: <https://mst.org.br/2022/08/06/mst-luta-pelo-tombamento-do-patrimonio-no-assentamento-denis-goncalves-em-minas-gerais/>

O projeto conta hoje com o apoio de diversas instituições de pesquisa e prefeituras locais, viabilizando os circuitos arqueológicos e toda a infraestrutura necessária. A ideia é também criar um circuito em torno das edificações da antiga fazenda, materializando no local um museu da questão agrária. A evolução deste projeto, que contribui inclusive com o escoamento da produção durante as visitas, demonstra mais um sinal da grande capacidade de articulação do movimento com diferentes esferas públicas para ampliar e viabilizar um grande projeto de reforma agrária popular no território, com diversas frentes de ação.

Esta iniciativa, outro exemplo fortemente encabeçado pelo coletivo de famílias do Núcleo da Serra, representa ainda um grande exemplo de trabalho alternativo no campo que contribui para a manutenção dos modos de vida no campo e de um projeto de reforma agrária popular. Reflete, portanto, uma outra vertente, presente no território, de uma perspectiva de pluriatividade garantidora da reprodução social no campo.

Para finalizar esta seção e afirmar de vez a existência da possibilidade concreta de sucesso de um projeto de reforma agrária popular para o território e para o contexto da Zona da Mata Mineira, nada mais apropriado que explorar os impactos do ADG e de seus coletivos na dinamização da economia local, nos modos de vida da comunidade assentada e nas comunidades do entorno. Os frutos da consolidação deste território de reforma agrária se devem, justamente, aos seus esforços de organização. Como EDC trouxe nas entrevistas: “Quanto mais se avança na organização, mais se avança em tudo”, nas suas palavras.

Um trecho do Diário de Campo é apropriado para situar os dois momentos do território, fazenda e assentamento, evidenciando cenários bem contrastantes:

ACP cita que a fazenda dava prejuízos mensais de 20 mil reais, além de uma dívida com a União em torno de 200 mil reais. Ao fim das negociações com o INCRA, a família proprietária, que não possuía parentes interessados em tornar a propriedade produtiva mais uma vez, já não se opunha à destinar a terra para a reforma agrária e, com a desapropriação, acabou-se beneficiando ambas as partes e, sobretudo, a região no entorno do assentamento, como ele pontua. Ele comenta também que o ADG já forma a maior comunidade de agricultores familiares do município de Goianá e região e cita que “pensando no salário mínimo, são pelo menos 200 mil reais injetados na economia local

todo mês através do trabalho das famílias de agricultores do Dênis”, nas suas palavras (Diário de Campo, 08/04/2025).

Ademais, é pertinente observar as diferenças, após a criação do assentamento, nos municípios do entorno, relatadas pelas lideranças. O município de Chácara, por exemplo, tem uma atuação limitada na produção de alimentos, com em torno somente de 25 famílias produtoras e, após a criação do assentamento, é criada uma feira na cidade que amplia em grande medida a oferta de alimentos agroecológicos provenientes da agricultura familiar.

Todas as escolas dos municípios do entorno (Chácara, Goianá, Coronel Pacheco e São João Nepomuceno), passam a ser abastecidas pelo PNAE, com todas as cotas por escola preenchidas através da participação dos produtores do assentamento, demonstrando um impacto mensurável na alimentação escolar para milhares de estudantes somados. Ademais, a produção do coletivo dos produtores de leite do assentamento equivale a valores próximos de 3000 L de leite por dia, e isso corresponde a praticamente a totalidade do leite comprado pelo município de Coronel Pacheco, firmando o assentamento como uma relevante bacia leiteira regional.

Pensando na atuação das cooperativas, os impactos perpassam os limites do assentamento. A começar pelo fato da COOPERMATAS abrigar produtores para além dos limites do assentamento. Existem cerca de 5 famílias de produtores que vem de fora do ADG que são cooperados na cooperativa, indicando também uma influência do movimento que vai para além de suas bordas, contribuindo na dinamização da economia local e da agricultura familiar do entorno.

Não obstante, já foram citadas ações de solidariedade das cooperativas localmente, mas um fato que demonstra uma ampla ação solidária do movimento foi relatado pelas lideranças: A COOPERMATAS e a COOPAC organizaram durante 1 ano e meio uma cesta emergencial para o estado do Rio Grande do Sul, na tragédia das enchentes, apoiando uma iniciativa do movimento a nível nacional. Esse fato demonstra a eficácia da agroecologia na produção de alimentos, além de firmar mais uma vez a solidariedade como pilar fundante do movimento.

No primeiro ano fiscal da COOPERMATAS foi registrado em torno de 1 milhão de reais de capital de giro mobilizado pela cooperativa, que impacta diretamente não só o entorno, mas também configura um impacto regional na Zona da Mata Mineira e na disseminação, através da concentra, para demais locais do estado de MG.

Pensando em números objetivos, é interessante situar também os balanços relativos ao acesso dos produtores ao PRONAF e outros programas, demonstrando também a importância dos subsídios e do acesso ao crédito rural para a agricultura familiar.

As lideranças comentam que já são mais de 1 milhão de reais acessados no PRONAF e outros programas, valores já registrados pelos balanços organizativos do assentamento, que são injetados localmente e que impulsionam a economia local:

CCZ destaca que, a exemplo do PRONAF, são mobilizados em torno de 40 mil reais por família que conseguiu acessar os recursos do programa, com total previsto para em torno de 6 milhões de reais a serem acessados ao longo do tempo, pensando nas mais de 150 famílias do território. Ele comenta que esses recursos são injetados na economia local, na forma de materiais e insumos para construção das habitações e infraestruturas produtivas dos coletivos do ADG, e na viabilização e escoamento de sua produção, impactando diretamente os diferentes cenários do entorno na forma de diferentes meios de dinamização da economia local (Diário de Campo, 02/05/2025).

A partir destes dados, observa-se que o antigo latifúndio improdutivo, endividado com a União, passa a ser um local onde não somente floresce a produção de alimentos saudáveis, mas que também floresce a socialização dos meios de produção, como evidenciado na presente pesquisa. Toda a organização interna e os esforços de coletivização das famílias assentadas se manifestam transformando e ressignificando este território em um perfeito exemplo concreto de recampesinização do meio rural e da manifestação do projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização do presente estudo abre a oportunidade para se explorar futuramente a microdimensão dos aspectos relacionados às relações de produção, reciprocidade e disseminação da Agroecologia no território. Devido ao extenso percurso histórico trilhado até o momento, que determinou o enfoque do presente trabalho para uma perspectiva macro da organização socioprodutiva deste território, focada no ambiente político-institucional e as decorrentes relações coletivas de

construção pautadas pelo viés do movimento social, o estudo ainda evidencia a oportunidade de se analisarem tais relações em um nível micro, em uma escala ainda mais profunda, a da unidade familiar em si.

Este enfoque permitirá abordar como se dá a evolução destes processos e as transformações a nível individual nos âmbitos ecológico e socioambiental, em um território que passa a ser constituído por um amplo e coletivo projeto de reforma agrária popular. Ainda, um estudo aprofundado neste sentido poderia ser empregado para entender como se dá a referida disputa por consciência da comunidade assentada através do trabalho das cooperativas e como se configura mais profundamente a relação entre os coletivos de produtores e as cooperativas, a fim de entender as mudanças temporais nos modos de vida das famílias e em seus agroecossistemas particulares a partir do momento que decidiram se cooperar e/ou coletivizar sua produção.

Além disso, podem ser compreendidos e analisados, juntamente com as famílias assentadas não cooperadas, quais são os obstáculos e nuances que impedem a entrada no cooperativismo por parte dessas famílias, ou seja, o que faz com que as mesmas sejam resistentes a estes processos coletivos. O estudo poderá ser focado na evolução espaço-temporal da busca por autonomia das famílias assentadas, empregando um percurso histórico que perpassa momentos distintos, como as fases das famílias antes e depois de se tornarem assentadas e antes e depois de se cooperarem, no caso de famílias cooperadas.

Assim, poderá ser compreendido, em uma proporção significativa e representativa das mais de 150 famílias assentadas no território, como se manifestam os âmbitos internos ao movimento, como a presença das famílias nos processos organizativos e deliberativos do assentamento; a permeabilidade do discurso da reforma agrária popular entre famílias cooperadas e não cooperadas; e da cultura do cooperativismo em si. Além disso, poderão ser evidenciadas mais nuances da herança camponesa manifestada a nível da unidade familiar, ampliando o escopo da presente pesquisa.

Além disso, outro âmbito não explorado no presente trabalho, e que pode conferir importantes aportes para análises macro e micro escalares de assentamentos, se dá no âmbito econômico, em especial, com relação a aspectos e fatores quantitativos dos agroecossistemas. Tanto a contribuição teórica expressiva de Alexander V. Chayanov (Chayanov, 1974; 1976), quanto a abordagem metabólica

de sistemas socioecológicos, mais especificamente a metodologia do funcionamento econômico-ecológico de agroecossistemas (Petersen *et al.*, 2017), vão muito além dos aspectos qualitativos. Análises micro e macroeconômicas podem conferir um rigor estatístico e metodológico expressivo ao inferir acerca da viabilidade econômica destes agroecossistemas.

## 5 CONCLUSÕES

Dado os resultados levantados, o presente estudo evidenciou âmbitos que demonstram empiricamente a viabilidade concreta de um projeto de reforma agrária verdadeiramente popular. O que se pode ver, na experiência do Assentamento Dênis Gonçalves, nos últimos 15 anos, é que, não somente a Zona da Mata Mineira é um lugar de fato com grande potencial para a reforma agrária popular, como também a região se torna um grande expoente para o movimento no estado de Minas Gerais.

A autocoletivização das famílias foi o ponto de partida desta construção, e foi beneficiada de amplos esforços político organizativos do movimento e de uma forte cultura camponesa trazida pelas famílias que vieram a compor o território. A ocupação gradual do assentamento foi marcada por estes esforços que se pautaram em relações de reciprocidade, carregados de uma profunda herança camponesa que foram os embriões para o surgimento das formas superiores de organização socioprodutiva no território.

Os processos de construção coletiva das forças produtivas foram evidenciados no presente trabalho como intensos processos de intercooperação que ao longo do tempo foram se manifestando em diferentes escalas e alimentando uma cultura do cooperativismo intensa no assentamento. A disseminação do “DNA da Serra”, foi imperativa para os processos de autocoletivização e construção da organicidade no território, mas também pauta a atuação das cooperativas no ADG.

As cooperativas agem efetivamente como agentes dinamizadores dentro e fora do assentamento, na promoção da agroecologia, da cultura do cooperativismo, da intercooperação dentro do território, mas também fora dele, contribuindo na massificação do projeto amplo de reforma agrária popular do movimento, que acabou guiando concomitantemente os processos organizativos locais.

A teoria chayanoviana e a análise dos sistemas e suas interações em diferentes escalas, a partir da lente teórica do metabolismo socioecológico, conferiram

importantes aportes para a análise. Evidenciou-se uma notável correlação entre a forma de gestão das cooperativas do MST no contexto do SCA, com a teoria chayanoviana da organização da cooperativa camponesa através do elemento da integração vertical, em uma forma superior de organização do setor agrícola.

Ademais, pôde-se demonstrar um alto grau de campesinidade no assentamento, corroborando as premissas orientadoras dos processos locais relatadas pelas lideranças. É importante destacar os processos de intercooperação em diferentes escalas presentes no território, que conferiram também resiliência às famílias e uma otimização dos processos produtivos, características inatas do campesinato. Além de que isso demonstra como uma forte cultura camponesa enraizada no território pode ser mobilizadora dos processos de construção coletiva de uma nova perspectiva de vida no campo, pautada pela Agroecologia, pela reforma agrária popular e pela cultura do cooperativismo.

Não obstante, é imprescindível destacar o apoio do movimento em todos os âmbitos durante esta construção. A ampla articulação intersetorial do MST pôde não somente garantir as condições necessárias para um estabelecimento inicial das famílias assentadas, em um contexto de desmonte de políticas públicas voltadas para o campo, mas também guiar a evolução dos processos. Além disso, as importantes alianças que o movimento fez, ao longo dos anos, garantiram o suporte constante em diferentes esferas, a exemplo das diversas formas de apoio das universidades no território, se mantendo presentes até os dias atuais.

A junção de todos estes elementos demonstra a viabilidade do projeto de reforma agrária popular do MST para o Assentamento Dênis Gonçalves, mas também para a Zona da Mata Mineira como um todo, a exemplo das diversas formas de impacto positivo que o ADG teve, e continua a ter no entorno, que perpassa em muito os limites do assentamento. Esta perspectiva estende-se para o estado e para a nação, demonstrando o alinhamento da estratégia nacional do SCA e do programa agrário do MST com uma perspectiva ampla de desenvolvimento rural para o país, pautada pela reforma agrária popular, pela Agroecologia e pela solidariedade.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 9, p. 81-88, 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, n. 16, p. 22-32, 2012b.

ALVES, José Caio Quadrado; FERREIRA, L. C. Climate emergency and transformation of rural areas: eruption of ecological critiques and justifications in social conflicts in the São Paulo countryside. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 63, p. 23-47, 2024.

BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45-62, 2014.

BECKER, Cláudio *et al.* Processo de regularização da produção orgânica pelos agricultores familiares: um estudo de caso sobre o OCS–Santana do Livramento, RS. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, n. 10, p. 75, 2020.

BESEN, Fabíola Graciele *et al.* Contribuições de Karl Polanyi e Alexander Chayanov para a economia solidária. **Revista Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 256-269, 2019.

BIAZOTI, A., ALMEIDA, N. & TAVARES, P.. **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico** / Biazoti, A, Almeida, N. e Tavares, P (orgs.) – 1. Ed. – Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. Considerações sobre a concentração fundiária no Brasil. **Revista Georaguaia**, 2018.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 645-660, 2013.

BOSA, Jairo Antonio; ROVER, Oscar José. Desafios e aprendizados para a transição agroecológica do café orgânico: o caso da agricultura familiar do Leste de Minas Gerais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 58, 2021.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.

CARDOSO, Irene M.; FERRARI, Eugênio A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3, n. 4, p. 28-32, 2006.

CARLI, Caetano De'. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 100, p. 105-130, 2013.

CARVALHO, E. **Olorun Eke/ Povo de Santo Forte: O Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo do Assentamento Dênis Gonçalves-Goianá/MG**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49–79-49–79, 2016.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Russovich. 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). Tradução de Manuel Villaverde Cabral. **Análise Social**, p. 477-502, 1976.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 105-118, 2001.

CONTRIGIANI, Ariele Carolina *et al.* Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento Milton Santos. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 4, p. 5745-5760, 2023.

CORADIN, Cristiane; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, p. e83307, 2023.

CORRÊA, Â. A.; COLOMBO, A. V. "CAVERNAS DA BABILÔNIA" Narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 11, n. 21, p. 193-207, 2014.

CUENIN, P. H. C. M. **Os processos de produção de novidades agroecológicas: um olhar a partir dos/as agricultores/as familiares e das suas experimentações**

**na Zona da Mata de Minas Gerais**. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

DA COSTA, Odemir Coelho. Assentamentos rurais no Brasil: Políticas agrárias e suas implicações. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 3, p. e10413345339-e10413345339, 2024.

DA CRUZ, Aline; GHIDORSI, Josiane Dillor Brugnera. A influência das sesmarias na estrutura fundiária do Brasil República. **Revista Internacional Consinter de Direito**, p. 141-141, 2023.

DE ANDRADE BASTOS, Suzana Quinet; GOMES, Jéssica Eluar. Dinâmica da agricultura no estado de Minas Gerais: análise estrutural-diferencial para o período 1994-2008. **RURIS** (Campinas, Online), v. 5, n. 2, 2010.

DE FARIA, Guélmer Júnior Almeida; DE CARVALHO FIÚZA, Ana Louise; RODRIGUES, Natália Barbosa. Características sociodemográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da Zona da Mata Mineira. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, abr./jun., p. 178-199, 2022.

DE GASPARI, Luciane Cristina; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. A Dinâmica da pluriatividade na região metropolitana de Curitiba, no Paraná: caso do Assentamento Contestado. **Multifuncionalidade da agricultura familiar: a sustentabilidade de sistemas agroalimentares**, 2024.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. A Teoria das Cooperativas Camponesas de Alexander Chayanov. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 701-705, 2018.

DIEPART, Jean-Christophe. Cambodian peasant's contribution to rural development: a perspective from Kampong Thom Province. **Biotechnologie, Agronomie, Société et Environnement**, v. 14, n. 2, 2010.

ELTETO, Y. M.; PEREIRA, L. S.; CARDOSO, I. M.; SILVA, B. M. Os intercâmbios agroecológicos e as trocas de sementes: estratégias de conservação das sementes crioulas na zona da mata mineira. **Milhos das Terras Baixas da América do Sul e Conservação da Agrobiodiversidade no Brasil e no Uruguai**. 1 ed.: Atena Editora, 2020, v. 1, p. 156-168.

ERB, Karl-Heinz. How a socio-ecological metabolism approach can help to advance our understanding of changes in land-use intensity. **Ecological economics**, v. 76, p. 8-14, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Re-peasantization, resistance and subordination: the struggle for land and agrarian reform in Brazil. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 3, p. 269-289, 2013.

FISCHER- KOWALSKI, Marina; HABERL, Helmut. Metabolism and colonization. Modes of production and the physical exchange between societies and nature. Innovation: **The European Journal of Social Science Research**, v. 6, n. 4, p. 415-442, 1993.

FOGUESATTO, Cristian Rogério *et al.* Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land Use Policy**, v. 97, p. 104643, 2020.

GENOVEZ, PATRÍCIA FALCO. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. **CEP**, v. 36036, p. 330, 2002.

GONÇALVES, Sérgio. Campesinato, resistência e emancipação: O modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-13, 2011.

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez; PEREIRA, Viviane Camejo; DAL SOLGIO, Fábio Kessler. A perspectiva orientada ao ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales Nueva Época**, n. 25, p. 101-121, 2015.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; SILVA, M. A. P. da; LEITE, S. P.; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y. R. de S. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

GUZMÁN, Gloria I. *et al.* Participatory action research in agroecology: building local organic food networks in Spain. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 127-146, 2013.

HABERL, Helmut *et al.* From LTER to LTSER: conceptualizing the socioeconomic dimension of long-term socioecological research. **Ecology and society**, v. 11, n. 2, 2006.

HACKBARDT, Geanini; FARIAS, Ludmila Bandeira Pedro de; CAPUCHINHO, Michele Neves. Caracterização da Zona da Mata Mineira e a constituição dos territórios do MST. In: BRUZIGUESSI, B. *et al.* (Org.). **Questão agrária e políticas**

**públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

HANSEN, Anne Merrild *et al.* Social impacts of bauxite mining and refining: A review. **The Extractive Industries and Society**, v. 14, p. 101264, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório de Gestão Exercício 2016. Superintendência Regional de Minas Gerais – SR 06. Belo Horizonte, p.108, 2016.

HERRERA, Karolyna Marin *et al.* Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, p. e281922, 2024.

KORNOVENKO, Serhiy; PASICHNA, Yulia. Agrarian Reform of P. Wrangel in the South of Ukraine (1920). **EAST EUROPEAN HISTORICAL BULLETIN**, n. 17, p. 136-155, 2020.

KRAUSMANN, Fridolin *et al.* Land-use change and socio-economic metabolism in Austria—Part I: driving forces of land-use change: 1950–1995. **Land use policy**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2003.

LE NOË, Julia. Socio-ecological metabolism for thinking about the sustainability of society-environment interactions. **Sustainability science: understand, co-construction, transform** (volume 2), p. 70-73, 2023.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** Ciesas, 2007.

LONG, N. E.; VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: **Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais.** UFRGS, 2011. p. 21-48.

MARTINS, A. E. **Etnofarmacologia no Assentamento Dênis Gonçalves em Goianá, Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada à Conservação e Manejo de Recursos Naturais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MATEUS, Catarina Lopes *et al.* La recampesinación como una lucha por la autonomía: Dos casos en Portugal. **Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales**, v. 24, n. 2, 2024.

MEDEIROS, Priscila *et al.* Greenwashing e desinformação: A publicidade tóxica do agronegócio brasileiro nas redes. **Comunicação e sociedade**, n. 45, p. 1-26, 2024.

MEDINA, Gabriel *et al.* Development conditions for family farming: lessons from Brazil. **World Development**, v. 74, p. 386-396, 2015.

MEIER, Martin *et al.* Parcelamento participativo de assentamentos da reforma agrária: as famílias agricultoras como protagonistas do planejamento territorial. In: DE CARMO, Davi Lopes *et al.* (Org.). **Diálogos transdisciplinares em Agroecologia: Projeto Café com Agroecologia**. Viçosa: FACEV, 2021.

MENDONÇA, M. A. F. C. *et al.* Redes de cooperación para sistemas agroalimentarios locales y sostenibles. **LEISA revista de agroecologia**, v. 30, n. 2, p. 5-7, 2014.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja católica e os movimentos sociais do campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno Crh**, v. 20, p. 331-341, 2007.

MEZZADRI, Alessandra *et al.* The social reproduction of agrarian change: Feminist political economy and rural transformations in the global south. An introduction. **Journal of Agrarian Change**, v. 24, n. 3, p. e12595, 2024.

MOREIRA, Rodrigo Machado; DO CARMO, Maristela Simões. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

MST. Gênese e Desenvolvimento do MST. In: **Caderno de Formação nº 30**. São Paulo: MST, 1998.

MST. Programa agrário do MST. In: **VI Congresso Nacional do MST**. Secretaria nacional do MST, 2014.

NANNINI, Warllen Torres. A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, n. 1, p. 72-127, 2022.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre MA. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 12, p. 21-34, 2006.

NOVATO, T. S.; SOLDATI, G. T.; LOPES, J. The agroecology power: how the environmental representation and management of leafcutting ants by peasants from Assentamento Dênis Gonçalves can be transformed. **Ethnobiology and Conservation**, v. 9, p. 1-23, 2020.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. **Agrária** (São Paulo. Online), n. 9, p. 85-95, 2008.

- PEREIRA, L. S. **Sementes da vida e reforma agrária popular: estratégias de (re)existência e autonomia camponesa**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.
- PETERSEN, Paulo *et al.* **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 111, 2017.
- PIMENTEL, David *et al.* Food production and the energy crisis. **Science**, v. 182, n. 4111, p. 443-449, 1973.
- PIZETTA, Adelar Joao. A formação política no MST: um processo em construção. **Osal**, v. 22, p. 247-250, 2007.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Elsevier Brasil, 2013.
- RAO, Smriti *et al.* Work and social reproduction in rural India: Lessons from time- use data. **Journal of Agrarian Change**, v. 24, n. 3, p. e12569, 2024.
- RODRIGUES, Gabriel Magalhães. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 29-48, 2019.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- SARAIVA, Luiz Fernando; GUIMARÃES, Elione Silva. Fortaleza de Santana, fortuna e infortúnios: A longa duração em uma mega propriedade agrícola no império e república do Brasil (c. 1806- 2003). **Anais [recurso eletrônico] do XV Congresso Brasileiro de História Econômica e 16ª Conferência Internacional de História de Empresas**. São Paulo: ABPHE; Osasco: EPPEN/UNIFESP, 2023.
- SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, v. 13, p. 180-219, 2011.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.
- SILVA, Keilla Ingrid; NETO, João da Cruz Gonçalves. A formação da propriedade fundiária no Brasil: a Lei de Terras de 1850. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 17, n. 2, p. 173-195, 2019.
- SILVA, Lourdes Helena; MIRANDA, Élide Lopes. Agroecologia e Educação do Campo na Zona da Mata Mineira. **Educação em Perspectiva**, v. 6, n. 2, 2015.

SOARES, Juliana Abadia Prado; PEIXINHO, Dimas Moraes. Pluriatividade em assentamentos rurais: forma de exclusão, inclusão ou permanência no campo?.

**Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 2, p. 187-207, 2019.

SOOMA, João Vitor Luna. O Agro não é Pop: o papel do Grupo Globo como um aparelho privado de hegemonia a serviço do agronegócio. **Revista IDeAS**, v. 18, n. 1, p. e024002-e024002, 2024.

SOUZA, Marcos Antônio de. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. **Geografia em Atos** (Online), v. 3, n. 10, p. 50-72, 2019.

TEIXEIRA, Manoel Tadeu. **Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa.

THOMAZ, Fernanda. **O modelo socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): contradições e avanços - estudo de caso de Copava**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Van der PLOEG, J. D. Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 999-1030, 2014.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WHITAKER, Dulce CA. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, 2002.

YAN, Hairong; BUN, Ku Hok; SIYUAN, Xu. Rural revitalization, scholars, and the dynamics of the collective future in China. **The Journal of Peasant Studies**, v. 48, n. 4, p. 853-874, 2021.

ZANELLI, Fabrício Vassalli; SILVA, Lourdes Helena da. Intercâmbios agroecológicos: processos e práticas de construção da agroecologia e da Educação do Campo na zona da mata mineira. **Perspectiva**, v. 35, n. 2, p. 638-657, 2017.

## APÊNDICE 1 - Roteiro das Entrevistas Semi estruturadas

### Bloco 1 - Lideranças da luta pela terra e do Setor de Produção da Regional Antônio Ventura

Perfil Socioeconômico:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Quanto tempo mora/atua no assentamento/regional: \_\_\_\_\_

#### 1. Panorama das experiências de reforma agrária na Zona da Mata Mineira:

- Quantas são, e como estão atualmente, as experiências de reforma agrária na zona da mata mineira (Assentamentos efetivados; acampamentos extintos; acampamentos novos). Confirmação e atualização de dados levantados na literatura;
- História da luta pela terra no ADG, quais foram e quais são os principais movimentos e organizações a favor e contra a reforma agrária.

#### 2. Consolidação da agricultura familiar camponesa no assentamento:

- Divisão dos lotes e distribuição das famílias no território, levando em consideração suas peculiaridades, durante os processos de implementação do assentamento;
- Suporte às famílias na implementação inicial de sua produção

#### 3. Trajetória de surgimento e consolidação das organizações da agricultura familiar camponesa do assentamento:

- Quantas organizações existem e onde estão situadas no assentamento (que núcleos abarcam, quantas famílias são cooperadas em relação ao total de famílias do assentamento);
- Como se deram os surgimentos das organizações, quais foram os contextos e as datas de criação, relativas à criação do assentamento.

#### 4. Conjunto de organizações de agricultura familiar camponesa assentada que compõem a Regional Antônio Ventura:

- Quais outras organizações de agricultura familiar assentada existem para a zona da mata mineira no contexto da Regional Antônio Ventura;
  - Construir, junto com as lideranças, uma linha do tempo com os contextos de surgimento das organizações que englobam os assentamentos da mesorregião;

- Construir, junto com as lideranças, um mapa mental para descrever a rede sociotécnica de organizações e situar suas abrangências dentro e fora dos assentamentos do MST.

**5. Como as lideranças enxergam o avanço da agricultura familiar para a região:**

- Pensando a evolução desde a criação do assentamento, como a Regional Antônio Ventura e o conjunto dos coletivos da agricultura familiar camponesa contribuíram para o desenvolvimento social e econômico da mesorregião? Como o MST na zona da mata constrói a reforma agrária popular e o impacto do ADG nesta construção, desde sua implementação.
- Números que descrevem esse avanço:
  - Tipologias de mercados que foram criados e/ou passaram a ser acessados pelos agricultores;
  - Número de pessoas que são abastecidas;
  - Municípios da mesorregião que passaram a ser contemplados;
  - Impacto das famílias assentadas na dinamização da economia local;

**Bloco 2 - Lideranças das organizações da agricultura familiar camponesa assentada do assentamento Dênis Gonçalves.**

Perfil Socioeconômico:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Quanto tempo mora/atua no assentamento: \_\_\_\_

Organização na qual atua: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação: \_\_\_\_\_

**1. Natureza e especificidades da organização:**

- Contexto de surgimento;
- Número de famílias organizadas (e o total de membros, divisão nos núcleos do assentamento)
- Onde está situada no assentamento (núcleo correspondente no ADG, número total de famílias cooperadas em relação ao total de famílias do núcleo);
- Abrangência da organização (quantas famílias abastecem; quais mercados acessam; para que locais é destinada a produção);
- Principais produtos

**2. Estrutura e funcionamento da organização:**

- Como é sua gestão/composição do corpo gestor;
- Quais aspectos da gestão são mais importantes para a organização, no sentido de que estratégias foram adotadas pela organização para garantir a reprodução social e melhorar o modo de vida e a produção das famílias (quais desafios já foram superados e quais avanços já foram atingidos do ponto de vista coletivo);
- Desafios e potenciais da organização
  - Construir, junto com as lideranças, uma matriz FOFA (identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças).

### **3. Processo de certificação da produção:**

- Sistema de certificação (Auditoria ou participativo);
- Número de lotes certificados em relação ao total de lotes organizados;
- Pré-requisitos para participar da organização (certificação dos membros, entre outros aspectos relacionados);

### **4. Impacto do trabalho das organizações no modo de vida e a produção das famílias:**

- Surgimento de novos produtos estimulados pela coletivização (Produtos beneficiados e afins);
- Impacto da organização na estimulação e aprimoramento das relações, das trocas de saberes e de força de trabalho (mutirões) entre as famílias organizadas;
- Impacto do trabalho da organização na estimulação da transição agroecológica das famílias organizadas;
  - Aportes e suportes dados às famílias (maquinário, acesso a mercados, e afins);
  - Incrementos no trabalho e na renda das famílias após se organizarem (ponto de vista das lideranças das organizações).